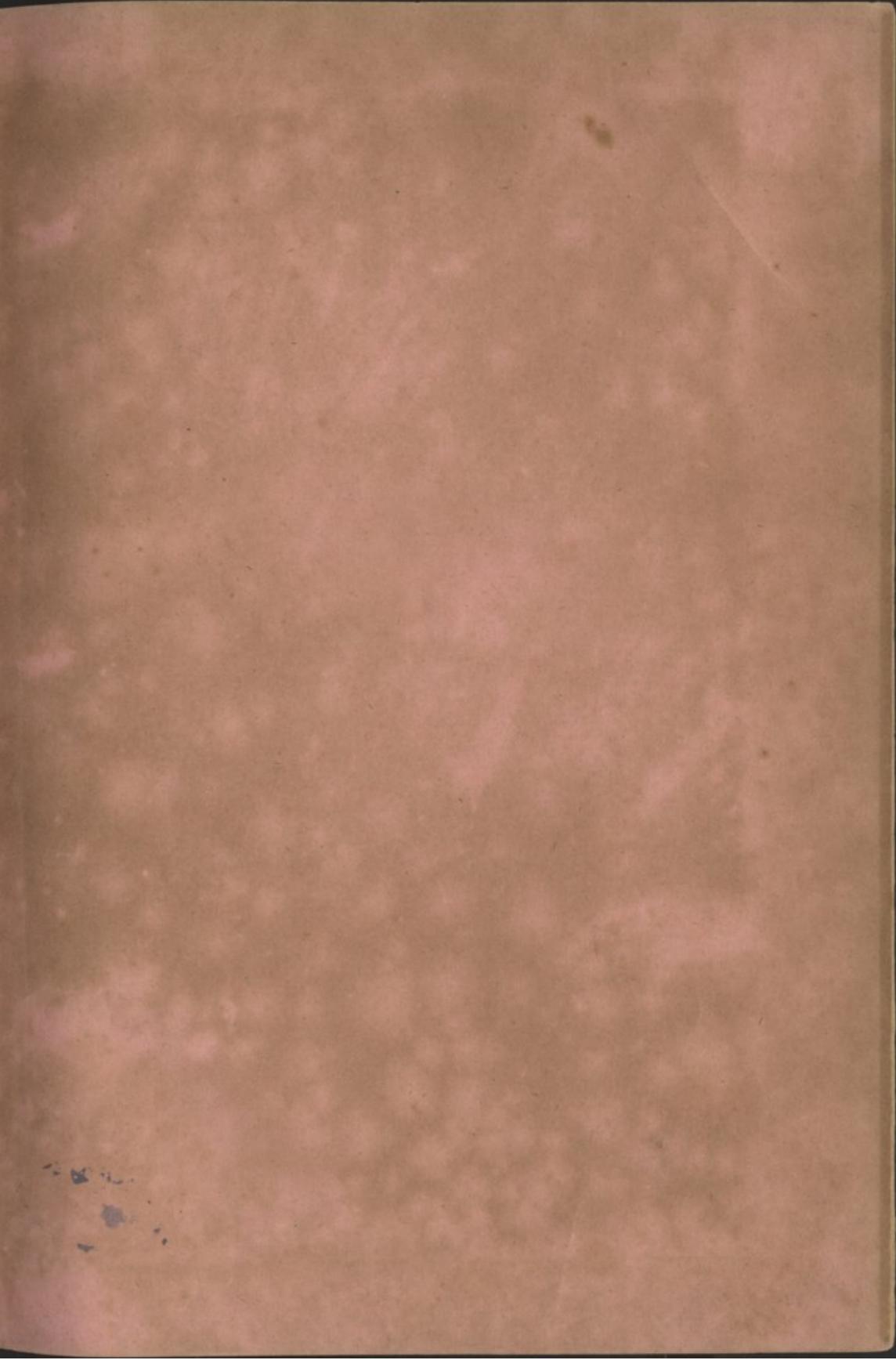
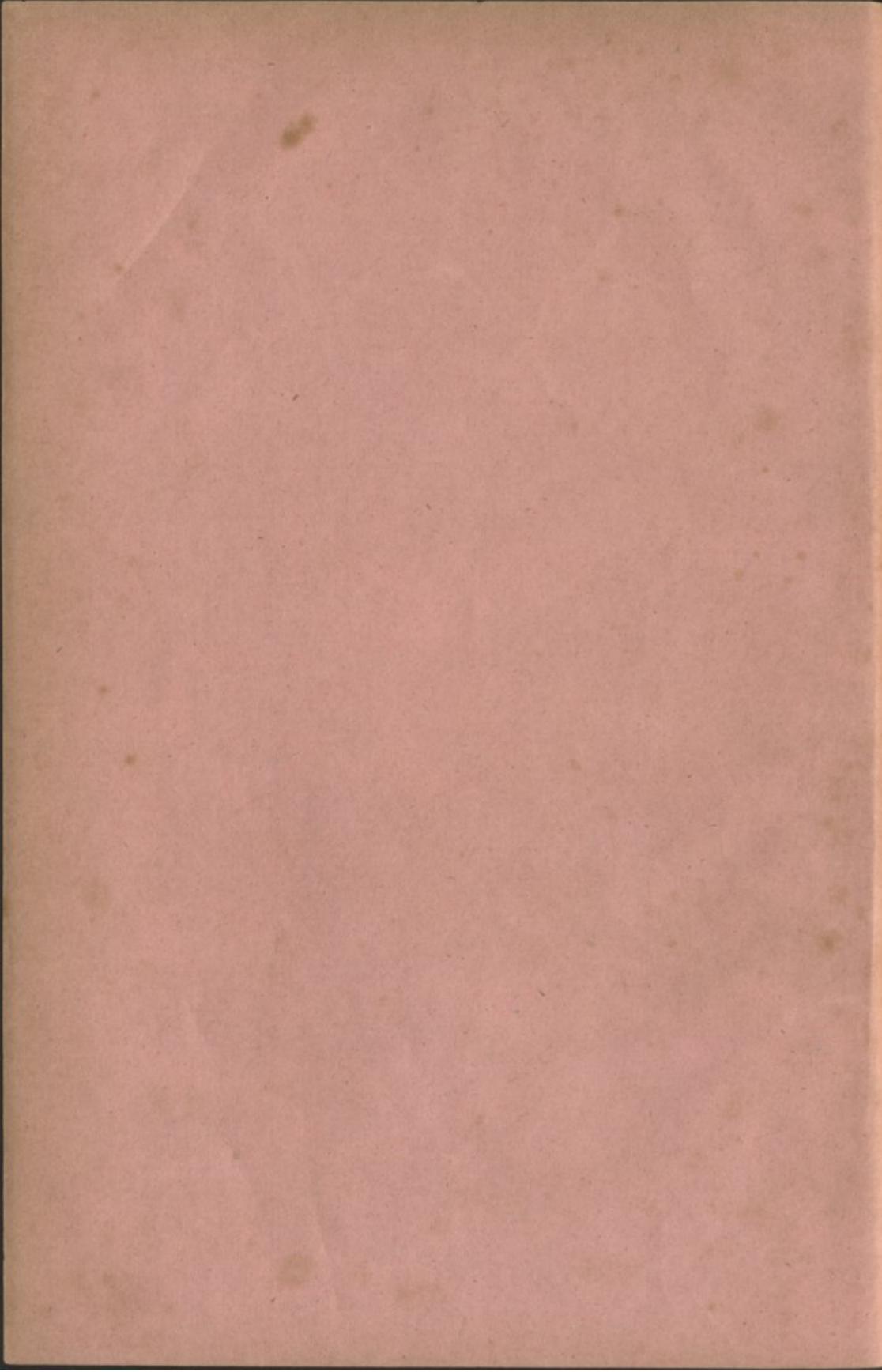


Casa
Gab.
Est.
Tab.
N.º

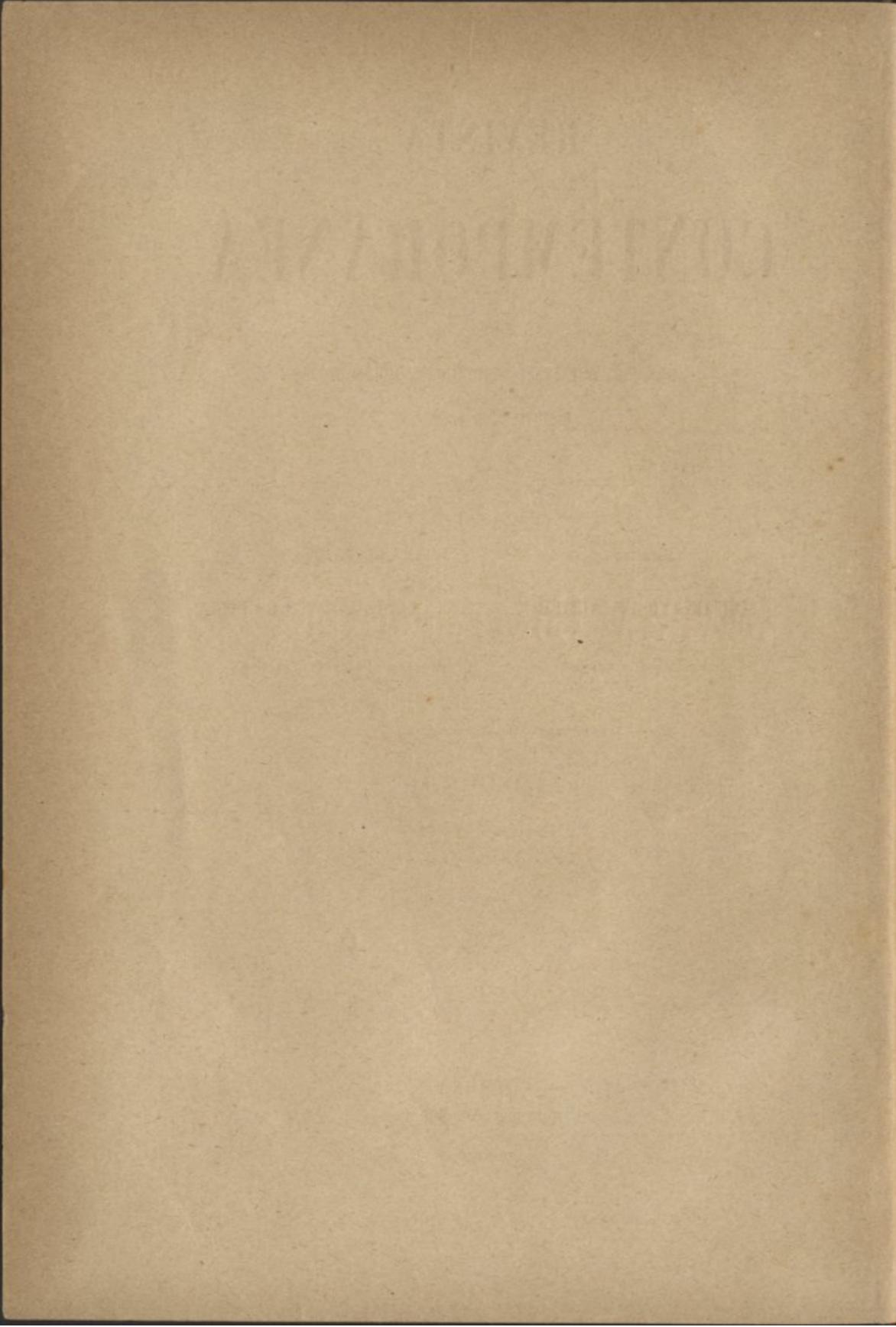
10-
5
9







REVISTA CONTEMPORANEA



REVISTA
CONTEMPORANEA

DE

Questões religiosas, scientificas, philosophicas,
historicas e sociaes

Director

Administrador

FORTUNATO DE ALMEIDA

JOSÉ MARQUES RITO E CUNHA

QUINTANNISTA DE DIREITO

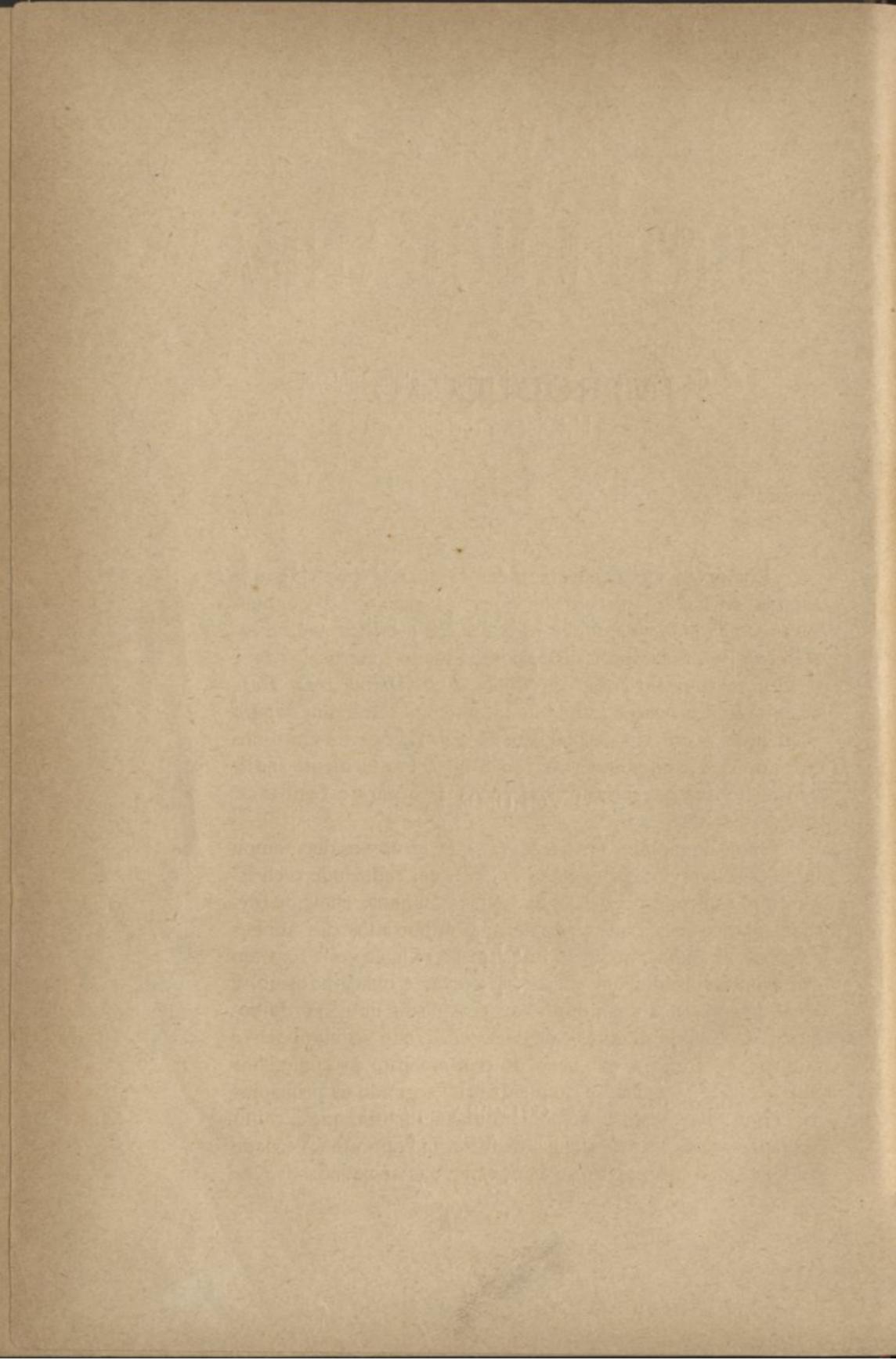
BACHAREL FORMADO EM THEOLOGIA

VOLUME I

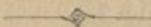


COIMBRA
Imprensa Academica

1894-1895



INTRODUCCÃO



EXAMINAR os grandes problemas sociaes que agitam o mundo civilisado, discutir as questões scientificas de mais viva actualidade, e estudar, á luz de uma critica justa e esclarecida, os assumptos historicos de maior interesse, — tal é o ideal e o programma da *Revista Contemporanea*. Para orientação dos nossos trabalhos tomaremos como guia seguro e infallivel o criterio da philosophia christã, que foi em todos os tempos, e continuará a ser no futuro, um elemento indispensavel para o esplendor das sciencias e para o bem estar das sociedades.

Não é nova, infelizmente, ainda que em nossos dias tomou largo desenvolvimento, a theoria dos que, reduzindo o christianismo ás proporções de uma religião humana, cheia de mythos creados pela crença popular, ou importados das antigas religiões da India, intendem que aquella religião, que fôra um elemento civilisador em edades de trevas e obscurantismo, é hoje, em presença das admiraveis conquistas do genio do homem nos vastos dominios das sciencias, não só inutil senão tambem contraria á evolução do pensamento, ás conquistas da sciencia e á realisação do ideal social segundo os principios modernos. É necessario combater uma tal theoria, que é, como nol-o diz a razão, a sciencia e a historia, tão opposta á verdade e á justiça, como nociva ao bem estar das sociedades.

O christianismo é uma religião divina, e tão necessaria nos tempos idos, como hoje e sempre. Foi a religião do passado, é a religião do presente, ha de ser a religião do futuro.

Escrevera S. Paulo n'uma das suas admiraveis epistolas: — «Jesus Christo foi hontem, é hoje e ha de ser por todos os seculos.» Profunda verdade é esta, que surge radiante da luz da evidencia, consoladora e formosa como todas as verdades da fé, em presença dos monumentos da historia e dos principios da critica mais austera.

A historia dos tempos que precederam o advento do christianismo é uma vasta e colossal epopêa, cujo heroe, e centro e razão de ser, é Jesus Christo, prometido e esperado. Os factos que se desdobraram no decurso dos antigos povos, e nomeadamente dos hebreus, dos egypcios, dos chaldeus, dos phenicios, dos medos, dos persas, dos assyrios e babylo-nios, teem como centro e razão suprema que os explica satisfactoriamente o Messias vaticinado na lyra dos videntes de Israel, que havia de chamar todas as nações ao conhecimento da verdade e estabelecer sobre a terra o imperio da verdade e da justiça. E pode conceber-se, na historia da humanidade, epocha alguma em que não haja necessidade da verdade e da justiça?

É um facto incontestavel que, com a prégação do christianismo, ficou estabelecida sobre a terra uma nova ordem de idéas, de costumes e de instituições. A sociedade transforma-se, porque o christianismo, ainda que fôra revelado principalmente para salvar o homem, comtudo não podia deixar de exercer benefica influencia sobre o meio social em que o homem devia viver. A estreita ligação entre o fim natural e o sobrenatural do homem, a mesma indole dos principios christãos e sobre tudo a historia de quasi vinte seculos unanimemente confirmam esta verdade, isto é, que o christianismo foi o factor principal d'essa esplendida civilisa-ção que brilhou sobre o mundo, desde que a voz de doze pobres pescadores se ouviu como um ecco do ceu em todos os cantos do universo. Só este facto seria de si sufficiente, se outras razões não houvera, para mostrar que a religião

augusta de Jesus nem é uma transformação das antigas crenças do Oriente, nem um systema de mythos creados pela imaginação popular. Os mythos são como as estrellas: só brilham de noite. E o christianismo tem atravessado, triumphante e com as homenagens de eminentes pensadores, diferentes periodos de brilhante civilisação.

Damos de barato, admittimos até, — que não vae n'isso nada que offenda a pureza do dogma christão, — que o christianismo está tambem sujeito á grande lei da evolução. A verdade é em si immutavel, mas para nós pode ser mais ou menos brilhante. Nós cremos o mesmo que firmemente acreditaram as gerações christãs que já lá vão, porque o dogma não muda com os tempos, não se altera na sua essencia, não está sujeito, como toda e qualquer verdade, á lei da mutabilidade. Mas como o dogma está intimamente relacionado com a philosophia, as sciencias e a historia, os progressos que o homem tem realisado na historia, nas sciencias e na philosophia teem derramado ondas de vivissima luz sobre as verdades que Jesus Christo se dignou revelar-nos. Eis a evolução do christianismo. Não é uma crença estacionaria, como alguns affirmam sem a conhecerem, mas uma crença sempre antiga, porque é immutavel por verdadeira, e sempre nova, porque acompanha o progresso dos conhecimentos humanos e d'elles recebe novos argumentos para confirmação de que é verdadeira.

E se é verdadeira, com que direito, com que razão, com que sciencia ha de dizer-se que podemos hoje prescindir d'ella? Quando é que o homem e as sociedades podem prescindir da verdade, e da verdade que nos revela os principios mais transcendentés da justiça e da moralidade, que são a base de todo o bem individual, domestico e social? Se, por impossivel, a luz divina da fé christã desaparecesse de sobre a terra, o mundo voltaria necessariamente á caliginosa noite do paganismo, do mesmo modo que o universo voltaria ás trevas, se da immensidade do espaço desaparecesse a luz brilhante do astro rei. Haja vista o estado selvagem em que vivem os povos que ainda não receberam o Evangelho.

O christianismo não foi, pois, só necessario em certas e determinadas epochas que já passaram; é-o ainda hoje, e muito principalmente para a solução satisfactoria das grandes questões sociaes, que tanto agitam as sociedades modernas e tanto preoccupam os Estados.

É uma verdade indiscutivel, e já vae calando felizmente no espirito de muitos incredulos, que o socialismo e o anarchismo são uma consequencia necessaria da legislação e da politica anti-christã dos Estados modernos. Enthronisado o atheismo nas espheras do poder, banida a idea christã das escolas, onde se educam e formam as gerações que um dia serão chamadas á direcção dos negocios publicos, dissolvidos os laços da familia que Jesus Christo cimentou em bases tão solidas e tão eminentemente sociaes, proclamada a ampla liberdade de pensamento, até para escrever as idéas mais subversivas e propagal-as largamente, o que ha a esperar senão o que estamos vendo com a alma annuviada pela dôr e o coração inquieto pelo futuro? Quereis resolver os problemas sociaes pela força? O anarchismo zomba da força e abre caminho por entre o apparatus da força armada. Nem se detém deante dos horrores de um patibulo. E de mais, as idéas não se matam como os corpos, não se enforcam, nem se fuzilam, nem se guilhotinam. As idéas más combatem-se com as idéas boas. E quereis, podeis mesmo imaginar idéas mais puras, mais salutaes, mais santas, mais justas, mais sociaes do que as idéas proclamadas por Jesus Christo? Não manda Elle respeitar e obedecer á auctoridade como a Deus de quem recebe o poder? Não proclamou Elle, com a palavra e com o exemplo, o sublime preceito da caridade, que é a solução suprema, unica, divina, de todas as questões?

Quereis então resolver estas questões pela sciencia? Diz-se, com effeito, que espalhada largamente a instrucção em todas as camadas sociaes, o christianismo é perfeitamente dispensavel. Mas os grandes crimes, e os grande erros, que são o antecedente logico dos grandes crimes, apparecem precisamente nos paizes que ahí nos apresentam como modelos de civilisação, nos paizes onde abundam as escolas primarias,

secundarias e superiores, nos paizes onde a instrucção é obrigatoria.

Para nós, e para todos que proclamam a urgente necessidade do christianismo na solução dos problemas sociaes, o phenomeno tem uma explicação facil, que é mais um argumento em favor d'aquella necessidade. É que a sciencia ministrada na maxima parte das escolas modernas ou é contraria ao christianismo ou indifferente a esta religião.

E é mais para temer o homem illustrado, o sabio sem Deus ou contra Deus, do que o selvagem. O que dizemos do homem diz-se da sociedade, que é, em ultima analyse, uma reunião de homens. É necessario voltar aos principios christãos, é necessario informar a legislação com estes principios salvadores, é necessario, n'uma palavra, que Jesus Christo reine e governe nas sociedades, para que estas não pereçam nos abysmos da anarchia.

Estas são tambem as verdades que o grande Pontifice Leão XIII tem proclamado ao mundo nas suas immortaes Encyclicas, e nomeadamente na Encyclica *Rerum Novarum* sobre a condição dos operarios, que está destinada a operar no seio d'esta sociedade enferma uma transformação salutar. Seguindo os ensinamentos de Leão XIII, a quem desde já promette obediencia incondicional, a *Revista Contemporanea* dedicar-se-ha muito particularmente ao estudo das questões sociaes, procurando resolvel-as segundo os principios ensinados pelo immortal Pontifice, e que são a expressão fiel e o commentario tão sabio como opportuno do Evangelho e da doutrina tradicional da Egreja.

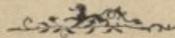
Não é, porém, só a sociologia moderna que combate o dogma catholico; combatem-n'o egualmente a philosophia e a sciencia das escolas que prescindem da fé, e por ultimo a historia que, nas mãos de certos escriptores, é, como disse José de Maistre, uma vasta conspiração contra a verdade.

A *Revista Contemporanea*, no intuito de bem servir a Egreja e a causa da verdadeira civilisação, não pode, pois, abandonar o estudo das questões philosophicas, scientificas e historicas.

O nosso desejo é tornar a *Revista Contemporanea* util e proveitosa á causa tão brilhantemente sustentada por Leão XIII, que é tambem a causa da verdadeira sciencia e do bem estar e prosperidade das nações.

Contamos com o auxilio de todos os homens de boa vontade que se interessam no triumpho d'esta causa nobilissima, e, protestando a nossa rendida obediencia a todos os mandatos da Cadeira apostolica, encetamos a nossa missão simultaneamente catholica e patriotica.

A REDACÇÃO.



O SOCIALISMO ALLEMÃO



É na Allemanha que as escolas socialistas mais se tem desenvolvido e onde se acham mais fortemente organisadas; por conseguinte é ahi que melhor podemos estudar o socialismo nas suas aspirações, no seu programma e nas suas forças.

É notavel que em nenhum paiz o socialismo tenha tomado tanto incremento como na Allemanha, o que se explica não só pelo character especulativo dos povos germanicos, sempre dispostos, como disse um deputado allemão, a acceitar todos as utopias, mas ainda pela acção dissolvente do protestantismo. Na Allemanha o socialismo não é só o partido dos operarios, mas o de um grande numero de burguezes e até o de muitos professores das universidades.

Desde o congresso celebrado em Gotha em 1877, o partido socialista allemão, perseguido pelas leis, viu-se obrigado a fazer as suas reuniões no estrangeiro, preferindo quasi sempre a Suissa, até que no primeiro de outubro de 1890 foi revogada a lei de excepção. Logo no dia 12 e seguintes do mesmo mez reuniu-se em Halle um dos mais numerosos congressos socialistas, concorrendo 400 delegados.

Ahi foi votado o projecto de organização e programma elaborado pelos *Velhos*, Liebknecht, Bebel e Grillenberg, apesar da viva opposição levantada pelos *Novos*. Segundo esse programma, o partido seria dirigido por um conselho de doze

membros eleitos pelo congresso, e este compôr-se-ia de delegados das differentes circumscripções eleitoraes.

Cada circumscripção enviava tres delegados. Os presidentes, secretarios e thesoureiros eram retribuidos pela caixa geral. O *Volksblatt*, jornal redigido em Berlim por Liebknecht, ficou sendo reconhecido como orgão official do partido socialista allemão.

Antes de expôrmos o programma d'este partido, tão fortemente organizado, vamos offerecer aos nossos leitores alguns dados estatisticos bastante interessantes e que attestam o desenvolvimento da propaganda socialista na Allemanha.

Segundo um relatorio apresentado por Bebel ao congresso de Halle, durante os dois primeiros annos em que vigorou a lei de excepção, foram expulsos da Allemanha 80 socialistas, foram presos 1:500 e as condemnações que todos soffreram perfazem um total de mil annos de prisão.

Nas eleições de 1871 os socialistas tiveram 102:000 votos: em 1877 alcançaram 493:000; em 1881, surpreendidos pelo rigor das leis, desceram para 312:000; em 1887 obtiveram 763:000 votos; em 1890 alcançaram 1.427:000. Não conhecemos a estatistica geral das eleições do anno passado, mas todos os dados levam a crer que o socialismo não perdeu terreno.

O partido publica 104 jornaes que teem um total de 600:000 assignantes; 19 d'esses jornaes são diarios e teem todos 120:000 assignantes. O orgão official do partido é, como dissemos, o *Volksblatt*, redigido por Liebknecht.

O partido tem uma caixa de fundos para a qual todos os membros são rigorosamente obrigados a pagar uma quota semanal, sob pena de serem expulsos da sociedade. Em 1878 a receita foi de 37:000 marcos, ¹⁾ em 1880 foi de 95:000, em 1883 foi de 188:000, e em 1890 de 390:000.

A receita é applicada ás despezas eleitoraes, subsidios a deputados, soccorros aos socialistas enfermos e necessitados e ás custas de processos. De todas estas despezas resta sempre um grande saldo.

¹⁾ O marco vale 230 reis ao cambio normal.

É digno de notar-se que o socialismo conta maior numero de adherentes nas regiões em que predomina o protestantismo; pelo contrario, onde prospera a religião catholica esse partido tem uma existencia precaria. É assim que o socialismo tem o melhor de suas forças na Prussia, onde domina a religião protestante.

Os proprios socialistas confessam este facto e ameaçam o centro catholico, que é o mais forte e o mais bem organizado de todos os partidos allemães. No relatorio de Bebel a que nos vimos referindo encontram-se as seguintes palavras:

«Faremos comprehender ao partido ultramontano que nos achamos em circumstancias de o dominar. Não tomaremos de assalto a fortaleza inexpugnavel do centro, mas haremos de minal-a, conforme as lições que d'esse lado temos recebido ha doze annos. Hoje devemos voltar os nossos esforços para a conquista dos habitantes dos campos e das populações operarias da Alta Silesia, actualmente dominados pelos ultramontanos. Importa crear um jornal em lingua polaca, e outro em allemão na Alsacia-Lorena.»

Eis o programma socialista apresentado no congresso celebrado em Gotha em 1875 e ainda hoje em vigor:

I. — O trabalho é a fonte de toda a riqueza e de toda a civilização. Ora, como não é possivel que um trabalho seja proveitoso, a não ser por intervenção da sociedade, segue-se que todo o producto do trabalho pertence á sociedade, isto é, a todos os seus membros sujeitos á lei do trabalho, mediante um direito egual para todos a uma parte respectiva, segundo as exigencias individuaes.

Na sociedade actual, os meios de producção acham-se monopolizados pela classe dos capitalistas, e a sujeição que d'ahi se segue para o operario é a causa da miseria e da es-cravidão em todas as suas formas.

A emancipação dos operarios exige que os meios de producção sejam transformados em uma propriedade commum da sociedade, e que todo o trabalho seja regulado por meio da associação, garantindo-se que o producto do trabalho

seja repartido em uma medida justa e vantajosa. A emancipação do trabalho deve ser realisada pela classe operaria, a respeito da qual as outras classes não são mais, em definitiva, que uma massa de reaccionarios.

II. — Partindo d'estes principios, o partido operario socialista da Allemanha propõe-se fundar, por todos os meios possiveis, o Estado livre e a sociedade socialista; conseguir a abolição da lei da oferta e da procura pela suppressão do trabalho com salario fixo, supprimir a especulação de qualquer especie que seja, destruir toda a desigualdade social ou politica.

Mas, trabalhando nos limites do territorio nacional, o partido socialista allemão tem a consciencia do character internacional do movimento operario; e, por conseguinte, está decidido a cumprir todos os deveres que tal situação impõe aos operarios, e a tornar possivel a fraternidade de todos os homens. A fim de preparar a solução da questão social, o partido quer que a producção socialista se constitua em associação, que seja soccorrida pelo Estado e sujeita ao syndicato democratico do povo dos trabalhadores. Essas associações para a industria e para o commercio devem reunir um numero de membros bastante consideravel para que todos tenham em resultado a organização socialista do trabalho.

O partido toma para base das suas reclamações e pede ao Estado:

a) O suffragio universal directo, com votação secreta e obrigatoria para todo o individuo que tenha vinte annos completos.

A eleição deveria realisar-se ao domingo.

b) Legislação emanando directamente do povo, unico que poderá decidir da guerra e da paz.

c) Alistamento militar obrigatorio para todos; os exercitos permanentes substituidos pelos exercitos populares.

d) Abolição de toda a lei de excepção, principalmente em materia de imprensa, reuniões, associações, e em geral de todas as leis que embaraçam a liberdade de opinião, de pensamento e de exame.

e) Justiça gratuita e exercida pelo povo.

f) Educação geral e egual do povo, a cuidado do Estado; instrucção obrigatoria, ensino gratuito em todos os graus e baseado no principio de que a religião é um negocio puramente particular.

Por agora, o partido pede á sociedade, tal como ella está presentemente organisada:

1) A maior extensão possivel dos direitos e das liberdades politicas no sentido das reivindicações acima indicadas.

2) Imposto unico e progressivo sobre o rendimento, em substituição de todos os impostos que existem actualmente, e principalmente dos impostos indirectos que pesam sobre o povo.

3) Direito de associação sem restricção de especie alguma.

4) Dia normal de trabalho correspondente ás necessidades sociaes; prohibição do trabalho nos domingos.

5) Prohibição do trabalho dos menores e do que é prejudicial á saude e á moralidade das mulheres.

6) Leis que protejam a saude e a vida dos operarios; uma inspecção sanitaria ás habitações dos operarios, ás minas e fabricas, inspecção feita por agentes escolhidos pelos operarios; uma lei especial que garanta efficazmente o operario contra os accidentes do trabalho.

7) Regulamentação do trabalho dos presos.

8) Autonomia completa de todas as sociedades de socorros mutuos e outras semelhantes.

O congresso em que foi adoptado este programma ficou celebre nos annaes do socialismo allemão, porque se procurou ahi acabar com certas divergencias que enfraqueciam o partido. Até então havia na Allemanha duas grandes associações socialistas: a *Associação geral dos operarios allemães* (*Allgemeine deutsche Arbeiterverein*), fundada em 1863 por Lassalle; e a *Associação democratica dos operarios* (*Democratische Arbeiterverein*), dirigida por Bebel e Liebknecht: os primeiros eram socialistas evolucionistas, os segundos socialistas revolucionarios. Como dissemos, procurou-se no congresso de Gotha

unificar o partido, fundindo as duas associações em uma só, com o nome de *partido socialista dos operarios allemães* (*Socialistische Arbeiter partei Deutschlands*), e sob a presidencia do deputado Hasenclever. Isto, porém, não obstou a que continuasse a haver profundas divergencias entre socialistas evolucionistas e socialistas revolucionarios.

Entre as discussões que se levantaram no congresso de Halle manifestaram-se ideias e tendencias do socialismo que as conveniencias do partido não permittiram exarar no programma.

Assim Rudt, apoiado por alguns corypheus, pediu a supressão violenta de toda a religião. A proclamação d'este principio iria aterrar o operariado catholico, faria perder ao socialismo alguns adeptos ingenuos e devia crear-lhe grandes embarços. Preferiu-se portanto o expediente hypocrita de declarar que «a religião é um negocio puramente particular».

Os intuitos socialistas a este respeito manifestou-os um dos corypheus do partido. Liebknecht, respondendo a Rudt, disse que o seu pensamento de destruição religiosa só poderia realisar-se quando já fosse um facto a organização socialista da sociedade civil. Accrescentou que a guerra aberta á religião não era bom processo para se conseguir o ideal socialista, e que a escola, o livre pensamento e a propaganda socialista é que se iriam encarregando de destruir os principios religiosos.

De facto, os chefes socialistas são unanimes em declarar que a destruição completa da religião é absolutamente indispensavel para assegurar o triumpho do socialismo. Bebel disse um dia: «O atheismo, a Republica, a abolição da propriedade e da familia, eis o nosso fim.» D'aqui ao anarchismo vae menos de um passo.

Em vez da propriedade particular e da sociedade domestica, o socialismo offerece a propriedade e a sociedade do Estado, que fica sendo o unico senhor e regulador do individuo e do corpo social. Anniquila-se o individuo e a familia, deifica-se o Estado.

O Estado ministra a educação, distribue o trabalho e a

riqueza, provê a todas as necessidades do individuo e apodera-se de todas as suas faculdades para as pôr ao serviço do corpo social. O povo exerce a justiça, converte-se em tyranno, e a sua tyrannia é tanto mais perigosa quanto é exercida por uma multidão desenfreada e cega.

Desprende-se o individuo de todos os seus laços naturaes e sociaes, ainda os mais sagrados e inviolaveis. O sanctuario da familia é arbitrariamente invadido pelo despotismo do Estado.

O pae não pode prover ás necessidades de seus filhos, que são como que uma parte de si mesmo: a vigilancia d'elles pertence ao Estado, porque elle é o senhor de todos os cidadãos, convertidos agora em verdadeiros escravos. O despotismo de um homem é substituído pelo despotismo da collectividade.

Destruída a sociedade domestica, supprimido no homem o mais poderoso estimulo do trabalho, que é o sentimento da familia, fica o egoismo como lei suprema de cada um. Como consequencia logica veem as luctas, as discordias, os descontentamentos, a inveja e o odio. O homem tornar-se-ha então o inimigo do homem: *Homo homini lupus*, como dizia Hobbes. Cada um quererá poupar-se a incommodos e procurará viver exclusivamente á custa dos outros; d'ahi seguir-se-ha naturalmente a paralyção do trabalho, porque a vigilancia do Estado não pôde evitar que qualquer se esquive á fadiga; depois decrescerá o quantitativo da producção.

Já hoje os chefes do socialismo allemão vivem como riquissimos burguezes, em esplendidas habitações, á custa dos subsidios que recebem da caixa do partido, para a qual os pobres operarios socialistas pagam a sua quota semanal, como se não precisassem d'essas quantias para mitigarem as miserias do seu lar!

Um dia perguntaram a Liebknecht, n'uma reunião publica, em que termos seria concebida a constituição do futuro Estado socialista. A pergunta era embaraçosa, e a resposta de Liebknecht foi a seguinte: «Eu não sou propheta: quando chegar a hora, a sciencia responderá. Nós só vivemos para

a sciencia, que é o nosso unico principio. Não reconhecemos nenhuma auctoridade, nem na terra nem fóra d'ella. Mas não vêem que a sociedade actual marcha para o socialismo? Ora este ha de existir bem, quando chegar o seu tempo e insensivelmente a sua forma externa.»

A resposta não resolveu a questão, que aliás é insolúvel.

FORTUNATO DE ALMEIDA.



O ATHEISMO NO ESTADO

I

É o grande crime dos tempos modernos e a causa unica de todas as calamidades que affligem as nações. Pois ha Estados atheus? Infelizmente ha; e são aquelles que, esquecendo a sua missão providencial, governam como se Deus não existisse e legislam contra todos os principios da justiça e da moralidade cuja origem unica é Deus.

Pouco importa que esses Estados reconheçam theoricamente a existencia de Deus, se digam christãos, professem um tal ou qual respeito pela religião christã e lhe dispensem até uma certa protecção, se, no exercicio dos seus direitos e no cumprimento dos seus deveres, procedem como se Deus fosse uma pura ideia abstracta, um ser convencional, a sua lei uma entidade de que se pode prescindir na governação publica e a fé que se dignou revelar-nos completamente inefficaz para resolver os altos problemas sociaes. Proceder assim é negar na pratica o que se professa em theoria, e por isso cabe justamente aos Estados que governam e legislam como se Deus não existisse, a denominação de Estados atheus.

Ora, este atheismo, sobre ser, como dissemos, o grande crime dos tempos modernos e a causa unica de todas as calamidades que affligem as nações, é um erro fatal que hoje mais que nunca é necessario combater. Este erro nasce da falsa idéa da missão social do Estado e do falso conceito da

indole e virtude transformadora dos principios christãos que são a expressão suprema e transcendente do direito e da moral. E disse alguém que o direito e a moral são para a sociedade o que a systole e a dyastole são para o coração. Sem estes dous phenomenos physiologicos o rythmo cardiaco cessa, a circulação do sangue pára e a morte sobrevem fatalmente. Sem o respeito do direito e sem o cumprimento do dever a vida social desaparece completamente.

O Estado, que é o centro, o coração da vida social, deve ser, pois, o primeiro a procurar no direito, na justiça e na moralidade, a vida que deve communicar a todas as espheras sociaes, a todos os órgãos d'esse vasto e complicado organismo a que chamamos sociedade.

Qual é pois a verdadeira missão dos Estados? Assentemos primeiramente que o Estado investido d'uma autoridade proveniente de Deus, origem unica de todo o poder e auctoridade, tem, por isso mesmo, uma missão providencial a cumprir. A ordem e harmonia do mundo physico é regulada pelas leis cosmicas que Deus lhe estabeleceu; a ordem e harmonia do mundo moral, essa ha de realisar-se pelas leis moraes impostas por aquelles a quem o mesmo Deus communicou o poder de governarem as sociedades e que, por isso, governam e legislam em nome de Deus.

Em nome de Deus, dissemos; e esta verdade, simultaneamente proclamada pela razão e pela fé, eleva e engrandece o que manda e o que obedece, do mesmo modo que a detestavel doutrina da soberania popular, tal como a ensinam as escolas anti-christãs, é tão aviltante para o que manda como injuriosa ao que obedece. Eleva, com effeito, e engrandece a auctoridade a sua missão divina, tanto quanto a deprime e avilta a doutrina de que essa auctoridade não governa em nome de um Deus, mas por vontade e delegação das massas populares, na grande maioria ignaras, apaixonadas, inconscientes e por vezes ferozes. Do mesmo modo eleva-se e exalta-se o homem quando obedece aos mandatos de Deus, tanto quanto se avilta quando obedece aos mandatos do homem sem poder nem auctoridade para mandar.

O homem não pode crear a auctoridade, nem, como homem, tem titulo algum razoavel para impôr mandatos aos outros, visto como todos os homens são eguaes na origem, no destino e nas aptidões naturaes para o conseguirem. O homem razoavel obedece sem hesitação á auctoridade desde o momento em que n'ella reconhece um delegado de Deus; mas revolta-se com justiça, desde que essa auctoridade se apresenta como representante do povo, de quem recebeu o que o povo não podia dar, o poder, o direito de governar. Os Estados governam, pois, em nome e por auctoridade de Deus, têm uma missão providencial a cumprir. Qual é?

II

Promover a felicidade e o bem estar temporal dos povos cujos destinos lhe estão confiados, tal é, em ultima analyse, a missão providencial do Estado, seja qual fôr a sua forma politica. A monarchia pura, a republica, a monarchia constitucional, tres formas politicas perfeitamente consentaneas com a razão e a fé, devem pois, para que fielmente correspondam aos designios de Deus, promover, mediante uma legislação justa e opportuna, a felicidade temporal do povo que governam. Ora, para esta felicidade temporal, são meios indispensaveis o desenvolvimento das letras, das sciencias, das artes, do commercio, da agricultura e de todas as fontes de riqueza publica, a justa repartição dos beneficios e dos encargos, e a equitativa administração da justiça. Tem pois o Estado deante de si graves problemas a resolver, da ordem scientifica, moral, politica e economica, e da boa ou má solução d'estes problemas depende a vida ou a morte da sociedade a que preside. Esta verdade é intuitiva, e por isso não tentamos demonstral-a. Ninguem dirá que promove a felicidade do povo o Estado que não se applica seriamente a estudar e resolver com acerto as momentosas questões d'onde depende essencialmente aquelle ideal. E pode o Estado resolver aquelles problemas prescindindo completamente de Deus, da sua lei e da sua doutrina, e, o que é mais, tentar

resolvel-os contra o que Deus ordena pelos dictames da razão e pelos principios da fé? Não pode, e se ousar tal tentativa, isto é, se se abalançar a essa empreza, o que equivale a proclamar-se praticamente atheu, falta á sua missão e é a causa unica das calamidades sociaes que fatalmente se hão de seguir do seu atheismo.

E, antes de tudo, respondamos a uma difficuldade. A missão do Estado, escreve-se ahi, não é religiosa como a da Igreja. Que tem que ver a religião com as sciencias, as artes, o commercio, a agricultura, as finanças, a industria...? O Estado é livre na sua esphera, e consequentemente não necessita da religião para o livre exercicio dos seus direitos e para o exacto cumprimento dos seus encargos. É a theoria do Deus-Estado, da *Statulatria*, da omnipotencia do Estado, senhor absoluto e independente. Admittida a existencia de Deus, tal theoria é, na sua feroz nudez, o dualismo manicheu, o erro monstruoso dos dous principios soberanos, omnipotentes, absolutos e independentes. Quem nega a liberdade do Estado na sua esphera e no desenvolvimento da sua missão? A Igreja, apoiada no Evangelho, não só a reconhece e proclama, mas tambem a garante. Mas ha de concluir-se d'aquí que o Estado é uma personalidade omnipotente e isenta da dependencia e sujeição que todo o ser creado deve naturalmente ao unico senhor supremo de tudo? A idéa de liberdade não é identica á de independencia absoluta. Bem livre é o homem e, queira ou não queira, está naturalmente sujeito ao dominio de Deus. Ou se ha de negar a existencia de Deus e os seus inauferiveis direitos sobre o mundo physico e moral, ou, admittida, se ha de admittir como consequencia necessaria a sujeição do Estado ao dominio e poder supremo d'Aquelle que pelos titulos de creador, conservador e governador de tudo, é o senhor absoluto de tudo. É por esta mesma razão que, sendo a Igreja a representante de Deus sobre a terra, a depositaria da sua auctoridade e dos beneficios que, pela redempção, liberalizou ao homem, não está sujeita a poder algum da terra e tem sujeitos a si todos os poderes e todos os Estados. Esta sujeição em nada prejudica a liberdade e

autonomia dos Estados, do mesmo modo que a sujeição do homem a Deus em nada prejudica, antes firma e garante, a liberdade humana. E pergunta-se depois d'isto o que tem que ver a religião com o Estado, e com os varios meios que o Estado deve empregar para promover a felicidade temporal dos seus subditos! Em primeiro logar deve notar-se que a felicidade temporal ou é falsa ou é meio para a consecução da eterna. E basta esta simples consideração para concluir que o Estado não póde prescindir da religião, que é a norma e a lei suprema a que devem ajuntar-se todos os meios que levam á felicidade eterna. É por isso a *suprema lex* dos Estados; ao imperativo cathegorico d'esta lei estão sujeitos os individuos como as collectividades, seja qual for a sua denominação.

III

Na sã philosophia e no Evangelho encontramos nós razões indiscutíveis para mostrar que TODA a legislação dos Estados deve ser informada pelos principios da religião. Desenvolvamos este ponto fundamental, já que é tão combatido e até chasqueado por certos escriptores que formam uma idéa errada da indole, necessidade e influxo social da religião. É claro que falamos da religião por excellencia, do christianismo, que é o unico corpo de doutrina ao qual perfeitamente se ajusta a palavra religião e a idéia que exprime. Tem o Estado a missão de promover o maximo desenvolvimento das letras das sciencias e das artes, e é precisamente n'isto que mais avulta a necessidade do christianismo, ideal supremo da sciencia e da arte, por ser o christianismo o ideal supremo da verdade, do bem e do bello. Bem sabemos que não pertencem directamente ao christianismo, e portanto á Igreja, que é a sua forma concreta, as sciencias sujeitas á actividade da razão, como as sciencias philosophicas, sociaes, physico-mathematicas, medicas e historico-naturaes; mas tambem sabemos que nenhuma d'estas sciencias pode ensinar principios oppostos aos principios da fé, e que a religião está no uso legitimo dos seus direitos e da sua auctoridade, quando

condemna como erroneos aquelles principios. Affirmar pois que a missão docente do Estado está sujeita á missão docente da Egreja o mesmo é que affirmar que o Estado não pode ensinar, em nome da sciencia, doutrina opposta á ensinada pela Egreja. O Estado não pode pois prescindir da religião, nem muito menos combater os seus dogmas no ensino que deve ministrar aos seus subditos, no auxilio que deve prestar ao progresso e esplendor das sciencias.

Quando Jesus Christo investiu os seus apóstolos do direito de magisterio n'aquellas memoraveis palavras: *docete omnes gentes*,—implicitamente impoz a todos os povos a obrigação de escutarem o magisterio dos seus ouvidos. É certo, e fique assim prevenida uma objecção, que o Salvador não ordenou aos seus enviados que ensinassem sciencias humanas, mas os dogmas e a moral, o symbolo e o codigo religioso que o mesmo Salvador lhes havia revelado. Mas no mesmo direito de ensino religioso conferido aos apóstolos está incluído o direito de condemnar como erroneo todo o ensino opposto á religião. Não ha, com effeito, sciencia alguma d'essas que Deus deixou entregues ás discussões humanas, como diz a Escripura, que não tenha relações mais ou menos proximas com os principios da religião. A philosophia, que á a base e o fundamento de todas as sciencias, tem como principio primario a existencia de Deus, e, apesar de accessivel á razão, não pode estudar-se independentemente da fé. Cortar as relações entre as sciencias e a religião é um erro funesto e de graves consequencias para o progresso e bem estar social. Promova pois o Estado o desenvolvimento das sciencias, abra escolas e academias onde se professem, derrame largamente a instrucção em todas as camadas sociaes, que todos estes esforços nobilissimos são abençoados pela religião, a sublime inspiradora de todas as sciencias, mas nunca se esqueça que ha uma norma suprema que dirige a actividade da razão e o genio do homem nos seus trabalhos e investigações scientificas. Essa norma suprema é a religião; desprezal-a ou ensinar contrariando-a é negar a auctoridade docente de Deus, é proclamar o atheismo no ensino publico. Os outros

problemas sociaes da ordem politica e economica tambem não podem ser resolvidos satisfactoriamente sem o Evangelho, e muito menos contra o Evangelho. Ainda que principalmente revelados para ensinar ao homem o que deve crer e praticar em ordem ao seu fim sobrenatural, os dogmas e os preceitos que constituem a divina economia do christianismo são eminentemente sociaes e exercem por isso benefico influxo na sociedade civil. O melhor cidadão é sem duvida alguma o christão digno d'este nome. Se é auctoridade ou governante, sabe que tem de dar estreita conta do modo por que exerceu o poder, e procura ser fiel á missão de tremenda responsabilidade que lhe foi confiada. A auctoridade ou o governante verdadeiramente christão não abusa torpemente do mando, não rouba os dinheiros publicos, não esmaga os cidadãos com pesadissimos tributos, não cuida de enriquecer-se a si e aos seus á conta da miseria e do suor do povo, n'uma palavra, não é nem procede como as auctoridades e os governos para quem Deus, a religião e a vida futura são cousas sem importancia e perfeitamente dispensaveis na administração dos negocios publicos. Tão verdade é que o christianismo com a austeridade dos seus principios e dos seus preceitos exerce benefico influxo na boa governação dos Estados. Haverá virtude mais social do que a caridade? Não está no exercicio d'esta virtude, tal como o christianismo a ensina, o segredo da solução do grande e momentoso problema social, que hoje sóbrelava em importancia e gravidade todos os demais problemas? Na sua immortal encyclica *Rerum novarum* sobre a condição dos operarios, mostrou Leão XIII, com razões e factos de evidencia indiscutivel, que, se a caridade christã fosse fielmente praticada, nem os ricos explorariam a desditosa condição do operario, nem este romperia em excessos criminosos contra aquelles.

DR. SILVA RAMOS.

(Continúa.)

OS JESUITAS E A RESTAURAÇÃO DE 1640



Algumas palavras pronunciadas ha annos no parlamento hespanhol pelo notavel tribuno Emilio Castelar deram occasião a uma interessante polemica entre os fallecidos escriptores Camillo Castello Branco e Oliveira Martins, ácerca do papel que os jesuitas desempenharam na restauração de 1640. ¹⁾ Não é destituída de interesse esta questão historica, por se achar ligada a dois pontos importantes da historia nacional, — a influencia dos jesuitas entre nós e a restauração da nossa independencia; mas infelizmente a polemica não se prolongou, e os dois eruditos escriptores não esmiuçaram a questão quanto lh'ò permittiam os seus extraordinarios recursos. ²⁾

Na sua *Historia de Portugal* escreveu o sr. Oliveira Martins: «N'um homem que foi para D. João IV o que o grão doctor fôra para D. João I; n'um homem superior e forte que está á frente do moderno Portugal, como o guia, o mestre, o fundador; multiforme na capacidade, omnimodo na acção, missionario e diplomata, financeiro e estadista, e

¹⁾ As palavras pronunciadas por Emilio Castellar, segundo *El Globo*, são as seguintes: «No soy partidario de los jesuitas ni participo de las supersticiones de los masones contra ellos; lo unico que me subleva la conciencia, cuando de los jesuitas hablo, es lo mucho que la Orden contribuyo, ingrata! á la separacion de España y Portugal, traicion que jamás puede perdonarle España.»

²⁾ Vid. *Bohemia do espirito* por Camillo Castello Branco, pag. 29 e seg.

por sobre isso philosopho, moralista e litterato, n'esse homem que é o padre Antonio Vieira, o jesuita, apraz-nos ver, ao mesmo tempo, o espirito da *Companhia* no meiado do XVII seculo, e o genio da nação, formada no seio da sociedade de Jesus, por ella educada, *por ella restaurada á independencia politica.*» ¹).

A proposito das palavras de Castelar, o illustre escriptor Camillo Castello Branco procurou refutar o periodo que acabamos de transcrever do sr. Oliveira Martins, mas não nos parece que lograsse o seu intento. Os argumentos que apresentou reduzem-se a pouco. Observa que em 1640 estava o padre Antonio Vieira no Brazil, e por isso foi estranho ao movimento revolucionario; e que nem da sua correspondencia consta que tivesse qualquer aviso das tentativas revolucionarias iniciadas em 1637. Acrescenta que os revolucionados não davam nada pelo patriotismo da Companhia de Jesus, e tanto que, arrojado á praia de Peniche o navio em que regressava o celebre missionario, quizeram alli assassinal-o e mais dois seus companheiros por suspeitos de traição.

Ora a ausencia do padre Vieira em 1640 não prova de forma alguma que a Companhia hostilisasse o movimento revolucionario; e a suspeita que se fez do patriotismo do notavel orador não pode induzir-nos a crer que elle não suspirava pela libertação da patria. A razão é simples: o padre Vieira passára o melhor da sua vida prégando aos gentios do Brazil, e era natural que os seus sentimentos politicos não fossem muito conhecidos em Portugal, tanto mais quanto é certo que não alcançara ainda a fama que ao depois teve. Os revolucionados suspeitariam d'elle como de qualquer outro que não conhecessem perfeitamente.

Estas considerações bastariam se não houvera meio de explicar claramente o alludido caso de Peniche, sem quebra para o patriotismo do jesuita.

Antonio Vieira largára da Bahia em 27 de fevereiro de 1641, com o padre Simão de Vasconcellos e D. Fernando

¹) *Historia de Portugal* (Lisboa, 1879), vol. II, pag. 81.

Mascarenhas, filho do marquez de Montalvão. Uma tempestade arrojou-os a Peniche, onde os esperava um perigo não menos grave que o das temerosas ondas do oceano. ¹⁾

Era o caso que a familia de D. Fernando Mascarenhas mostrara-se affeiçãoada á causa de Castella, e o povo de Peniche alvoroçou-se apenas soube que chegára ali um filho do marquez de Montalvão. ²⁾ O pobre D. Fernando, que prestára importantissimos serviços á patria, pagou com uma ferida na cabeça o nefando crime de pertencer a uma familia de traidores, e tirar-lhe-iam a vida se não lhe acode o conde de Athouguia, que ao tempo era governador em Peniche. Os dois jesuitas estiveram presos dois dias, e a unica base da suspeita que sobre elles recahiu era o facto de acompanharem D. Fernando. ³⁾

Ahi fica explicado um facto que, referido por alto, pareceria ter algum valor para o proposito de Camillo Castello Branco.

Em um conciso artigo ⁴⁾ respondeu o sr. Oliveira Martins ao illustre romancista, ponderando diversos factos que abonam a cooperação dos jesuitas na obra da independencia. Recordou os testemunhos de D. Francisco Manuel, nas *Epanaphoras*, do conde da Ericeira, no *Portugal restaurado*, da *Deducção chronologica* «de massadora lembrança» e do dr. Gregorio de Almeida na *Restauroação de Portugal prodigiosa*. Em 1640 os jesuitas applicaram habilmente a D. João IV a lenda do *Encoberto*, afim de attrahirem ao novo monarcha a sympathia popular. A sua influencia era por todos os modos aproveitada para combater a occupação castelhana.

Para darmos uma ideia succinta de toda a polemica, vejamos como replicou Camillo Castello Branco.

¹⁾ *Vida do padre Antonio Vieira* por André de Barros, l. I, § XXXIV. — *Portugal restaurado*, vol. I, l. III, pag. 148.

²⁾ D. Pedro Mascarenhas e D. Jeronymo Mascarenhas, irmãos de D. Fernando, tinham deixado Portugal para se unirem aos castelhanos. A marqueza sua mãe, D. Francisca de Vilhena, foi encerrada por suspeita de traição no castello de Arrayollos. D. Jeronymo veio a ser bispo de Segovia, e era nomeado para Astorga quando a morte o surprehedia, em 1670. Recebêra em Coimbra o grau de doutor em Theologia.

³⁾ *Portugal restaurado*, vol. I, pag. 148. — André de Barros, l. I, § XXXV.

⁴⁾ Vem transcripto na *Bohemia do espirito*.

Colocado em mau campo, o erudito escriptor procurou amesquinhar as auctoridades citadas por Oliveira Martins. Pelo que respeita á *Deducção Chronologica*, acervo dos mais monstruosos carapetões contra os jesuitas, Camillo teria razão, quando não se tractasse de um facto honroso para a Companhia; tambem se não pode justificar o modo como aprecia os outros auctores citados. Diz que nas *Epanaphoras* não leu confirmada «a proeza redemptora da Companhia de Jesus», e accrescenta que esse livro só encerra phantasias que teem induzido a erros historicos.

Ora a verdade é que as *Epanaphoras*, livro aliás familiar a Camillo Castello Branco, fallam muito claramente da efficaz influencia dos jesuitas contra o dominio hespanhol, como logo veremos. ¹⁾ Por outro lado, se n'ellas alguma cousa se contém de fabuloso, como é a formosa lenda dos amores de Anna d'Arfet e Roberto Machim, tambem se lá encontram narrações historicas; e tanto é historico o que n'este ponto se refere aos jesuitas, que D. Francisco Manuel o declara muito expressamente. ²⁾

Assim o considerou tambem Alexandre Herculano, historiando no *Panorama* ³⁾ os acontecimentos que se deram em Evora em 1637.

Ainda Camillo Castello Branco faz outras considerações a que adeante nos referiremos. Não as analysou o sr. Oliveira Martins, porque, infelizmente, a polemica não continuou, perdendo-se assim uma bella occasião de se esclarecer um ponto historico na verdade interessante.

Vejamos, porém, se pode apurar-se alguma cousa relativamente á attitude dos jesuitas perante o dominio hespanhol e ao papel que desempenharam na restauração de 1640.

1) Pag. 34 e seg. Este livro é hoje rarissimo, principalmente na primeira edição. Da segunda, que foi impressa em Lisboa em 1676, possuímos um exemplar, e é a ella que nos reportamos.

2) Pag. 35.

3) Vol. III, pag. 387 e 394.



Que os jesuitas se mostraram desde o principio adversos á causa de Castella, e por outro lado patrocínavam os direitos da casa de Bragança, provam-n'ò as negociações que Filippe II emprehendeu, ainda em vida do cardeal D. Henrique, para fazer valer a sua pretensão.

A affeição que o cardeal mostrava a sua sobrinha D. Catharina de Bragança era attribuida á influencia do seu confessor, o jesuita Leão Henriques. Filippe II, receando as hostilidades da Companhia, encarregou o seu embaixador em Roma, D. João de Zuniga, de conseguir do geral ordens terminantes para que os jesuitas se abstivessem de qualquer ingerencia na questão que se debatia. O geral, que a esse tempo era Eberhard Mercurianus, deu-se pressa em satisfazer os desejos do embaixador hespanhol, mas a sua advertencia não foi attendida.

Christovam de Moura, que espreitava em Portugal todos os movimentos dos jesuitas, queixou-se novamente das hostilidades da Companhia, e pediu que de Roma fossem expedidas ordens terminantes para as fazer cessar. Como se vê, a importancia da Companhia era tão grande que inspirava serios receios a Filippe II.

Em Roma levantou-se um borborinho. D. João de Zuniga queixou-se amargamente a Gil Gonzalez, assistente da Companhia, e depois teve uma conferencia com o geral, a quem entregou uma carta do proprio punho de Filippe II.

FORTUNATO DE ALMEIDA.

(Continúa.)

CHRONICA CONTEMPORANEA

I

INTERIOR

A morte de Oliveira Martins. — Traços biographicos. — O escriptor e a sua obra. — Abertura do parlamento — O Centro parlamentar nacional.

Pelas 6 horas da manhã do dia 24 de agosto, falleceu em Lisboa o illustre escriptor Oliveira Martins, depois de pedir e receber todos os soccorros da religião. Abraçado a um crucifixo, Oliveira Martins despediu-se do mundo com a serenidade e fervor de um crente, dando um solemne e exemplar desmentido áquelles dos seus livros em que as verdades christãs nem sempre foram acatadas.

Consola-se-nos a alma e estremece-nos de jubilo o coração, ao ver que aquelle espirito lucido, aquella esplendida intelligencia, se deixou illuminar pelo radiante clarão da fé religiosa quando sentiu approximar-se a morte e chegar-se a hora em que devia comparecer perante o tribunal divino.

Mas não foi só nos ultimos momentos da vida que em Oliveira Martins se manifestou um vivo sentimento religioso. Em alguns dos seus ultimos livros scintilla por vezes uma convicção christã, revela-se um certo respeito ás cousas religiosas, nota-se como que o preludio de uma recon-sideração. Parece que a vida litteraria do grande escriptor ia entrar em uma phase christã, para o que não concorreram pouco os estudos que ultimamente empreheendeu acerca da historia nacional, no periodo em que um ardente zelo religioso animava todos os nossos mais famosos heroes.

*

Joaquim Pedro de Oliveira Martins nasceu em Lisboa a 30 de abril de 1845, na travessa do Pombal, freguezia de Santa Isabel. Era filho de Francisco Candido Gonçalves Martins e de D. Maria Henriqueta Moraes de Oliveira, e neto paterno do desembargador Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, que por duas vezes foi ministro d'estado de D. João VI, e que fez parte do governo supremo do reino em 1820, até á constituição das côrtes em 26 de janeiro de 1821.

Seus paes destinaram-n'o à engenharia militar, mas teve de abandonar a carreira apenas tinha feito alguns exames no lyceu de Lisboa, em virtude do fallecimento de seu pae, victimado em 1857 pela febre amarella. Desde então Oliveira Martins entregou-se ao commercio, procurando meios de subsistencio para seus cinco irmãos.

Residiu em Lisboa até 1870, anno em que foi para Hespanha, onde se empregou na companhia das minas de Santa Eufemia, em Cordova, d'onde regressou em 1874 para fixar a sua residencia no Porto. Ahí se conservou até que em 1881 foi para Lisboa.

Foi no Porto que Oliveira Martins começou a sua carreira politica, que não devia conquistar-lhe as glorias que mereceu como escriptor. Espirito essencialmente especulativo, faltava-lhe a envergadura e o caracter practico do homem politico.

Até 1884 combateu ao lado dos republicanos, publicando artigos e livros democraticas e socialistas. Mas por essa occasião entrou para o partido progressista, e fundou no Porto a *Provincia*, onde os seus artigos se tornaram desde logo tão notaveis, que muito contribuíram para a queda do gabinete regedor em 1885.

Quando, em 17 de janeiro de 1892, apoz a queda do gabinete João Chrysostomo, foi chamado para constituir gabinete o sr. Dias Ferreira, Oliveira Martins ficou com a pasta da fazenda, tendo por collegas no ministerio os srs. bispo de Bethsaida, visconde de Chancelleiros, Costa Lobo, Pinheiro Furtado e Ferreira do Amaral. Mezes depois sahio do ministerio em consequencia de uma recomposição do gabinete. Nas ultimas eleições foi eleito deputado pelo Porto sem cõr partidaria.

Era socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Instituto de Coimbra, da Real Academia Hespanhola e de quasi todas as corporações scientificas e litterarias do Brazil.

Foi director politico da *Provincia*, do *Reporter* e do *Tempo*, onde publicou uns notabilissimos artigos ácerca do tratado de 20 de agosto com a Inglaterra. Collaborou em muitos jornaes, como o *Archivo Pittoresco*, *Occidente*, *Dois Mundos*, *Jornal do Commercio*, *Cruzeiro* (do Rio de Janeiro), *Revista Occidental*, *Revista Scientifica*, *Protesto*, *Revista de Portugal*, *Revista de Educação e Ensino*, *Jornal do Commercio* (do Rio de Janeiro), etc.

*

Oliveira Martins foi um dos mais brilhantes e originaes talentos portuguezes d'este seculo. A sua grande actividade litteraria produziu dezenas de volumes, em que se revela como economista e historiador de primeira grandeza.

Em 1878 publicou a *Circulação Fiduciaria*, livro honrado com a medalha de ouro no concurso aberto pela Academia Real das Sciencias. N'este livro e n'um outro que publicou com o titulo — *O regime das riquezas* — affirmou irrefragavelmente o seu talento e mostrou a sua predilecção pelas escolas economicas allemãs. Em muitos dos seus escriptos tocou magistralmente as questões sociaes, estudando-as tambem nas suas relações com as circumstancias do nosso paiz. Ligado aos partidos mais avançados, Oliveira Martins adoptou nos principios da sua carreira as theorias socialistas, como se vê dos seus dois livros — *A Theoria do Socialismo e Portugal e o Socialismo*, que fizeram grande impressão.

Mas onde Oliveira Martins revelou o seu grande genio, onde mostrou todos os vastos recursos do seu espirito e toda a originalidade do seu talento foi nas suas obras historicas. Espirito profundo, alliando a uma grande força de concepção psychologica uma sensibilidade verdadeiramente

peninsular e um genio essencialmente synthetico, conseguiu traçar nos seus livros historicos quadros incomparaveis, de uma originalidade frisante.

Ninguem como elle se apoderava do conjuncto de uma epoca, para lhe determinar as feições, para conglobar e como que personalisar todos os elementos que a formaram. Apoz este trabalho de synthese, enquadrados n'uma tela os homens e os acontecimentos, apparecia a movimentação da scena dirigida e impulsionada por uma grande força imaginativa, animada por uma sensibilidade impressionavel.

Com estes recursos, tão difficeis de reunir no mesmo individuo, e que faziam de Oliveira Martins como que um mixtô do genio especulativo allemão e da vivacidade meridional, conseguiu escrever paginas unicas até hoje na lingua portugueza. Fazia resurgir os heroes do passado, cizelava-lhes a compleição physica e delineava-lhes a estatura moral, sempre com uma intuição tal que os seus retratos mais parecem esculpturas; apanhava-os em flagrante e transportava-os á scena, onde lhes fazia representar o seu papel, com um brilho e uma naturalidade de descripção que chegam a emocionar.

É claro que estas qualidades de espirito, quando não sejam persistentemente dominadas, nem sempre servem bem o historiador, e por isso não é de estranhar que, em Oliveira Martins, vejamos uma vez out outra sacrificada a verdade historica ao colorido da narrativa; mas nem por isso deixamos de admirar a intuição com que elle surprehendia os caracteres, e a grande força imaginativa com que descrevia as paisagens e dava vida aos heroes.

O estylo de Oliveira Martins tinha uma feição exclusivamente pessoal, ás vezes um pouco nebuloso e accidentado, com uns cambiantes onde, se alguma vez faltava a correção e o purismo classico, nunca desfallecia a energia da phrase, a serenidade e uma grande força presuasiva.

Nem todos os seus livros alcançaram a soberana altura a que tantas vezes se elevou, porque nem todos os assumptos tratados se harmonisavam com a indole e os estudos especiaes do escriptor; mas as suas numerosas obras primas foram sobejas para fazer d'elle um vulto litterario de primeira grandeza.

Por isso pode com justiça dizer-se que a morte de Oliveira Martins foi uma perda nacional.

*

Eis a lista completa das obras de Oliveira Martins:

HISTORIA NACIONAL: — *Historia da civilização iberica* (1836); *Historia de Portugal* (1888); *O Brazil e as colonias portuguezas* (1888); *Portugal contemporaneo* (1883); *Portugal nos mares* (1889); *Camões, os Luziadas e a Renascença em Portugal* (1891); *Navegações e descobrimentos dos portuguezes* (1892); *Os filhos de D. João I* (1891); *A vida de Nuno Alvares Pereira* (1893).

HISTORIA GERAL: *Elementos de anthropologia* (1885); *As raças humanas e a civilização primitiva* (1893); *Systema dos mythos religiosos* (1892); *Quadro das instituições primitivas* (1893); *O regimen das riquezas* (1893); *Historia da republica romana* (1885); *O Hellenismo e a civilização christã* (1878); *Taboas de chronologia e geographia historica* (1881).

VARIA: — *Phebus Moniz; A circulação fiduciaria* (1883); *A reorganização do Banco de Portugal* (1877); *O artigo «Banco»* (1877); *Política e economia nacional* (1885); *Projecto de lei de fomento rural* (1877); *Elogio historico de Anselmo Braamcamp* (1886); *Theophilo Braga e o Cancioneiro* (1869); *O Socialismo* (1872-73); *As eleições* (1878); *O emprestimo portuguez*

de 1852; *Carteira d'um jornalista (Portugal em Africa (1891) e a Inglaterra de Hoje (1893).*

Oliveira Martins encetára ultimamente um plano de estudos historicos sobre a dynastia de Aviz. O primeiro d'esses estudos era a *Vida de Nuno Alvares*, publicada no anno passado; o segundo eram os *Filhos de D. João I*, publicados anteriormente; o terceiro devia ser um trabalho sobre D. João II, de que deixa um ou dois capitulos; o quarto intitular-se-ia *Affonso de Albuquerque*, occupando-se dos grandes acontecimentos do mais glorioso periodo da nossa historia, e o ultimo *D. Sebastião*.

O seu ultimo trabalho foram duas esplendidas cartas para o *Jornal do Commercio*, acerca da sua viagem a Castella Velha, com o intuito de estudar o scenario, onde se deram as contendas de Affonso V com os reis catholicos.

Exactamente no dia em que deve apparecer o primeiro numero da *Revista Contemporanea*, abrir-se-ha a sessão legislativa d'este anno, tão anciosamente desejada pelos partidos opposicionistas, e, ao que parece tão temida pelo governo.

N'um momento em que os elementos parlamentares se preparam tão vivamente para a lucta, e quando tambem o governo traz entre mãos gravissimas questões de politica internacional e administração publica, era natural prever-se um periodo ao mesmo tempo agitado e fecundo do parlamento portuguez. Mas, se as nossas previsões tiverem por base os antecedentes parlamentares, — porque mal podem assentar n'outro fundamento, — teremos uma quadra politica esteril de beneficios, cortada apenas das luctas mesquinhas dos partidos, de incidentes um tanto ridiculos ou escandalosos.

Oxalá que esta previsão fosse desmentida pelos factos, e que as boas vontades do governo e do parlamento se unissem n'um esforço commum para a melhor solução das gravissimas questões que trazem o paiz em sobressalto.

Felizmente parece que agora se manifestará no parlamento uma nova fracção, — o Centro parlamentar nacional, — que, pondo de parte as luctas mesquinhas dos partidos se proporá advogar os mais sagrados interesses religiosos e politicos do paiz, ao lado de qualquer governo ou de qualquer partido, ou contra qualquer situação ministerial sempre que seja necessario.

Do Centro parlamentar nacional farão parte todos os homens de boa vontade, que comprehendam as verdadeiras necessidades do paiz e estejam firmemente dispostos a empenhar-se por que ellas sejam satisfeitas. A questão colonial, sob todos os seus aspectos, as questões politicas e administrativas, as questões economicas e financeiras, todas hão de merecer a attenção do Centro, que tem comsigo alguns dos mais gloriosos talentos politicos e alguns dos nossos homens publicos de mais reconhecida probidade.

Outro dia fallaremos mais detidamente do Centro parlamentar, que de certo ha de produzir excellentes fructos para o paiz.

II

EXTERIOR

A morte do conde de Paris. — Notas biographicas. — A questão politica em França. — O futuro conclave.

Já sabem os nossos leitores que no dia 8 de setembro falleceu em Stowe House o conde de Paris, pae de Sua Magestade a rainha D. Amelia, e representante do principio monarchico em França.

Luiz Filippe Alberto de Orléans nascera no dia 24 de agosto de 1838, e fôra educado pelo illustre sabio Adolpho Régnier. Fez diversas viagens pela Europa, e mais tarde foi ao oriente com seu irmão o duque de Chartres. As impressões da sua viagem á Syria foram publicadas em 1861 com o titulo de *Damasco e Libano*. Como se sabe, o conde de Paris sahira de França em virtude da revolução de fevereiro de 1848, que derribou seu avô Luiz Filippe.

Em 1861 alistou-se com o duque de Chartres nas tropas dos Estados Unidos para tomarem parte na guerra federal. Entraram na campanha de 1862, e pouco depois retiraram-se do serviço, por se terem perturbado as relações entre a França e os Estados Unidos, em consequencia dos negocios do Mexico.

No seu regresso á Europa publicou varios estudos importantes na *Revista dos Dois Mundos*, umas vezes com o pseudonymo de *Eugène Torcade*, outras com o de *X. Raymond*. Publicou tambem um livro — *As associações operarias em Inglaterra* (Trades-Unions) — que mereceu a traducção em varias linguas.

Em 1886 o conde de Paris celebrou uma grande festa em Paris, no seu palacio da rua de Varennes, á qual concorreram os embaixadores estrangeiros e principes residentes, e destinada a solemnisar o casamento de sua filha a rainha D. Amelia. Parece que aquelle facto produziu uma forte impressão no governo da Republica, e por isso foi votada em 11 de junho d'esse anno a lei de expulsão dos pretendentes, isto é, dos principes que tinham reinado em França e dos seus herdeiros directos. Desde então o conde de Paris passou a viver no estrangeiro com sua familia.

O partido realista francez foi gravemente abalado com as memoraveis encyclicas dirigidas por Leão XIII á França, recommendando aos catholicos o reconhecimento leal do governo republicano, como governo da França.

Com o conde de Paris, podemos dizê-lo, acabou a monarchia em França. De resto, esse principe, bom christão, honrado chefe de familia, era um sacrificado ao tradicionalismo monarchico. Elle não representava a monarchia legitima nem o suffragio popular, e apenas se conservou no seu papel de pretendente, — permittam-nos a expressão, — por honra da firma. Assim o provam numerosos documentos entre os quaes o seu testamento politico, cheio de serena melancolia, como dizia um jornal francez, e provando eloquentemente que foi menos por gosto do que por um dever imposto pelas circumstancias que o conde de Paris se conservou no seu papel de pretendente.

O *Univers* apreciou nos seguintes termos esse documento:

«É uma nobre pagina escripta com a serenidade melancolica do homem que, por dever mais que pelo desejo de reinar, pensou sempre no

papel que lhe deu o seu nascimento, mas sem nunca ter esperado firmemente que lhe fosse dado desempenhar esse papel. É a nota que nos offerece o seu testamento politico: se h'elle se encontra uma fé pura e a expressão do seu direito, reconhece-se tambem que o principe não acreditava no seu partido.

«Conta-se que, ao saber da morte do conde de Chambord, o conde de Paris exclamára: «que desgraça para a França e para mim!» Nunca houve palavras mais justas. Era preciso que Henrique V tivesse reinado para que Philippe VII podesse ser rei. Não comprehenderam isso, os habeis do orleanismo e do parlamentarismo, e em 1873 obstaram ao regresso do principe legitimo, na esperança de o fazerem abdicar e chegarem ao throno sem passarem por esse representante mais velho da monarchia tradicional e christã. Dez annos depois Henrique V morria, mas a republica consolidára-se e o paiz já não pensava em Philippe VII. Onze annos se passaram ainda, e o conde de Paris, morrendo no exilio, deixava um testamento em que affirma de novo o seu direito e mostra ao mesmo tempo que nem um só dia contou, com o triumpho. A sua vida de pretendente passou-se na tristeza, e devemos crer, segundo essas paginas escriptas em presença da morte, que elle soffreu mais nos seus sentimentos de patriota e de christão do que na sua ambição.»

Hoje, principalmente depois das memoraveis encyclicas de Leão XIII, a questão politica em França resume-se n'isto: a França é republicana.

N'uma das ultimas sessões das delegações austriacas, Mgr. Samassa, arcebispo d'Erlau, fez as seguintes perguntas ao governo: 1) se o ministerio está resolvido a servir-se, no caso de um conclave, de todo o seu poder para que o conclave desempenhe a sua missão de uma forma completamente independente; 2) se o ministerio tenciona usar do *jus exclusionis*.

O ministro dos negocios estrangeiros Kalnoky respondeu que tinha declarações cathgoricas do governo italiano de que este estava resolvido a manter, por todos os meios ao seu alcance, a completa liberdade e independencia de um conclave eventual, e que procederá como por occasião da eleição do Papa actual; e que, pelo que respeitava ao *jus exclusionis*, «nenhuma razão havia para crer que devessem ser abandonadas as tradições que permittem ao soberano austriaco exercer a sua legitima influencia na eleição do Papa».

O *Osservatore Romano* commenta: «Julgamos opportuno recordar que, se no passado alguns Estados, por condescendencia da Santa Sé, puderam exercer uma certa influencia nos conclaves, tratava-se de Estados essencialmente catholicos, com leis inspiradas pelas doutrinas da Igreja, de que elles eram livres defensores. É pois um verdadeiro anachronismo invocar hoje pretensões que não podem achar justificação alguma nas condições actuaes d'esses Estados.»

E o *Moniteur de Rome* diz: «A brecha da Porta Pia collocou o Papado em condições tão extraordinarias, que deve afastar-se de futuro toda a suspeita de influencia. . . Á vista do estado anormal e precario do Papado em Roma, comprehender-se-ha, que, com o tempo e os interesses, mudaram as condições do conclave.»



A ANARCHIA

I

As origens — Os encyclopedistas — Diderot — Proudhon — A Associação Internacional dos trabalhadores — Bakounine — O seu programma e as suas tendencias — A Alliança da democracia socialista.

Com a sêde de innovações e reformas sociaes que se manifestou em França no seculo passado, apparecem na Europa os germens da seita anarchista, que nos ultimos annos tem proseguido a realisação do seu programma destruidor. A concepção de uma sociedade « amorpha », isto é, sem forma, tal como nos ultimos annos a phantasiou o terrivel anarchista Bakounine, é apenas uma reproducção da theoria dos encyclopedistas, quando proclamavam que todo o mal provinha das instituições sociaes e que portanto era necessario destruil-as.

Um regresso ao estado selvagem, ou ao « estado de natureza », como se dizia no seculo passado, é uma necessidade proclamada pelo anarchismo contemporaneo, como já o fôra no seculo passado por Montaigne, Rousseau e Diderot, para a extincção dos males sociaes e para a realisação da felicidade humana. ¹⁾ É n'essa escola philosophica que os anarchistas

¹⁾ É preciso, — dizia sarcasticamente Voltaire, referindo-se á opinião dos seus contemporaneos, — é preciso que vamos para o interior dos bosques andar em quatro pés.

pretendem, e com razão, encontrar a origem dos seus desvarios, citando os seguintes versos de Diderot :

La nature n'a fait ni serviteurs, ni maîtres.
Je ne veux ni donner, ni recevoir de lois.

Esse estado de natureza, que se encontra entre os selvagens, e que o anarchismo proclama como o ponto de partida de toda a justiça social, offerece-nos o mais deploravel espectáculo: o predominio do mais forte sobre o mais fraco, o assassinato, o roubo, a degradação da mulher, toda a especie de violencia e de immoralidade.

A semente lançada pelos encyclopedistas não tardou em germinar, lançar raizes, desenvolver-se e produzir os fructos que d'ella podiam esperar-se, durante os dias terriveis que a França atravessou na epocha da revolução. « Apareceram então, diz Tocqueville, revolucionarios de uma especie desconhecida, que levaram a audacia até á loucura, que não ficaram surprehendidos com novidade alguma, não se preoccuparam com nenhum escrupulo, e nunca hesitaram perante a execução de qualquer projecto. E não se julgue que estes abusos novos foram a criação isolada e ephemera de um momento, destinados a passar com elle; formaram depois uma raça que se perpetuou e espalhou em todas as partes civilisadas da terra; que em toda a parte conservou a mesma physionomia, as mesmas paixões, o mesmo character. Encontrámol-a no mundo quando nascemos, e temol-a ainda á nossa vista. ¹⁾ »

As escolas economicas em voga na primeira metade d'este seculo deram novo alento ás idéas anteriormente proclamadas, embora apparentemente se notassem algumas divergencias. Com as theorias insensatas de *Enfantin* apparecem alguns dos principios ainda hoje proclamados pelo anarchismo, como o da communitade das mulheres, e em *Proudhon* encontramos a primeira apologia da anarchia.

1) Cit. por Laveleye, *Le gouvernement dans la démocratie*, tome premier, pag. 210.

Entre as conclusões a que elle chega no seu livro — *Qu'est-ce que la propriété?* ou *Recherches sur le principe du droit et du gouvernement* — encontra-se a seguinte: « A politica é a sciencia da liberdade. O governo do homem pelo homem, sob qualquer forma que se disfarce, é oppressão. A mais elevada perfeição da sociedade consiste na união da ordem e da anarchia. »

Na organisação anarchica da sociedade phantasiada por Proudhon, o ideal da perfeição consistiria na ausencia de todo o poder politico, na suppressão de todo o governo (*an-archia*), substituindo-o pelas leis da troca, fazendo da justiça commutativa toda a base da economia social. Os homens são absolutamente eguaes na sua intelligencia e em toda a sua actividade, e por isso não podem ser uns escravos e outros tyrannos. Proudhon quer portanto a liberdade absoluta, que é incompativel com qualquer governo, com a distincção de governantes e governados, com qualquer desigualdade entre uns e outros.

As diversas cathogorias de serviços publicos, a agricultura, o commercio, a industria, os cultos, as obras publicas, as finanças, o ensino, constituem outras tantas funcções independentes e centralisadas, cada uma com o seu governo; finalmente existirá um jury, especie de assembléa nacional, directamente eleita pelo paiz, e encarregada de julgar os conflictos entre as diversas funcções, fazer as leis, fixar o orçamento e examinar as contas.

« Assim, diz Proudhon, o governo deixa de existir, pois que, pelo progresso da sua separação, as faculdades que accumulava outr'ora escapam á sua iniciativa: da *an-archia* sahiu a ordem. »

Como se vê, esta theoria de Proudhon está cheia d'essas incoherencias e contradicções que tão frequentemente se encontram nos seus livros, e que não podem deixar de existir quando se tracta de architectar phantasias absurdas e utopias extravagantes.

Pretendendo abolir todo o governo, todo o principio de auctoridade, para estabelecer a anarchia, reduz o estado a

associações de operarios livres, independentes; mas cada uma d'essas associações, correspondente a uma funcção social, tem um governo proprio, independente, e acima de todas ellas ha um grande jury ou assembléa, revestida de auctoridade para dirimir as contendas, fazer as leis, examinar as contas e organizar os orçamentos. Logo permanece a differença de cathogorias, a distincção entre governantes e governados, e subsiste o principio de auctoridade, tão essencial em toda a organização das relações sociaes, que os anarchistas não podem prescindir d'elle, mesmo contra sua vontade.

Esta incoherencia de pensamento que se revela na obra de Proudhon levou um critico a dizer que n'ella se não encontra sequer uma sombra de philosophia, e que, se a audacia dos paradoxos pelos quaes a principio se fez conhecido, junta ao seu talento litterario, lhe valeu uma grande notoriedade, a sciencia deveu-lhe muito pouco, e até se póde com justiça duvidar de que elle pensasse a serio em lhe prestar serviços. ¹⁾

Mas é certo que na *an-archia* de Proudhon vão filiar-se os absurdos do anarchismo ulteriormente propagado por Bakounine e outros agitadores. Para nada faltar, até o odio votado pelos anarchistas actuaes a Deus e á religião se encontra nas obras de Proudhon.

No seu livro — *Système des contradictions économiques* — declara-se inimigo de Deus, não se contentando com a qualificação de atheu e substituindo-a expressamente pela de *antitheista*. N'umas expressões rhetoricas em que melhor se reconhece banalidade que philosophia, onde, como diz Ad. Franck, ha talvez mais ostentação de impiedade que impiedade real, Proudhon dirige-se a Deus, negando-o: « O teu nome, que foi por tanto tempo a ultima palavra do sabio, a sancção do juiz, a força do principe, a esperanza do pobre, o refugio do criminoso arrependido, esse nome incommunicavel, de futuro votado ao desprezo e ao anathema, será assobiado entre os homens; porque Deus é loucura e baixeza; Deus é hypocrisia e mentira; Deus é tyrannia e miseria; Deus é o mal. »

1) F. Ravaisson, *La philosophie en France au XXIe siècle*, pag. 43.

Esta apostrophe, cheia de blasphemias repugnantissimas e de uma louca ostentação de impiedade, não merece discussão nem parece propria de um homem que se fez passar por philosopho. Os anarchistas de hoje pensam da mesma forma, quer dizer, adoptam os mesmos absurdos brutaes, inqualificaveis.

O movimento socialista que teve por chefes Proudhon, Fourier, Owen, Saint-Simon e Luiz Blanc espalhou-se rapidamente nos grandes centros industriaes, e veio a produzir a *Internacional*, que por sua vez devia dar origem ao anarchismo. A *Associação Internacional dos Trabalhadores*, formada a principio com vistas simplesmente economicas, traz a sua origem da exposição de Londres de 1862, embora as idéas que ella traduziu existissem ha muito no espirito dos socialistas. Eis os factos e as considerações que a produziram:

Na Europa occidental e meridional, a producção faz-se nas mesmas circumstancias, com as mesmas materias primas e por identicos processos. Estabelecida a concorrência dos productores, procuram todos baixar os preços de venda, o que necessariamente influe na baixa dos salarios. Como a concorrência não se estabelece apenas entre os productores de um paiz, a concorrência da producção estrangeira agrava o mal. Para evitar a baixa dos salarios seria necessario, portanto, que se entendessem os operarios dos diversos paizes. Eis a origem da *Internacional*.

O primeiro congresso d'esta associação reuniu-se em Genebra em setembro de 1866, e d'ahi em deante, sob o impulso de Mazzini, Karl Marx e outros, recrutou um grande numero de adherentes em todas as nações. Um dos seus mais terriveis propagandistas foi o revolucionario russo Miguel Bakounine, que estava destinado á glória missão de fundar o partido anarchista ¹⁾

¹⁾ Bakounine, descendente de uma familia da aristocracia russa, nasceu em 1814 perto de Moscow. Era parente do general Mourawief, a quem os polacos deram o nome de carrasco da Polonia. Depois de servir no exercito russo como official de artilheria foi para a Allemanha em 1846, e ali acabou de formar o seu espirito revolucionario na escola hegeliana a que pertenceu Max Stirner, Feuerbach e Schopenhauer. Em 1847 esteve em França, mas foi expulso pouco depois. Em 1849 foi preso na Allemanha e condemnado á morte como um dos chefes da insurreição de Dresde. A pena de morte foi commutada na de prisão perpetua, que começou a

Revolucionario fanatico, Bakounine percorreu quasi toda a Europa agitando o facho da insurreição social. Poz a sua actividade ao serviço da *Internacional*, mas não se conformou com o que elle chamava character opportunist e contemporizador d'essa terrivel associação. Quando viu contrariados os seus projectos por uma grande maioria no congresso da *Liga da paz e da liberdade*, celebrado em Berne, sob a presidencia de Victor Hugo, em 1869, resolveu crear uma sociedade nova, a *Alliança da democracia socialista*, cujo programma apresentou ao congresso, e onde se lia, entre outras cousas:

« A *Alliança* declara-se athêa. Quer a abolição definitiva e completa das classes, e a egualisação politica, economica e social dos dois sexos. Quer que a terra, os instrumentos de trabalho, como qualquer outro capital, convertendo-se em propriedade de toda a sociedade collectiva, só possam ser utilizados pelos trabalhadores, isto é, pelas associações agricolas e industriaes. Reconhece que todos os Estados politicos e auctoritarios, actualmente existentes, devem desaparecer na união universal das associações livres. »

E como realisar a transformação da sociedade n'este sentido? Deve operar-se a transformação lenta das instituições actuaes? Vae responder um bakouninista, Jaclard, com as seguintes palavras pronunciadas no congresso de Berne:

« Quereis conservar as instituições actuaes para as melhorar? Debalde. Ellas só podem ser instrumentos de tyrannia e de espoliação. Nós somos logicos: queremos destruir tudo. Separamo'-nos de vós, e dizemos-vos: Tereis a guerra, e uma guerra terrivel, que ha de levantar-se contra tudo o que existe. Sim, é preciso acabar com a burguezia e com as suas instituições. Só nas suas ruinas fumegantes é que ha de assentar-se a republica definitiva. É nas ruinas cobertas, não direi do seu sangue, — porque ha muito tempo que

cumprir n'uma fortaleza da Austria. Reclamado pelo governo russo, foi encerrado no forte de Petropanlowsk, em S. Petersburgo, onde esteve oito annos. Em 1857 foi exilado para a Siberia, e ali, graças á protecção do governador, que era seu parente, gosou da maxima liberdade, até que fugiu do porto de Nikolaiefsk. Passando pelo Japão e pela America, chegou á Inglaterra em 1861. Desde então começou a espalhar as idéias revolucionarias por toda a Europa.

o não têm nas veias, — mas dos seus detrictos accumulados, que havemos de levantar o estandarte da revolução social. »

Estas declarações de Jaclard harmonisavam-se perfeitamente com o modo de pensar de Bakounine, que, escrevendo em Genebra um pamphleto com o titulo — *Princípios da Revolução* — dizia, relativamente aos meios de conseguir o amorphismo social: « Não admittindo nenhuma outra actividade senão a da destruição, declaramos que as fórmias em que deve exprimir-se essa actividade podem ser extremamente variadas: veneno, punhal, estrangulamento. A revolução santifica tudo sem distincção. »

Em setembro de 1870, Bakounine indicava aos revolucionarios francezes o caminho que deveriam seguir, traçando assim o plano da insurreição communita de 17 de março de 1871, nos seguintes termos:

« A capital insurrecta constitue-se em communa. A federação das barricadas mantém-se permanentemente. O conselho communal é formado por delegados, um por barricada ou por bairro; deputados responsaveis e sempre revogaveis. O conselho escolhe no seu seio commissões executivas separadas para cada ramo da « administração revolucionaria da communa ».

« A capital declara que, sendo abolido todo o governo central, renuncia a governar as provincias. Convidará as outras communas urbanas e ruraes a reorganisarem-se revolucionariamente e a enviarem, a um logar designado, delegados com mandato imperativo e revogavel, para constituirem a federação das communas autonomas e organisarem a força revolucionaria necessaria para triumpharem da reacção. Essa organização não é limitada ao paiz insurrecto. Podem fazer parte d'ella outras provincias ou outros paizes. Serão excluidas as communas que se pronunciarem pela reacção. »

Estes periodos exprimem o pensamento revolucionario de Bakounine; mas ainda o traduzem melhor os seguintes, extrahidos do programma da *Alliança da democracia socialista*, a que acima nos referimos:

« A associação dos irmãos internacionaes quer a revolu-

ção universal, social, philosophica, economica e politica ao mesmo tempo, para que da actual ordem de coisas, fundada na propriedade, na exploração, no principio da auctoridade, quer religiosa, quer metaphysica, burguezmente doutrinaria ou mesmo jacobinamente revolucionaria, não fique pedra sobre pedra, primeiro em toda a Europa, e depois no resto do mundo. Ao grito de: « Paz aos trabalhadores! liberdade a todos os opprimidos! » e de « Morte aos dominadores, exploradores e tutores de toda a especie! » — queremos destruir todos os Estados e todas as Egrejas, com todas as suas instituições e as suas leis religiosas, politicas, juridicas, financeiras, policiaes, universitarias, economicas e sociaes, para que todos esses milhões de pobres seres humanos, enganados, escravizados, atormentados, explorados, — enfim libertados de todos os seus directores e bemfeitores officiaes e officiosos, associações ou individuos, — respirem de futuro com uma completa liberdade. »

A ultima palavra de Bakounine era, pois, a pandestruição, abrangendo todas as instituições actuaes mesmo nos seus traços mais insignificantes, n'uma palavra, o amorphismo social como principio de uma reorganisação futura. Ao seu espirito demolidor, nem a propria sciencia escapa, pois elle faz a apologia da « santa e salutar ignorancia », e aconselha aos estudantes que abandonem as escolas e as universidades. Sabe-se que Bakounine tinha uma intelligencia bastante vulgar e uma instrucção muito limitada, e talvez isto explique o seu modo de pensar a respeito da sciencia, das escolas e dos estudantes.

FORTUNATO DE ALMEIDA.

(Continúa).



O PALACIO DE D. MARIA TELLES

Um dos episodios historicos occorridos em Coimbra, que mais fortemente tenham impressionado a alma popular, foi o assassinato de D. Maria Telles.

O caso é simples e de sobejo conhecido. O infante D. João, filho de D. Ignez de Castro, achava-se clandestinamente casado com aquella dama.

A saude do rei D. Fernando enfraquecia a olhos vistos e, á falta de deſcendencia varonil, não seria para surpresa a ascensão do infante ao throno portuguez.

O despeito e o ciume da terrivel Leonor suggerem-lhe um novo crime. Finge ignorar a ligação matrimonial do infante; acaricia-lhe a ambição da corôa com a visão do casamento com a princeza D. Beatriz; e ao mesmo tempo manda insinuar-lhe suspeitas sobre a fidelidade conjugal da esposa.

Eis em duas palavras o entrecho do sanguinolento drama.

Preparada a conspiração com a subtil perfidia d'essa mulher, que possuia o diabolico poder da astucia e da sedução, o desenlace não se fez esperar.

O infante allucinado parte para Coimbra; chega n'uma manhã fria de novembro, ao romper da madrugada; penetra violentamente nos aposentos da infeliz, que surprehende no leito, e arranca-lhe a vida a golpes de adaga, sem querer ouvir-lhe as supplicas, com uma crueldade que nos faz soffrer.

« Nem vim eu aqui pera estar comvosco em pallavras »!...

Tal é na sua maior simplicidade a pungente peripecia que encheu a cidade de espanto e de dôr.

Por muito tempo vogou a crença de que o assassinio fôra perpetrado na torre da antiga cerca da cidade, que ainda existe transformada em casa de habitação, junto ao edificio da Misericordia.

Era precisa uma Torre para localisar o acontecimento e foi aproveitada essa, como podia ser preferida outra. A sem-razão seria a mesma.

Mais tarde surgiu a pretensão de trocar a torre pela residencia que lhe fica proxima, sem que os argumentos aduzidos lograssem melhor fundamento.

E isto, não obstante o chronista Fernão Lopes ser explicito na determinação do local do tragico epilogo.

A questão foi ha vinte annos tratada de maneira proficiente e até certo ponto decisiva nas paginas do *Conimbricense*. Mas é necessario insistir até á radical extirpação do extranho equívoco.

Quando o infante, áquem da ponte, ordena a um dos da comitiva que o conduza á morada de D. Maria, exprime-se assim o chronista: « *e entom os levou aa Igreja de Sam Bartholameu, domde naçe huma estreita rua que directamente vay sahir aas portas daquellas casas* ».

Não é preciso grande esforço para se perceber se o testimonho garantido de Fernão Lopes é inconciliavel com a collocação do palacio de Sub-ripas.

A antiga igreja de S. Bartholomeu era situada no arrabalde, isto é, extra-muros, e nas immediações da que actualmente existe construida nos meados do seculo passado. E o aspecto do terreno mostra quanto a rocha ao sopé da cerca, em todo o lanço ao poente, seria escarpada e ingreme.

Basta um pouco de attenção, para se reconhecer como é attentatoria e revolucionaria a hypothese d'uma rua estreita que partisse de S. Bartholomeu e attingisse aquelle ponto!

Note-se: ainda mesmo da parte de fora da barbacan da muralha!...

Demais, a tradição é recente; foram os modernos escriptores que se encarregaram de propalar a invenção. Luz Soriano faz peor: diz que aquella casa fôra o *alcaçar dos reis godos*, antes da conquista da cidade em 1064!!...

Ante esta e outras considerações meramente topographicas o simples bom senso vacilaria pela veracidade da attribuição; mas ainda outros argumentos se levantam mais incisivos e terminantes. A epocha da construcção é attestada pelos caracteres inilludiveis da sua architectura, e confirmada pelos instrumentos juridicos da concessão, transmissão e posse do terreno, onde foi edificado o palacio no primeiro quartel do seculo XVI.

A decoraçào architectonica, dita *manuelina*, é difficil de classificar com precisão chronologica, porque abrange talvez um espaço de mais de setenta annos!

E durante este longo periodo viveu como nasceu, n'uma completa emancipação artistica, impellida á mercê do capricho, em todas as direcções, sem rumo, sem lei e sem ideal fixo, produzindo as mais bizarras originalidades e desconnexas extravagancias.

As linhas fundamentaes da sua estructura e os elementos estheticos e organicos, que deviam marcar os limites, dentro dos quaes se movesse e agitasse a energia mental e a inspiração do architecto, desde o principio que foram baralhados n'uma insubordinação illogica, embora quasi sempre tocante e graciosa.

É por esta insubmissão que se explica a coexistencia simultanea do *manuelino* audaz e harmonioso, ponderado em sensato equilibrio e concebido na exuberancia pujante d'uma imaginação animada e pitoresca; o *manuelino* sentimental, que pretendia um eclecticismo douto e conciliador entre a renascença triumphante e o gothico extincto; e ainda um outro *manuelino* plebeu, vivaz, rude e anarchico, que não tinha passado nem futuro.

Sob estas tres aspectos o *manuelino* apresentou-se igualmente considerado e em honra!

E de tudo ha exemplos que confirmam a veracidade d'esta observação.

É difficil portanto marcar a epocha d'uma construcção d'este *estyllo*, a não ser pelo predominio dos elementos intencionaes da decoração, que tendiam naturalmente a tornar-se mais fertes e castigados.

Ora o edificio em questão pode classificar-se no terceiro grupo; e a data approximativa de 1520 não será desarrasoadá. Isto deduzido da sua feição artistica e em concordancia perfeita com os documentos da acquisição do terreno, que são de 1514!

Custa a crer como uma tal ficção, tão pouco consistente ao mais superficial exame, radicou na credulidade geral; e, mais ainda, como pode ser accpta por homens illustrados e antiquarios respeitaveis!...

Se porem, em vista d'estas e semelhantes considerações, ainda ha partidarios da tradição, um unico recurso resta aos fantasistas: allegar a reconstrucção da casa posteriormente ao successo!

Mas isso seria o ultimo desespero da obstinação!...

Em resumo: contra o arbitrio da pretensão se levantam todos os racionios deduzidos da descripção incontestada da velha chronica; os caracteres architectonicos do edificio, bradando com uma clareza inilludivel; e ainda os documentos escriptos, que, pode ser, valham mais que tudo, a persuadir os pertinazes, seduzidos pelo gosto de contemplar o theatro onde foi representada a commovente scena, que atravez da historia tem feito gemer a sensibilidade generosa dos lyricos.

A. GONÇALVES.



O ATHEISMO NO ESTADO

—◆—
(Conclusão)
—

IV

A historia de todos os tempos confirma a verdade do profundo conceito de Montesquieu, que, apesar de muito repetido, não perdeu a sua oportunidade: a religião christã, que é destinada a tornar os homens bemaventurados na vida futura, ainda n'esta os torna verdadeiramente felizes.

O socialismo e depois o anarchismo são consequencias muito logicas do atheismo official dos Estados. Desde que Jesus Christo é expulso das sciencias, da legislação, da escola, da officina e até do lar domestico, a revolução social, com todo o seu cortejo de crimes e horrores, é inevitavel. Não a intimida o apparatus da força armada, e, apesar das leis de morte e proscricção contra os seus fautores, avança ousada e destemida na consecução do seu fim. É que as idéas não se combatem, quando más, com a força bruta, mas com a propaganda das idéas christãs, as unicas que podem tornar impossivel a revolução contra a ordem social. É necessario restaurar o ensino, desde a escola primaria á superior, e este deve ser o primeiro trabalho dos Estados modernos. As sociedades, como os individuos, são susceptiveis de regeneração, e sob qualquer forma politica podem as nações, abatidas pela descrença, erguer-se cheias de vida e reconquistar a felicidade

que perderam. Assim o tem proclamado do alto da cadeira apostolica o immortal Pontifice Leão XIII. O ideal d'este grande Papa é restaurar a soberania de Jesus Christo nas sciencias, nas artes, na familia, na officina, nos parlamentos, nos codigos, em tudo: *instaurare omnia in Christo*. Pouco depois de exaltado á mais alta dignidade e poder que existe sobre a terra, o sabio Pontifice abalança-se á empreza colossal de estabelecer nas escolas a unidade scientifica, pelo restabelecimento da philosophia christã, em que foram educados os grandes sabios e que tão assignalados triumphos logrou para a causa da civilisação, que é a causa da Egreja. Das chamadas escolas philosophicas, principalmente da Allemanha, é que sahiram os erros productores do atheismo dos Estados. Era necessario oppor a estas escolas a verdadeira philosophia, preparar uma nova geração educada nos principios da verdade, e d'este modo ficava preparado o terreno para a restauração do throno que Jesus Christo deve occupar nas sociedades, como senhor e supremo arbitro dos individuos e das nações. Nunca se negou um dogma christão, sem que primeiro se houvesse negado um principio de sã philosophia, pois que esta, como diz Santo Thomaz de Aquino, subministra os preambulos da fé e mostra que são improcedentes as difficuldades que se lhe oppõem. A restauração philosophica inaugurada por Leão XIII é o feliz presagio e a aurora sorridente da restauração christã nas sociedades ora sujeitas á feroz tyrannia do atheismo official dos Estados.

E para apressar o dia tão suspirado d'esta restauração, o sabio Pontifice ordena aos catholicos, no legitimo exercicio do seu magisterio supremo, que reconheçam e acceitem os poderes politicos estabelecidos, e procurem depois, por todos os meios que a justiça e a moral justificam, substituir a legislação athêa por uma legislação verdadeiramente christã. Dominava em muitos espiritos a idéa de que a restauração christã nos Estados modernos só podia operar-se sob uma determinada forma politica. Leão XIII condemnou este erro, que tão fatal tem sido para os interesses religiosos, e ensinou que sob uma forma de governo imperfeita pode existir uma

legislação verdadeiramente christã, e, pelo contrario, sob uma forma de governo perfeita pode existir uma legislação anti-christã. A historia confirma esta verdade. As formas politicas são radicalmente distinctas da legislação.

Fazer depender a restauração do reinado social de Jesus Christo de uma determinada forma politica, e só d'ella, é negar a origem divina do christianismo. De todas as formas politicas recebeu a Igreja de Deus grandes beneficios e grandes affrontas, e este facto, indiscutivel á luz da historia, vem confirmar a luminosa distincção do nosso immortal Pontífice entre a forma politica de um Estado e a sua legislação. Aquella é sempre boa em si, esta não; aquella constitue a essencia do governo, esta o accidente; aquella, finalmente, harmonisa-se com os principios christãos, esta nem sempre.

A Igreja apenas pede aos governos liberdade para exercer a sua missão civilisadora, e nada tem a temer, como diz Balmes, d'esse « espirito de liberdade que invade o mundo civilisado e se dilata por todas as partes como um rio que trasborda. » « A alliança do altar e do throno absoluto, continua aquelle pensador illustre, podia ser necessaria ao throno, mas não o era ao altar. Nos Estados Unidos, a religião progride sob as formas republicanas; na Grã-Bretanha realisou extraordinarios progressos á medida que se desenvolveu a liberdade; e se é certo que n'outros paizes soffreu consideraveis perdas, não cremos que estas se devam attribuir todas á ruina do throno absoluto. Durante os ultimos sessenta annos ¹⁾, a religião soffreu muito em França, mas é certo que as suas feridas estavam abertas antes, e essas feridas recebeu-as no tempo do governo absoluto. A religião não tem que lamentar-se tanto de Luiz Filippe e de Napoleão, como de Luiz XV e da sua favorita Pompadour.

« Não foram os monarchas absolutos que fomentaram na Italia o espirito de opposição á Santa Sé? Não eram ministros de principes absolutos nos reinos mais poderosos da Europa os que tanto contristaram o coração de Clemente XIII e

¹⁾ Balmes escrevia estas palavras em 1848, na brochura intitulada: *Pio IX.*

de outros Papas?... Os que temeram pela causa da religião ao ver que as formas absolutas cahiram n'essas partes e n'outras oscilam, deviam reflexionar um pouco sobre o ensino da historia. De que tempo datam essas formas, taes como as conhecemos? Do seculo XVI. Chegam ao seu apogeu no seculo XVII e começam a cair no seculo XVIII. Estes são os factos. Pelo contrario a religião christã progride sob a espada dos imperadores gentios; estende-se entre difficuldaes e perseguições que lhe suscitam alguns imperadores christãos; permanece em pé no cataclismo da invasão barbara e subjuga os invasores pelo seu ascendente moral; conserva-se emquanto o feudalismo e as invasões sarracenas destroçam a Europa; soffre uma perda com o apparecimento do protestantismo, mas em compensação estende-se pelas Indias orientaes e occidentaes; sahe pura do crisol da perseguição na revolução franceza e ao mesmo tempo se propaga na Inglaterra e nos Estados Unidos á sombra da Liberdade.»

O immortal publicista catholico passa em seguida a mostrar que é um erro attribuir ás formas representativas *todos* os males que a religião tem soffrido; que nas formas politicas nada ha que seja essencial á religião, porque todas offerecem seus inconvenientes e suas vantagens; que a Egreja não teme o movimento democratico da epocha, e conclue a necessidade de propagar estas idéas «para attrahir todos os espiritos nobres, persuadindo-lhes que na religião nada ha que se opponha á boa ordem na administração, ao progresso material, ao desenvolvimento da intelligencia e ao exercicio da liberdade politica. Que entre as formas humanas que caducam e se gastam, não deve ser contada a religião catholica; e que ella com os seus dogmas, com a sua moral, com a sua hierarchia, com a sua auctoridade, pode permanecer illesa no meio das vicissitudes dos imperios; que pode plantar a cruz sobre o palacio dos Cesares como sobre as assembléas populares; que pode ungir um monarcha sob as abobadas de um templo gothico, ou benzer um caminho de ferro; que pode ser heroica sob a couraça de um cruzado ou sob a humilde touca de uma irmã de caridade; que pode defender um rei contra as hostes

de Napoleão, ou a liberdade republicana sob as bandeiras do Sonderbund. »

Não deve ser suspeita a auctoridade de Balmes para certa escola politica; e todavia o eminente pensador que é uma das primeiras glorias scientificas da Hespanha catholica, escreve: « A acção d'um governo não depende sómente das suas formas, senão do espirito que lhes preside. Emquanto a Inglaterra emancipa os catholicos e os Estados Unidos dão liberdade completa a todos os fieis, a Russia commette attentados que Gregorio XVI tão sentidamente lamenta n'uma allocução. A democracia é certamente funesta, quando lhe falta a religião e a moral; mas o que é ainda mais para temer do que a anarchia, é um monarcha absoluto cujo governo tem o mesmo vicio. A incredulidade presta-se admiravelmente ao serviço dos reis absolutos, e d'elles se serve como de instrumentos; as formas nada valem. Os incredulos applaudirão a republica do mesmo modo que o despotismo; darão os seus votos na Convenção ou n'um conselho de realistas, consoante os acontecimentos e as circumstancias; exaltarão assim os direitos imprescriptiveis do povo, como os do monarcha; declamarão contra os tyrannos ou contra os que tentarem usurpar as prerogativas da magestade; tornar-se-hão partidarios da independencia das nações, ou ridicularisarão com cynismo a morte d'um grande povo; chorarão sobre a sua tumba, ou insultarão a sua derradeira agonía. »

Para combater, pois, e destruir o atheismo dos Estados modernos e substituil-o pela soberania de Jesus Christo não é necessario combater e destruir uma dada forma de governo para a substituir por outra. Basta uma só cousa: cumprir fielmente as sabias e opportunas instrucções de Leão XIII sobre os deveres dos catholicos para com os governos constituidos.

DR. SILVA RAMOS.



OS JESUITAS E A RESTAURAÇÃO DE 1640

(Conclusão)

Mercurianus escreveu logo a Leão Henriques e ao provincial de Portugal, «prescrevendo a ambos, sob pena de censura, e aos socios do instituto, que não tornassem a figurar por um ou por outro lado nas contendas dos pretendores, e cometendo a um padre italiano, procurador da provincia do Brazil, a essa hora residente em Lisboa, a informação mais severa ácerca do exacto cumprimento d'estas ordens.» ¹⁾

As instrucções não foram promptamente obedecidas, e tanto que D. Christovam de Moura continuou a queixar-se repetidas vezes da má vontade dos jesuitas, que resistiam tenazmente á seductora tentação do ouro castelhanu.

Em fevereiro de 1579 chegava a Lisboa o duque de Ossuna, embaixador hespanhol, afim de activar a obra da corrupção. Christovam de Moura instruiu o duque ácerca do estado das cousas, e, diz Rebello da Silva, «concordaram em que o velho soberano, dominado pelos jesuitas e pelos outros parciaes da casa de Bragança, só cuidava na maneira mais prompta de assegurar a corôa á duqueza sua sobrinha.» ²⁾

1) Salvá — *Collección de documentos inéditos para la historia de España*, tom. vi. — Correspondencia de D. Juan de Zuniga. — Officio de 10 de janeiro de 1579. — Cit. por Rebello da Silva, *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, tom. I, pag. 328.

2) Obr. e vol. cit., pag. 356.

Nem deve admirar-nos que a Companhia se collocasse n'esta attitude, pois não só era natural que os seus membros sentissem pouco affecto pela dominação estrangeira, mas sabiam tambem que a Santa Sé, por causas que não veem ao nosso proposito, embaraçava quanto podia as diligencias de Filippe II, sem desattender uma certa ordem de conveniencias. Esta attitude da curia deu até occasião a que Ossuna e Christovam de Moura se queixassem amargamente do nuncio de Portugal, accusando-o de contrariar a causa de Castella.

Em Coimbra, onde a esse tempo era decisiva a influencia dos jesuitas, era tambem onde se manifestava uma das mais vivas opposições contra o pretendente hespanhol. Os estudantes e o povo declaravam-se abertamente pelo prior do Crato; os lentes e pessoas mais gradas da cidade combatiam publicamente o pretendente estrangeiro e mostravam-se affeicoados á casa de Bragança.

Durante os sessenta annos de dominio castelhano tambem os jesuitas não perderam ensejo de alimentar no povo o amor da independencia e a esperança de uma restauração, valendo-se para isso do pulpito e de todos os meios de influencia.

Conta o auctor do *Portugal restaurado* que o monarcha se inquietava com a guerra que abertamente lhe faziam no pulpito, e por isso mandou castigar alguns religiosos. Um dos que mais se distinguiram n'esta propaganda anti-castelhana foi o padre Luiz Alvares, «da Companhia de Jesus, religião em que esteve sempre viva a fé portugueza. Prégando este religioso na capella a el-rei, estando ainda em Portugal, dia de S. Filippe apostolo, tirou do mesmo evangelho o thema, e com grande vigor voltou para el-rei, e lh'o referiu dizendo: *Philippe, qui videt me, videt et Patrem*. E ajustou ao thema um discurso eloquentissimo, mostrando que a representação era um direito que preferia a todo o outro, e que aquelle que o offendia, tyrannisava a justiça. Bem conheceu el-rei que fallava a favor da casa de Bragança, mas valeu-se da sua prudencia para o dissimular» etc. ¹⁾ Outra vez prégava o

1) *Portugal restaurado*, liv. 1, vol. 1, pag. 38 (ed. de mdccx).

mesmo religioso ao cardeal Alberto o evangelho do paralytico; tomando por thema as palavras—*Surge, tolle grabatum tuum et ambula*, voltou-se para o cardeal e disse: «Serenissimo principe, querem dizer estas palavras: Levantae-vos depressa, tomae o vosso fato, e ide para vossa casa.» ¹⁾

Um outro meio empregado pelos jesuitas para fortalecerem o patriotismo popular e o amor á independencia era a lenda do *encoberto*, que promettia o regresso do infeliz D. Sebastião. Em outro tempo, a lenda não podia resistir ao ridiculo que a caracterisava; mas o paiz estava opprimido, sentia cada vez mais pesado o jugo estranho, e deixava-se embalar na doce illusão do proximo advento do monarcha portuguez. Os proprios padres da Companhia, ao menos a sua maior parte, reconheciam a inanidade das prophcias; mas nem por isso deixavam de as alimentar no povo, para que estivesse sempre vivo o desejo da liberdade, como diz o auctor do *Portugal restaurado*.

Por outro lado, os monarchas hespanhoes não faziam senão exacerbar os animos das ordens religiosas e do clero em geral, fazendo pesar sobre os bens e os rendimentos ecclesiasticos as exigencias do fisco, concedendo aos judeus, a troco de grossas quantias, liberdades e garantias que não estavam nas tradições nacionaes. As exigencias ao clero pesavam tambem sobre o povo, porque os conventos, as misericordias, irmandades e confrarias suspenderam ou reduziram as esmo-las que costumavam distribuir. A este respeito escreve Re-bello da Silva:

«A inimisade de muitas ordens religiosas ao dominio castelhana era antiga. As severidades actuaes serviram-lhe de justificação para a transformar em guerra declarada. A unanimidade de sentimentos, a impaciencia do captiveiro, e a fé viva na restauração da liberdade, que tanto facilitaram a feliz temeridade de 1640 foram obra, em parte, dos esforços do clero. Sem o seu apoio decidido não é provavel, por maiores que fossem as offensas, que a nobreza arriscasse tão de leve a aclamação de D. João IV.» ²⁾

¹⁾ Ibid.

²⁾ *Historia de Portugal*, tom. III, pag. 387.

Em 1637 rebentaram os tumultos de Evora, em resistencia aos impostos exigidos por Castella, que tractava Portugal como paiz conquistado. Os jesuitas procuraram animar o movimento, e começaram a dirigir o povo, a espalhar que iam realisar-se as prophcias relativas ao *encoberto*, e até citavam como verificados prognosticos do seu proximo advento.

N'este sentido multiplicavam-se os discursos, os livros e os folhetos com as prophcias impressas. No fogo da sua propaganda chegavam a felicitar o povo pela approximação da liberdade. Em Evora estavam á frente d'este movimento o dr. theologo Sebastião do Couto, e os padres Alvaro Pires Pacheco, descendente de Duarte Pacheco, Gaspar Correia e Diogo Lopes.

D. Francisco Manuel observa que os padres da Companhia, pelo prestigio e influencia de que gosavam, arrastavam atraz de si as multidões ¹⁾; os dominicanos tambem se não poupavam na propaganda contra Castella, e o mesmo deve dizer-se dos franciscanos e de muitos religiosos dos outros institutos.

Que os religiosos e os ecclesiasticos representavam o principal papel na indisposição dos animos contra o jugo estrangeiro, e eram os promotores dos tumultos que n'esse sentido se repetiam,—vê-se de uma carta expedida pela princeza Margarida, em 2 de dezembro de 1637, a todos os bispos e prelados maiores das ordens religiosas. ²⁾

Começa por queixar-se de que eram os religiosos e ecclesiasticos os principaes promotores de todas as alterações que se davam no reino, sendo interessados em que os povos não consentissem no real d'agua; e accrescenta que, apesar de diversas ordens expedidas aos prelados para castigarem os sediciosos da sua jurisdicção, não se via castigo nem emenda, e pelo contrario a sedição continuava e augmentava.

Diz que os tribunaes ecclesiasticos não podiam ou não

1) *Epanaphora politica I*, pag. 35 e seg.

2) Encontra-se transcripta na *Deducção chronologica*, parte I, div. VIII, pag. 176 e 177.

queriam castigar os seus subditos envolvidos na sedição, e recorda o exemplo de principes seculares que castigaram com penas capitaes as pessoas ecclesiasticas, o que n'aquelle caso deveria tambem fazer-se, para manutenção e segurança da republica, que não podia subsistir ficando dependente dos tribunaes ecclesiasticos.

Observa que podia desde logo proceder contra os ecclesiasticos culpados, mas resolvia que todos em geral fossem admoestados para que não se envolvessem na sedição, e d'isso encarregava os prelados, sob pena de que, não o fazendo, ficava livre todo o procedimento ulterior do poder civil contra os clerigos e religiosos culpados.

Estas advertencias e comminações não produziram outro effeito senão o de irritar cada vez mais os animos e dar novo alento á vasta conspiração que se formava. No pulpito continuaram a apparecer allusões manifestas á marcha dos negocios politicos, e nas cathedras não se perdia qualquer occasião de excitar os sentimentos patrioticos da mocidade. Por toda a parte se minava a fidelidade dos povos e procurava-se acalantar a esperança de melhores dias para a patria. Recordavam-se as glorias dos tempos passados e comparavam-se com os opprobrios do presente. Para dar valor á esperança de uma restauração proxima, lançava-se mão de textos biblicos, vaticinios antigos, visões mysteriosas, e de coincidencias casuaes faziam-se avisos do ceo.

O povo facilmente se persuadia de toda esta propaganda dos religiosos, porque, diz o conceituoso auctor das *Epanaphoras*, é facil de persuadir ao coração aquellas cousas que deseja. N'um pamphleto celebre d'aquelle tempo, attribuido a fr. José Teixeira e intitulado *Fóra Velhaco*, citam-se trechos de sermões em que o governo hespanhol é violentamente accusado e até injuriado. Estas liberdades do pulpito cabiam perfeitamente nos costumes da epoca, como se pode verificar lendo os sermonarios de então.

Alguns frades que tinham emigrado para o estrangeiro auxiliavam de lá quanto podiam o movimento que se operava em Portugal. Um d'elles foi o franciscano Diogo Soares, que

conquistára uma grande reputação em Paris, onde era conhecido pelo nome de *cordelier portugais*. Outro foi o padre José Teixeira, que, como o primeiro, foi capellão de Henrique IV. Estes e muitos outros religiosos procuravam todos os ensejos para dispôr a opinião publica de França a favor da nossa independência e indispôr-a contra os pretendidos direitos dos Filippes. Tão valiosa foi esta influencia, que apenas rebentou a revolução de 1640 vieram alistar-se nas fileiras portuguezas muitos voluntarios francezes. O proprio Richelieu mandára a Lisboa diversos emissarios, entre os quaes o joalheiro Brou, para animar o movimento revolucionario, ¹⁾ e não hesitára em instigar os descontentes e prometter-lhes auxilios.

Ora, se não pode attribuir-se á Companhia de Jesus todo este plano de propaganda, toda esta reacção vigorosa contra o dominio estrangeiro, é inquestionavel que pelo menos lhe cabe o papel principal.

Pela sua decisiva influencia nos espiritos, pelos seus esforços constantes na disposição dos animos para a obra da restauração, os jesuitas contribuíram muito para o exito da empreza do primeiro de dezembro de 1640, a qual, sem elles, talvez não passasse de um sacrificio inutil.

FORTUNATO DE ALMEIDA.



1) Vid. *Les Portugais en France*, pag. 50 e 125 a 129; Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, t. II, no art. *Diogo Soares*.

CHRONICA CONTEMPORANEA

I

INTERIOR

*Abertura do parlamento — A situação politica — O discurso da corôa e a
marinha de guerra — A expulsão de Salmeron — Os acontecimentos de
Lourenço Marques — A sorte das colonias — As missões na Africa —
Reforma da marinha.*

Aberto o parlamento no primeiro de outubro, começou a espalhar-se com insistencia, ainda antes de constituidas as camaras, que o governo tenciona propôr ao monarcha o addiamento das côrtes. Por si e pelas circumstancias que o revestem, este boato, que aliás não parece infundado, tem uma certa gravidade que a ninguem passará despercebida. O governo violou primeiro o artigo da Carta que manda abrir as côrtes no dia 2 de janeiro, violação que de fôrma nenhuma pode ter a gravidade que lhe attribuiram os partidos opposicionistas; mais grave, porém, é a violação do artigo que estabelece o prazo de tres mezes para a duração de cada sessão annual.

Por circumstancias ponderosas poderia o governo addiar a abertura do parlamento, sem offensa grave do espirito da lei constitucional; mas o que não pode é limitar o periodo de exercicio das camaras, sem offensa grave ás attribuições dos representantés da nação. Isto é evidente para os menos lidos em direito constitucional.

Concederá o monarcha o addiamento das côrtes? Não nos parece muito provavel porque o passo é arriscado para todos e perigoso para a corôa. Quando o paiz espera ancioso o esclarecimento de tantas questões importantes, o facto de se esquivar o governo a dar conta dos seus actos produziria de certo um grande descontentamento no paiz e tornaria mais violentas as luctas partidarias. Assim, se o governo julgar indispensavel para a sua existencia o addiamento das côrtes, não deve surprehender ninguem a constituição proxima de um gabinete progressista.

*

Duas palavras apenas do discurso da corôa impressionaram profundamente a opinião publica e suscitaram na imprensa largos commentarios

desfavoráveis ao governo. Depois de grandes elogios ao exercito dizia o discurso :

«Não menos merecedora d'esses disvelos é a nossa marinha de guerra, cuja corporação tão bem sabe, *em regra*, manter o brilho das tradições herdadas . . . »

Todos viram n'aquella expressão — *em regra* — uma offensa ás brilhantes tradições da marinha de guerra, sempre prompta na hora do perigo a defender os interesses e a honra da patria, e todos comprehenderam tambem que, para se fazer ao exercito de terra os mais merecidos elogios não era preciso amesquinhar a armada.

A expressão foi inconvenientissima, porque não só fôra injusta para a classe dos marinheiros, mas significava uma pressão moral do governo sobre um processo pendente contra dois officiaes de marinha por causa dos revoltosos brazileiros, — e tendia a estabelecer entre as forças de terra e a marinha uma rivalidade perigosa.

Debalde se tem procurado desculpar o governo, dizendo que a phrase não foi intencional. A omissão dos serviços prestados pelos marinheiros na ultima expedição á Guiné, e a declaração de que o destino da marinha de guerra « é, no nosso paiz, principalmente subsidiario da administração ultramarina », provam sufficientemente que houve o proposito de ferir a armada. Com que intuito? Houve quem dissesse que se tractava de abrandar as iras do marechal Floriano Peixoto, para facilitar o restabelecimento das relações diplomaticas entre Portugal e Brazil. Isto seria uma politica tão baixa e tão mesquinha, que custa a crer em semelhante interpretação.

Qualquer que seja a explicação dada, é certo que a marinha de guerra melindrou-se com muita razão, e publicou um manifesto protestando contra a offensa que lhe foi feita. A este respeito levantou-se na camara dos deputados um incidente, que terminou pela approvação de moções de louvor ao exercito e á marinha.

Um facto que tem sido muito discutido na imprensa foi a prisão e expulsão de D. Nicolás Salmeron, antigo presidente da republica em Hespanha e um dos mais famosos campeões da federação iberica.

Salmeron estava ha tempos na praia da Granja, com pessoas de familia. No principio de outubro foi para Lisboa, sendo constantemente vigiado pela policia. No dia 7, quando estava a bordo do vapor *Frederico Guilherme*, onde os republicanos de Lisboa lhe offereciam um almoço, o sr. Salmeron foi preso por um agente de policia que se apresentou á paizana. Levado ao governo civil, foi-lhe ahi intimada a ordem de expulsão, e em consequencia d'isso retirou-se no comboio das dez horas da noite.

A imprensa republicana insurgiu-se, como era natural, contra o procedimento do governo, que aliás não fez mais que usar de um direito sacratissimo. Tratava-se de uma manifestação contra as instituições, e o governo tractou de a evitar. É assim que procedem os governos de todas as nações, monarchicas ou republicanas.

Acontecimentos mais graves, porém, e que deveras têm sobresaltado a opinião publica, são os que se passam em Lourenço Marques, uma das nossas mais bellas e esperançosas possessões e um dos melhores portos da Africa do sul.

Ha muito tempo que diversas agencias e correspondentes transmittiram a noticia de se haverem revoltado contra as auctoridades portuguezas

alguns milhares de indigenas perto de Lourenço Marques. Soube-se depois que o revoltado era o regulo de Magaia, chamado Mahazul, e que as suas forças se preparavam para atacar a cidade, noticia que alli causou um grande panico. Com uma lamentavel imprevidencia, o governo, que de ha muito devia estar prevenido contra o plano formado de nos arrebatarem Lourenço Marques, não tomou a tempo as medidas necessarias para a segurança da cidade, apenas defendida por 120 soldados europeus e 200 negros, ao passo que as forças mahazulas se elevam a mais de 7:000 homens.

O resultado foi que o mal aggravou-se e afinal todos se convenceram do perigo. Mas nem assim se adoptaram providencias energicas e immediatas. O governo tinha a corveta *Bartholomeu Dias* a apodrecer nas aguas de Loanda, e não teve o expediente de ordenar a partida d'esse navio, ou de qualquer outro que estivesse nos nossos portos africanos, para as aguas de Lourenço Marques. Só muito tarde é que se resolveu a enviar uma expedição da metropole, que largou de Lisboa no dia 15 de outubro. A expedição, commandada pelo sr. major José Ribeiro Junior, é formada pelo segundo batalhão de caçadores 2. na força de perto de 500 homens, e foi embarcada no vapor *Cazengo*, da Empresa nacional. Foi tambem uma bateria de artilheria de montanha com quatro boecas de fogo. A corveta *Afonso de Albuquerque* largou de Lisboa no dia 27, em direcção a Lourenço Marques, com uma tripulação de perto de duzentos marinheiros; e o transporte *Africa*, que vai sahir para diferentes portos das colonias, tocará tambem nas aguas da cidade ameaçada. Está prompto a marchar á primeira ordem o regimento de infantaria 2. reforçado por contingentes de outros corpos na força total de cerca de 1:200 homens. Com elle irá tambem um esquadrão de cavallaria e mais uma secção de artilheria.

Com estas forças, e com mais que hão de marchar em caso de necessidade, o governo defenderá Lourenço Marques de qualquer ataque, e infligirá aos indigenas revoltados um castigo exemplar; mas — note-se bem — deverá ser um castigo tal, que por muitos annos não precisemos de enviar nova expedição.

Não podemos deixar de mencionar o desmazelo, ou como queiram chamar-lhe, que revelou o governo, fretando o *Cazengo* quando lhe era offerecido o *Rei de Portugal*. Este navio, pertencente á Mala real, foi offerecido por muito menor preço, fazia a viagem com maior rapidez e offerecia melhores accomodações. Não se comprehende bem o procedimento do governo!

*

A causa dos acontecimentos que se estão passando em Lourenço Marques é a incuria dos governos em prover aos mais caros interesses do paiz, em abandonar aquillo que maiores cuidados devia merecer-lhe. Parece que muito de proposito se procura enredar a administração colonial, crear attrictos de toda a especie, favorecer a ambição de estranhos que querem arrebatar as nossas possessões. Parece averiguado que a tribu dos mahazulas é apenas um instrumento das intrigas inglezas para a execução do plano, ha muito formado, de nos tirarem Lourenço Marques; e contudo ainda ninguem tinha pensado em destacar para alli uma força sufficiente para conter os indigenas. Sabe-se tambem que foram os missionarios protestantes da Inglaterra que, como sempre, nos intrigaram perante o Mahazul e procuram indispôr-nos com o Gungunhama; todavia o governo ainda não pensou em organizar convenientemente o serviço das nossas missões, para contrabalançarem a influencia dos missionarios inglezes.

Estando confiada a sorte das nossas colonias a homens que assim revelam um tacto e uma providencia administrativa, ninguem deverá estranhar que d'aquí a alguns annos não tenhamos um palmo de terra na

Africa. E todavia as colonias constituem hoje a melhor esperanza para o nosso futuro, alem de serem um padrão da nossa gloria de outros tempos.

Já agora havemos de ser um paiz excepcional em tudo. Temos graves interesses ameaçados em Lourenço Marques, e os primeiros navios de guerra que lá chegam são inglezes e allemães; todas as nações tractam de desenvolver o serviço das missões, e os governos de Portugal recusam-se a isso!

Esperamos que o governo se não deixará illudir por umas fingidas mostras de amizade que os inglezes do Cabo e do Transwaal estão patenteando na questão de Lourenço Marques. Fiem-se n'elles e verão o resultado. Bem fez o governador de Moçambique, rejeitando abertamente o auxilio estranho para a defeza de Lourenço Marques. Esse auxilio era um argumento de que os nossos inimigos haviam de tirar todas as conclusões.

*

A proposito de colonias e missões, transcrevemos os seguintes períodos de uma carta escripta de Quelimane ás *Novidades*:

« A repartição de fazenda d'este districto suspendeu o pagamento do subsidio que o governo dava ha cerca de tres annos á casa principal das missões do Zambeze para sustentar uma escola de linguas franceza e ingleza.

« É notavel que, merecendo ao governo da metropole solicito cuidado o desenvolvimento e prosperidade das missões, as auctoridades subalternas só tenham obstaculos e contrariedades para *incentivo* de tão benemeritas instituições.

« Em 1889, sendo ministro da marinha o erudito engenheiro Ressano Garcia, foi decretado o subsidio annual de tres contos de réis para a missão de Boroma e para as missões filiaes d'esta, que o governo indicasse.

« Este subsidio só foi satisfeito no primeiro anno que seguiu o decreto e depois *nunca mais*, apezar das justas e repetidas reclamações do digno prelado!

« E comtudo, se em 1889 o ministro já consignava no relatorio que precedeu aquelle decreto os « importantes serviços prestados á civilisação pe a missão de Boroma », esses serviços teem sido cada vez maiores, dando, portanto, mais e mais, jus ao modesto subsidio decretado!

« Na missão de S. José de Boroma educam-se actualmente 100 rapazes, quasi todos resgatados pelos missionarios.

« As irmãs educadoras, que prestam o valioso concurso da sua nobre dedicacão áquella casa, tambem educam ali 80 raparigas de igual prove-niencia.

« A aldeia christã, que os missionarios fundaram junto á missão, vê dia a dia crescer o numero dos seus habitantes com os que se abrigam n'aquelle santo logar da perseguição de morte dos seus *senhores*, a quem causaram um damno qualquer.

« As escolas industriaes, annexas á missão de Boroma, fundadas pelos missionarios, educam o carpinteiro, o pedreiro, o ferreiro e o alfaiate nos misteres da sua profissão ao mesmo tempo que não esquecem difundir os principios de melhor cultura dos campos, aproveitamento das arvores e terrenos, etc.

« Todos os alumnos e alumnas aprendem a ler, escrever e contar em portuguez e cafreal, para o que os missionarios teem elaborado compendios precisos.

« Sobre a minha banca tenho alguns d'estes livros que acabo de receber do dignissimo sacerdote que hoje dirige as missões da Zambezia, o reverendo J. J. Moura.

« São do benemerito reverendo Crimermann os seguintes livros :
 « Biblia sagrada — o mez de Maria — Catecismo da doutrina christã e um calendario : todos escriptos no cafreal de Tete. Do mesmo idioma são uma grammatica e dois livros de leitura, redigidos pelo reverendo Courtois,
 « As missões da Zambezia comprehendem hoje, além da séde de Quelimane e da filial de Boroma, as seguintes missões :

« Missão do Zumbo fundada em 1892.

« Missão do Tumbine estabelecida logo apoz o ultimo tratado com a Inglaterra. Esta missão tem a sua séde na vertente norte do Tumbini, ultimo monte da cadeia do Milange, nome que imprópriamente é uso dar á missão.

« A missão dos SS. Anjos, tambem chamada de Gualani, a cerca de tres kilometros d'esta villa, a qual hoje é dirigida pelo reverendo Torrend, auctor d'uma afamada grammatica cafreal e ingleza.

« Finalmente, a missão de Inhambane, que tambem está dirigida pelos missionarios da Zambezia.

« Escasseia-nos o tempo e decerto faltaria o espaço, para memorar uma a uma todas as vantagens trazidas pelos modestos obreiros do progresso e civilisação que com tão notavel desinteresse dedicaram a vida a tão sublime missão.

« O que ella tem de espinhosa attestam-o as muitas sepulturas d'estes reverendos, semeadas a um e outro lado do Zambeze.

« Oxalá estas modestas linhas chamem a attenção dos poderes superiores para o pouco zelo que as auctoridades subalternas desenvolvem para beneficiar ou pelo menos amparar tão generosos esforços. E que não esqueça tambem que o promettido subsidio — e bem modesto — com que se quiz galardoar a dedicacão das irmãs educadoras, nunca foi recebido por aquellas santas mulheres. »

A bordo do *Africa* partem agora para as missões de Angola tres padres do Espirito Santo e tres irmãs da escola de Cintra. Estes missionarios vão para a missão de Huilla e serão distribuidos pelas filiaes de Jau, Clivighire e Quihita. Parece que brevemente se estabelecerá outra filial na direcção do Humbe, a meio caminho de Quihita, e não tardará o restabelecimento da missão do Humbe.

Na sessão de 22 de outubro apresentou o sr. ministro da marinha á camara dos deputados um projecto de lei, auctorizando o governo a levantar por meio de emprestimo até á quantia de 12:000 contos de réis effectivos, em series annuaes de 2:000 contos tambem effectivos. O producto do emprestimo será exclusivamente applicado á acquisição de material naval, a reparação e reconstrucção do material existente, transferencia para o sul do Tejo da fabrica do arsenal de marinha, complemento do posto de torpedos, e á acquisição de material de guerra destinado á defeza das colonias, quando não for sufficiente o que houver de ser retirado dos navios para ser substituido por novos tipos.

O material naval que se projecta adquirir é o seguinte : dois cruzadores de primeira classe e dois de segunda, dois couraçados de defeza e reparação do *Vasco da Gama*, duas corvetas typo *Affonso de Albuquerque*, duas corvetas para o serviço hydrographico, duas canhoneiras de estação typo *Cacongo*, duas canhoneiras para o canal de Moçambique, uma canhoneira para serviço de transporte e correio em Angola, e outra para o mesmo serviço em Moçambique, quatro canhoneiras fluviaes, vinte lanchas torpedeiras, doze torpedeiros de 1.^a classe, tres avisos caça-torpedeiros, um transporte de 4:000 a 4:600 toneladas e outro de vela, reparação de navios e mudanca do arsenal.

O paiz acceitará resignadamente este sacrificio, indispensavel para prover a uma necessidade impreterivel, mas vigiará se este dinheiro leva o caminho desconhecido que outros capitaes têm levado.

II

EXTERIOR

A guerra no oriente — A questão de Madagascar — A França e a Inglaterra — Aproximação franco-allema — A Italia e a triplice alliança — O czar — O futuro conclave — O protestantismo em Madrid. — Perseguições em Roma.

A lucta que no oriente se tratava entre a China e o Japão continúa a preoccupar a diplomacia da Europa, que previu desde o principio a possibilidade de um conflicto de interesses entre as grandes potencias, se porventura não adoptassem de accordo uma norma commum de procedimento.

A causa da guerra foi, como é sabido, a questão da preponderancia na Corêa, paiz nominalmente tributario da China. Os japonezes, mais bem armados e disciplinados, souberam desde o principio triumphar da superioridade numerica da China, paiz que pode dispôr de alguns milhões de combatentes, mas muito difficéis de mobilisar, mal armados e peor disciplinados. As forças japonezas, depois de alcançarem algumas victorias navaes e inutilisarem muitos vasos de guerra chinezes, avançaram para o norte da Corêa, levando deante das suas armas triumphantes o exercito chinez; atravessaram o rio Ya-Lu, invadiram a Mandchuria, caminharam sobre a importante cidade de Mukden, e parece que se preparam para ir atacar a propria capital da China, Pekim.

Fallou-se ultimamente em negociações de paz, evacuando a China o paiz da Corêa e pagando uma contribuição de guerra; mas esse boato foi já desmentido, e não parece mesmo que o Japão consinta na paz senão em condições pesadissimas para os seus adversarios. Não pode mesmo calcular-se até onde chegarão as ambições dos japonezes, se as potencias europeas se conservarem na abstenção, como até agora. Será possivel que uma das consequencias da guerra seja o alargamento das possessões francezas, russas e inglezas á custa da China?

Outro conflicto ameaçou ultimamente a paz da Europa, sem todavia sahir até agora das vias diplomaticas: referimo-nos á questão de Madagascar, na qual se encontravam os interesses inglezes e francezes.

A França fundou o seu primeiro estabelecimento em Madagascar, em 1642 ou 1644. Neste seculo tem sido muito disputada, entre francezes e inglezes, a preponderancia na ilha, até que a França conseguiu que pelo tractado de 17 de dezembro de 1885 lhe fosse reconhecido o direito de protectorado. Todavia em Madagascar tem os inglezes um commercio muito importante, e o governo britannico só por uma conveniencia diplomatica consentiu em que os francezes assumissem o protectorado da ilha.

Ultimamente os hovas ou malagasses, indigenas de Madagascar, começaram a revoltar-se contra as auctoridades francezas, atacando com a maxima violencia alguns agentes do governo da Republica, e isso fez com

que em França se começasse a fallar da necessidade de uma expedição á ilha, noticia que produziu grande sensação na Inglaterra. O governo francez encarregou o sr. Villers de levar um *ultimatum* ao governo dos hovas, e caso essa missão não produza os resultados convenientes, as tropas francezas encarregar-se-hão de manter a ordem e os direitos da França em Madagascar. Nesta hypothese, que é quasi certa, surgia a probabilidade de um conflicto com a Inglaterra, que não ficaria satisfeita de ver a França converter o direito de protectorado em dominio pleno.

A rivalidade historica das duas nações, e, por outro lado, o azedume das relações diplomaticas que parece ter-se accentuado nos ultimos tempos, fundamentam a possibilidade da guerra. Os francezes não esquecem a questão do Egypto, e os inglezes ainda se lembram da triste figura que fez a sua diplomacia, o anno passado, no conflicto de Siam, que ainda não está de todo liquidado. Os inglezes vêem com profunda magua que a marinha de guerra franceza, reforçando-se de anno para anno, já hoje está muito longe de ser inferior á marinha britannica.

O que é mais notavel é que a Allemanha, a grande inimiga da França, está a prestar-lhe agora todo o seu concurso na questão de Madagascar, como já lh'o prestou na questão do Congo. O imperador Guilherme dá assim uma prova do seu amor á paz, ou do receio que lhe inspira a guerra, alem de que, tendo a Allemanha interesses no oceano indico, não veria com bons olhos um excessivo poderio da Inglaterra n'aquellas paragens. É claro que, perante esta attitude da Allemanha, que é a mesma da Russia, a Inglaterra não levantaria o grito de guerra, por maiores que fossem os seus interesses em Madagascar.

Para nós, portuguezes, não é esta questão destituida de interesse. A Inglaterra vê perdidas as esperanças que alimentava ainda acerca de Madagascar, e procura fortalecer-se do outro lado do canal de Moçambique. É por isso que o nosso porto de Lourenço Marques corre actualmente um grande perigo, tanto mais quanto a Inglaterra sabe muito bem que nós não temos as esquadras nem o exercito da França.

A proposito da approximação franco-allema daremos uma interessante informação acerca da triplice alliança e do papel que a Italia está representando na politica européa.

Como se sabe, a Italia procurou na formação da triplice um apoio para sustentar o *statu quo* resultante da expoliação dos Estados pontificios. Essa má orientação politica acarretou-lhe grandes sacrificios com a sustentação de um numeroso exercito, que têm feito a ruina economica do paiz. E querem saber como os allemães apreciam a alliança da Italia? N'um artigo ultimamente publicado, o *Reichsbote*, ou *Monitor do Imperio*, que é órgão do chanceller Caprivi, diz : que « a Crispi falta uma grande, sã e poderosa politica economica, sem a qual a Italia não poderá levantar-se » ; que « tal politica não a teve nenhum outro estadista italiano desde Cavour » ; que, « se a Italia está unida, falta-lhe todavia uma grande idéa dirigente » ; que « do ultimo processo bancario nenhum estadista italiano sahio com a honra intacta » ; que « a sua administração interna é corruptissima e escandalosa em todos os seus ramos » ; que « a Italia tem um certo apparatus militar, mas o seu exercito ainda não deu n'este seculo nenhuma prova de valor ».

Tinhamos muito que transcrever n'este genero, se os limites da chronica o permittissem ; mas o que ahí fica é bastante para avaliar o papel que a Italia está representando na triplice alliança, e, por consequinte, na politica européa. Como se vê, os inimigos do Papa começam a resvalar no abysmo, enquanto a politica da Santa Sé occupa um logar cada vez mais proeminente.

Está agonisante o imperador da Russia, e este facto é de natureza a preoccupar toda a Europa, conhecida a tendencia do czar para a manutenção da paz. Alexandre III retirou-se, por conselho dos medicos, para o seu palacio de Livadia, na Criméa, e parece que em breve iria viver na ilha de Corfú, se a doença não se aproximasse tão rapidamente do termo fatal.

As primeiras noticias da doença do czar causaram, como é natural, uma grande sensação no mundo da politica e da diplomacia, porque elle é inquestionavelmente o maior propugnador da paz europeia. Na hypothese, certissima, de um desenlacê fatal, a sorte da paz ou da guerra dependerá muito das idéas e tendencias do seu successor.

A proposito do incidente provocado por Mgr. Samassa nas delegações austriacas, os jornaes italianos continúam a occupar-se do futuro conclave e da liberdade que lhe poderá ser garantida pelo governo italiano. Os jornaes affectos ao Quirinal recordam a liberdade do conclave em 1878, como argumento a favor de que elle continue a reunir-se em Roma. Isto é uma ficção: todos comprehendem que a attitude do governo variará com a situação politica da Europa, e que ha de procurar exercer toda a sua influencia sempre que as circumstancias lh'o permittam.

O governo do Quirinal quer a toda a força o conclave em Roma, porque tambem quer que de nenhuma forma se altere o *statu quo*. Uma aventura, um movimento, uma modificação, um exodo do Papa, um conclave no estrangeiro, tudo punha em perigo o *statu quo* e poderia destruir o edificio sem bases da Italia una.

Mas tudo isso nada prova contra o estado precario do Papado em Roma; de resto, o Papa saberá providenciar de forma conveniente ácerca da liberdade do futuro conclave. Elle e só elle é o juiz n'estas gravissimas questões.

A seita protestante, velha, decadente, desacreditada, procura ha muito tempo estabelecer-se na catholica Hespanha, e escolheu até para centro de acção a propria capital. Depois da construção de uma capella veio a tentativa do estabelecimento official de um bispo protestante em Madrid. O cardeal bispo de Toledo protestou contra essa tentativa, e Mgr. Cretoni, Nuncio Apostolico de Madrid, adheriu ao protesto, felicitando o cardeal pelo seu energico procedimento, e exprimindo a esperanza de que todos os bispos hespanhoes se unirão a protestar contra o « sacrilegio commettido na capital da catholica Hespanha ».

De todos os pontos da nação visinha accodem numerosos protestos contra semelhante offensa á religião que foi sempre o seu mais glorioso timbre.

O governo italiano acaba de usar mais uma vez de um rigor extremo com a imprensa catholica. Agora foi a *Civiltà Catholica*, que os tribunaes acabam de condemnar ao pagamento de uma grande multa, por ter justamente castigado os ultrages com que um publicista da *Nuova Antologia*, o *signor* Raffaele de Cesare, mais conhecido pelo pseudonymo de *Fra Pacomio*, insultou o Santo Padre Leão XIII. No calor da discussão e com essa

nobre coragem que todo o verdadeiro filho emprega na defesa de um Pae querido, a *Civiltà* deixára escapar, diga-se a verdade, algumas expressões bastante vivas, dirigidas a *Fra Pacomio*. Mas vendo que elle tomava as cousas demasiado a sério e ameaçava recorrer ás leis italianas, sempre promptas, na applicação, a fazerem recahir nos defensores do Papa as penas devidas aos insultadores, a notavel revista declarára-se prompta a retirar, como na verdade retirou, as expressões consideradas offensivas para Cesare.

Este sujeito, porém, julgou que não bastava uma retractação.

Com uma modestia cheia de isenção, pretendeu que a *Civiltà* lhe consagrasse uma apologia em forma, que o fizesse passar por um escriptor excepcional, honesto e consciencioso, tanto quanto é possível sê-lo. Como é natural, a revista revoltou-se contra esta intimação de ter de adorar um idolo, e d'ahi o processo e a condemnação da *Civiltà*.

A conclusão que d'aquí se tira mostra bem mais uma vez o que vale, sob o regimen da hypocrita lei das garantias, a inviolabilidade do Papa e a liberdade dos seus defensores.

Depois da *Civiltà Cattolica* coube a vez ao *Moniteur de Rome*, um dos mais vigorosos campeões da causa da Santa Sé, e que ainda ha pouco fôra perseguido com a expulsão de um dos seus mais distinctos redactores.

Mgr. Bœglin, director do *Moniteur* foi preso ha oito dias com uma violencia brutal, á meia noite, no seu domicilio, e levado como um malfeitor ao commissariado de policia, d'onde foi transportado á fronteira. Sem o menor respeito á sua posição, obrigaram-n'o a viajar em terceira classe, e com uma brutalidade não menos revoltante, os escrevinhadores italianissimos cobriram-n'o de invectivas desleaes e infames, logo que souberam da sua expulsão.

O *Moniteur de Rome* suspendeu a sua publicação, mas parece que reaparecerá sob a direcção de um jornalista francez.

É por causa d'estes attentados brutaes que os catholicos do mundo inteiro continuarão a reclamar a maxima liberdade para o Papa.



A MISSÃO SCIENTIFICA DA EGREJA



Aquella columna de fogo que, durante a noite, guiava o povo de Deus através das espantosas soledades do deserto, bem pôde considerar-se como um symbolo da missão civilisadora que Jesus Christo confiou á sua Igreja. Assim como a columna miraculosa, dissipando as trevas da noite, alumiaava aos israelitas o caminho seguro que os havia de levar ao ponto que demandavam, assim a luz da fé, accesa pelo verbo de Jesus no seio da sua Igreja, havia de dissipar as trevas da ignorancia e do erro e levar as gerações redimidas ao conhecimento da verdade e do bem.

Esta é a missão da Igreja; e a historia de quasi vinte seculos ahi está, como testemunha incorruptivel, a mostrar que a Igreja tem sido sempre fiel á missão que recebera do seu divino Fundador.

A litteratura christã, que é o reflexo brilhante da actividade da razão illuminada pela fé, creada e desenvolvida pela accção vivificante da Igreja catholica, desdobra magestosamente toda a sua opulencia e esplendor, toda a belleza das suas fórmulas inimitaveis, nas obras apologeticas e polemicas, muito principalmente dos Padres e Doutores, que floresceram no periodo aureo d'aquella litteratura que se inicia no Concilio de Nicea e termina com a morte de S. Leão, o grande.

No Oriente, apparecem, entre outros apologistas eminentes, Santo Athanasio, o grande vencedor da heresia ariana,

e S. João Chrysostomo, o genio da eloquencia christã. Do primeiro dizia Bossuet: «É sempre admiravel, não só pelo remontado dos pensamentos e lucidez da elocução, mas tambem pelo estylo, que é uma formosa synthese de elegancia e sublimidade, de nobreza e dignidade, de belleza e energia, onde se ostentam todos os primores do discurso. Nas questões espinhosas, o genio d'este Padre sobresahe e avulta pela habilidade com que põe de parte as fórmulas da arte, para alliar, como philosopho, a pureza e orthodoxia dos conceitos com os ornatos e magnificencias convenientes».

Do segundo basta dizer, que as suas obras oratorias e apologeticas são tão solidas e profundas na materia que a Igreja as adoptou como suas; tão bellas e eloquentes na forma que os mais famosos oradores christãos, os Bossuet e os Fenelon, os Bourdaloue e os Flechier a ellas foram buscar as galas e os primores dos seus discursos immortaes.

No Occidente, Santo Ambrosio, S. Jeronymo e Santo Agostinho resumem o saber humano, n'aquella epocha de immensa gloria para a Igreja catholica. Todos estes homens, que conheciam a fundo os segredos da philosophia, que dedicaram toda a sua vida á meditação profunda da verdade revelada, que legaram á civilização riquissimos thesouros de saber divino e humano, foram educados no gremio da Igreja, e no seio fecundissimo d'esta mãe é que receberam a luz, a vida mais a inspiração que informa os seus escriptos.

Nos seculos medievaes, tão injustamente avaliados por uma critica adrede inventada para deprimir as instituições catholicas, avulta, d'um modo imponente, a benefica influencia da Igreja no desenvolvimento scientifico do espirito humano, no progresso e esplendor das bellas artes, na realização d'esse ideal, a civilização, que a humanidade busca no seu labor incessante através do tempo e do espaço. Os Pontifices d'aquelles tempos, não só se empenharam em acabar a escravatura e realisar na sociedade o ideal christão do poder, mas tambem em fomentar os estudos e as bellas artes que então floresceram com grande gloria para a Igreja e grande proveito para a civilização. Os Concilios da edade média, ainda con-

siderados sob o ponto de vista juridico, bem podem servir de modelo aos legisladores do seculo XIX, se, nas leis que promulgam, quizerem attender, como devem, não só aos principios da justiça, mas tambem ás circumstancias peculiares dos povos para os quaes legislam. As escolas monachaes da idade média, as suas famosas universidades creadas pela Egreja, eram outros tantos fôcos de luz d'onde se irradiava a inspiração christã, essa inspiração sublime que produziu as maravilhas architeticas d'aquella epocha, e, sobre tudo, os sabios em todos os ramos dos conhecimentos humanos e que ainda são o assombro dos estudiosos.

Como rainha das sciencias, era a theologia que inspirava todas essas maravilhas. O clero marchava á frente do movimento scientifico da idade média, e muito particularmente depois que Santo Thomaz de Aquino logrou, com o seu genio prodigioso, dominar os espiritos, e crear, apoiado nos principios d'uma solida philosophia, essa sciencia que mostra a razão humana em fraternal alliança com a revelação divina. Educado nas obras theologicas e philosophicas do anjo das escolhas, o clero inaugurou uma nova epocha de esplendor para a theologia, para o direito canonico e ainda para as sciencias de observação experimental, porque os progressos d'estas sciencias serão tanto mais rapidos e seguros, quanto mais puras e desenvolvidas forem as idéas da philosophia e da theologia.

Passou a idade média, mas ficaram os thesouros de sciencia que nos legou, e ficou tambem, e ficará até á consummação dos seculos, a divina inspiradora de todas as obras immortaes, a Egreja catholica. Deu-lhe Deus o principado da sciencia, a realeza do pensamento humano, e conferiu-lhe tambem a missão de ser o principio informante d'aquella a norma invariavel d'este. Nos tempos modernos, do mesmo modo que nos seculos idos, pertencem á Egreja os sabios mais illustres nos differentes ramos dos conhecimentos humanos.

Deixemos as sciencias philosophicas, theologicas e juridicas, com os seus eminentes cultivadores e luminares, ponhamos de parte as obras monumentaes que escreveram como

subsídios para o estudo e vindicação dos dogmas, e vejamos como ainda no cultivo das sciencias, hoje tão preconizadas e tão avidamente estudadas, a Egreja inspira aos seus fieis e dedicados servidores, trabalhos de subido merito, que deram grande impulso aos progressos d'aquellas sciencias.

* * *

N'uma interessante *Memoria* apresentada em 1885 á sociedade de Sciencias e Artes, de Santiago do Chili, pelo Dr. Soler, presbytero, enumeram-se, ainda que muito perfunctoriamente, os serviços que a Egreja, por intermedio de sacerdotes verdadeiramente sabios, ha prestado, nos ultimos tempos, especialmente ás sciencias experimentaes.

Não pretendemos enumerar, diz, as admiraveis obras que o sacerdote catholico tem escripto sobre sciencias dogmaticas, juridicas, economicas e sociaes. Fixemos a nossa attenção nas sciencias naturaes, que os livre pensadores não cessam de apresentar em continua pugna com o dogma catholico. Quem não conhece o sabio Padre Secchi, luminar da moderna astronomia, immortal pelas suas obras o *Sol* e as *Estrellas*, director até á sua morte do Observatorio romano? Na exposição de Paris, de 1877, mereceram medalha d'ouro o mesmo Padre Secchi pelo seu *meteorographo*, o Padre Parvini pelo seu *anemometographo*, o Padre Coselli pelo seu *pantelegrapho* e o missionario Pitetot pelos seus trabalhos geographicos.

Na ultima exposição de Turim, o clero catholico occupou um lugar distincto. Á frente da commissão organisadora d'aquelle certamen scientifico estava o Padre Denza, auctor d'umas *Memorias* notaveis sobre as estrellas cadentes e outros meteoros luminosos, que foram premiados n'aquella exposição. Mais de vinte e cinco sacerdotes italianos exposeram instrumentos, inventos e trabalhos notabilissimos sobre astronomia e meteorologia. O Padre Bertelli apresentou os seus instrumentos e observações *microsismometricas*. Do Padre Secchi foram apresentados varios instrumentos para estudar

os terramotos, taes como o *sismographo*, o *microsismographo* e o *avisador sismico*; o Padre Mercatelli apresentou estudos ácerca dos vulcões, e o Padre Maximilliano, director do Observatorio de Veneza, um *mareographo electrico*.

A ultima exposiçãõ de Amsterdam adjudicou o *grande premio d'houra* ao auctor da *Flora das Filipinas*, o padre Fr. Manuel Blanco, humilde eremita de Santo Agostinho.

São respeitados por todos os sabios os nomes do Padre Perry, director do Observatorio de Stonyhurst; do Padre Marin, director do de Radicliff; de Lafont, alma do Observatorio Spectoroscopio de Calcuttá; do Padre Vinas, director do Observatorio de Havana; do Padre Faura, do de Manilha; do Padre Dechevrens, que em Zikawei, perto de Chang-Hai, publica um precioso boletim meteorologico e magnetico.

Não podemos deixar de nomear tambem o Padre Boulter, que escreveu ácerca de estrellas cadentes; o Padre Zerpieri, sobre a luz zodiacal; o Padre Ferrari, sobre o ponto radiante das estrellas cadentes; o Padre Raillard, auctor do *multiplicador electrico*; o Padre Allegret, do *contador solar*; o Padre Filhol, do *electrogono constante*. Podiamos ainda recordar os nomes de Derby, Bouloy, Hende, Lalanne, Stoppani, Ciampi, Gopel, Rosseti... coroando esta pleiade de sabios sacerdotes com a brilhante figura do Padre Moigno, fundador do *Cosmos*, e verdadeira encyclopedia viva das sciencias naturaes.

Mas vejamos, particularmente, o impulso que o sacerdotio catholico tem dado a estas sciencias.

DR. SILVA RAMOS.

(Continúa.)



A ANARCHIA

II

A constituição do partido — O congresso de Haya — Bakounine e Karl Marx — O programma anarchista — O movimento anarchista na Suíça, na França, na Alemanha, na Belgica, na Italia, na Russia, na Austria-Hungria, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Hespanha e em Portugal.

Em setembro de 1872 reunia-se em Haya um congresso socialista, e um conflicto que na sessão do dia 29 rebentou entre os partidarios de Karl Marx e os de Bakounine produziu uma scisão na *Associação internacional dos trabalhadores*. Tal foi o principio da organização do partido anarchista. Bakounine e os partidarios do seu radicalismo fundaram no anno seguinte a *Federação jurassianna*, que tinha por orgão a *Vanguarda*, jornal dirigido em Genebra por Paulo Brousse. Em fins de 1878 a *Vanguarda* foi processada e condemnada por causa de um artigo a proposito do regicidio, e para a substituir appareceu o *Revoltado*, fundado por Kropotkine e por Elyseu Reclus, o celebre geographo. Desde o seu principio começou a *Federação jurassianna* a propagar-se na Suíça, a leste da França, ao norte da Italia, na Hespanha pelos esforços do propagandista Fanelli, e depois nos Estados Unidos da America.

O publicista A. Crié resume assim o programma anarchista: Eliminação da auctoridade sob todas as suas fórmãs,

políticas, espirituaes, economicas; dissolução dos governos nos organismos naturaes; o contracto livre, perpetuamente dissolvel, substituindo a soberania; o trabalho não sujeito a forças estranhas, mas o homem organisando-se, vivendo em toda a independencia, produzindo segundo as suas faculdades, consumindo segundo as suas necessidades; todos os cidadãos contractando livremente, não com o governo, mas entre si. Mais claramente podemos dizer: Destruição de toda a auctoridade, destruição da familia, da propriedade e de toda a idéa religiosa, substituição do despotismo de um pelo despotismo de todos.

Passemos em revista separadamente o desenvolvimento do anarchismo nos diversos paizes ¹⁾.

A Suissa era de ha muito um asylo para todos os revolucionarios expulsos dos diversos paizes da Europa. Becker, o propagandista da *Internacional*, Weitling, sectario do communismo, os revolucionarios italianos Rozetti e Ghalino, os russos Bakounine e Outine, todos encontraram na Suissa um livre campo de acção. Publicaram-se diversos jornaes revolucionarios, como o *Tagwacht*, moderado, e o *Felleisen*, radical. Fundaram-se centros anarchistas em Berne, Lucerna, Genebra, Zurich, Friburgo, Lausanne, Chaux-de-Fonds. Os congressos das associações de operarios, como o de Olten, em 1873, e o de Winterthen, em 1874, transformaram-se em congressos anarchistas, como o de Lausanne, em 4 de junho de 1882, o de Genebra em 13 e 14 de agosto do mesmo anno, o de Chaux-de-Fonds, em 7 a 9 de julho de 1883, tractando-se n'este ultimo de organisar uma «caixa internacional de soccorros para as victimas da burguezia». No congresso de Genebra foi approvedo um manifesto redigido por Elyseu Reclus e destinado a todos os grupos socialistas da Europa e da America. Em 1876 um grupo de anarchistas francezes que se tinham refugiado em New-York propoz aos bakouni-

¹⁾ Para evitarmos muitas citações, diremos uma vez por todas que as principais fontes das informações que seguem foram: *Le socialisme contemporain*, de Laveléye, e um interessante artigo de A. Crié na *Grande Encyclopédie* (verb. *Anarchie*).

nistas da Suíça que de futuro fossem assassinados sem piedade todos os reaccionarios; o *Boletim da federação jurassiana* respondeu que bastaria sacrificar os chefes da reacção, isto é, alguns milhares de cabeças.

Até principios de março de 1885 gosaram os anarchistas da maxima liberdade na Suíça. Mas então, sendo accusados de quererem fazer saltar pela dynamite o palacio federal, — accusação que elles de balde repelliram, — o governo da Confederação helvetica mandou prender sessenta anarchistas em Genebra, Lucerna, Zurich, Berne, Saint-Gall, etc. (2 — 4 de março). Foi ordenada a suspensão do *Revoltado*, apprehendido o jornal e fechada a typographia. A pena foi levantada no fim de dois dias, mas o *Revoltado* deixou de apparecer em Genebra para se publicar em Paris.

Em França, a organização definitiva do partido anarchista data de 1880. De 20 a 30 de outubro de 1879 reunira-se em Marselha um congresso que adoptou as soluções collectivistas, enunciadas em termos bastante vagos para congregar todas as fracções revolucionarias. Logo no anno seguinte, porém, manifestou-se uma scisão e constituíram-se dois grupos: a *União federaliva*, que queria a acção eleitoral, e a *Alliança dos grupos socialistas revolucionarios*, que defendia a abstenção eleitoral e a acção revolucionaria. Abria-se esta scisão no congresso de Paris (abril de 1880), e logo se manifestou igualmente nos diversos congressos regionaes. O delegado dos grupos de Grenoble, Bernard, propoz no congresso de Lyon a formação de um partido revolucionario estranho a toda a intervenção eleitoral. No congresso de Marselha appareceu um pequeno grupo anarchista, e pouco depois declararam-se tambem anarchistas os grupos dissidentes de Paris e de outras cidades. Ficaram desde então constituídos dois grupos revolucionarios distinctos, collectivistas e anarchistas.

Estes dois grupos uniram-se momentaneamente, no congresso do Havre, para combaterem os opportunistas, e ahi ganharam predominio as opiniões anarchistas. Mas logo depois voltou a accentuar-se a scisão, e os anarchistas funda-

ram um jornal, a *Revolução social* (1880 — 1881), destinado a sustentar as suas reivindicações.

Foi depois do congresso socialista celebrado em Paris em 1881 que o partido anarchista francez começou a tomar vulto. N'esse congresso estavam representados sete grupos anarchistas por vinte e um delegados. Deram-se scenas violentas, os anarchistas foram expulsos do congresso, e, com bastantes adhesões do sul da França, constituíram-se em congresso á parte. Fundaram-se centros anarchistas em Béziers, em Cette, onde tambem se celebrou um congresso, em Grenoble, Vienne, Villefranche, Saint-Etienne, Roanne e em Lyon, onde se fundou um jornal semanal, o *Direito social*.

Em julho de 1881 celebrou-se em Londres um congresso internacional em que estavam representados os anarchistas da França, Hespanha, Italia, Alemanha, Austria, Suissa, Belgica e America do norte; logo depois manifestavam-se agitações revolucionarias em Monceau-les-Mines e em Blanzly, e deram-se algumas explosões entre as quaes a que destruiu uma capella de Bois-Duverne. Effectuaram-se numerosas prisões, fez-se uma occupação militar d'aquellas terras, mas o tribunal, intimidado, não chegou a condemnar os criminosos e enviou o processo para o tribunal de Riom.

Em março de 1882 os anarchistas publicaram em Paris um pasquim intitulado a *Anarchia*, de que foram tirados 10:000 exemplares, e pouco tempo depois publicaram outro com o titulo — *Morte aos ladrões!* — onde se affirmavam as ideias communistas anarchistas. Nos annos que decorrem de 1882 a 1886 ha a notar em França varios attentados anarchistas e processos contra os seus auctores, taes como: um processo em Lyon em que foram condemnados Kropotkine, Gautier, Bordat e mais cincoenta anarchistas, a penas que variaram de um a cinco annos de prisão; a manifestação da Esplanada dos Invalidos, a condemnação de Luiza Michel e Pouget a seis annos de prisão, etc. O mais notavel d'estes acontecimentos foi o processo de Lyon, em que foram julgados cincoenta e tres anarchistas «por terem adherido a uma associação internacional com o fim de promoverem a sus-

pensão do trabalho e a abolição do direito de propriedade». Estas e outras perseguições aos anarchistas foram determinadas principalmente pela explosão no theatro Bellecour, em Lyon, que fez diversas victimas.

Fez-se um grande numero de prisões por ocasião do apparecimento do jornal *Terra e Liberdade*, semanario que durou tres mezes e chegou a tirar 15:000 exemplares. Em 1886 o movimento anarchista começou a manifestar-se com menos intensidade, mas parece que esse repouso de alguns annos era a epocha de fermentação de novos e mais terriveis attentados.

Com effeito, o anno de 1892 marca o inicio de uma nova era de combate, e constitue uma das datas mais sombrias da historia do anarchismo. O *Revoltado*, redigido por Kropotkine, Reclus e Grave, continuára em Paris a alimentar a propaganda anarchista, fazendo uma tiragem de 8:000 exemplares e mais. Não só em França, mas n'outros paizes, o anarchismo continuou em 1892 a sua terrivel obra de destruição, a propaganda pelo facto, como dizem os revolucionarios.

Logo em principios d'esse anno os anarchistas começaram a preparar-se para explorar em seu proveito as manifestações operarias do primeiro de maio. Os jornaes anarchistas, de Paris, especialmente o *Revolté* e o *Père Peinard*, começaram a usar uma linguagem tão violenta, que as auctoridades tiveram de apprehender varios jornaes e capturar alguns agitadores. Na noite de 8 para 9 de janeiro tinham-se dado em Hespanha os terriveis acontecimentos de Jerez, que logo referiremos, e no dia 10 de fevereiro tinham sido executados quatro d'esses anarchistas hespanhoes. Logo no dia 14 houve em Paris um *meeting* anarchista, celebrado no Templo, para protestar contra as execuções de Jerez e de Chicago. Em Paris formaram logo os anarchistas uma conspiração para vingarem os companheiros hespanhoes: tractava-se de fazer voar a embaixada de Hespanha. Por isso a policia tractou de fazer uma busca, e prendeu varios anarchistas, entre os quaes um tal Chabrey, de Pamplona, em casa do qual foram encontrados quarenta e um cartuxos de dynamite com o com-

petente rastilho e mais cinco caixas de substancias explosivas. Os anarchistas tinham roubado 360 cartuxos de dynamite, alguns dos quaes foram encontrados pela policia. Como veremos, estes acontecimentos coincidião com outros em varios paizes da Europa. Nos primeiros dias de fevereiro foram presas na Russia, por suspeitas de nihilistas, 240 pessoas, entre as quaes 14 empregados, 6 officiaes, 4 professores, 22 estudantes e 8 mulheres.

No dia 11 de março (1892) rebentou uma bomba n'um predio do bairro de S. Germano, em Paris, causando importantes estragos materiaes e fazendo alguns ferimentos. No dia 15 outra explosão no antigo quartel Lobau. No mesmo dia era o governo interpellado na camara, e o sr. Ricard, ministro da justiça, apresentava o projecto de lei introduzindo no codigo penal a pena de morte para os reus de destruição de propriedades por meio de substancias explosivas. Esse projecto foi approvado no dia 28 sem discussão. No dia 27 houve uma grande explosão no prédio n.º 39 da rua de Clichy, onde habitava um magistrado que requerera n'um processo contra os anarchistas; houve varios ferimentos. No dia 28 foi encontrada em Ivry uma terrivel bomba explosiva no peitoril de uma janella do quartel da gendarmeria. No dia 30 de março foi preso Ravachol, que a policia perseguia como auctor das explosões do bairro de S. Germano e da rua de Clichy, e logo no dia 25 de abril os anarchistas faziam voar o café Véry, onde se effectuára a prisão. D'esta explosão foi victima o proprietario do café e outras pessoas. Ravachol e os seus cumplices foram julgados em 26 e 27 de abril, sendo Ravachol e Simon condemnados a trabalhos publicos forçados por toda a vida. Ravachol foi novamente processado, respondendo no tribunal de Montbrisson pelos crimes de assassina-tos e violação de sepultura; sendo condemnado á morte no dia 22 de junho, foi executado no dia 11 de julho, recusando todos os soccorros religiosos.

Ravachol confessou os seus crimes com o maior cynismo. Sendo accusado de ladrão e assassino, respondeu: — «Nunca me resolveria a mendigar: nenhum anarchista mendiga. Quanto

a trabalhar, não o faria, porque o meu trabalho mal me daria com que viver, e enriqueceria o meu patrão. O trabalho é uma das fórmulas da injustiça. Não me restava, portanto, senão roubar, e, em caso de necessidade, assassinar para me apoderar do dinheiro que me era necessário. Foi por isso que eu commetti muitos assassinios. A sociedade é que me collocou na contingencia de proceder assim. O meu procedimento é legitimo. Roubando, eu indico a todos os homens que não tem nada o que elles devem fazer, isto é, roubar e assassinar. Eis a minha propaganda. Quando houver muitos como eu, os ricos acabarão por se render. Eu sou um martyr da causa humanitaria».

No mez de abril de 1892 reinava o terror em Paris. As explosões e as tentativas repetiam-se todos os dias, chegando os anarchistas a formar o projecto de fazer voar o ministerio da fazenda, installado no palacio do Louvre. A policia fazia numerosas capturas, tanto na capital como em Lyon, Albi, Choisy-le-Roi, Nice, Liège, etc. N'esta ultima cidade houve grande numero de explosões em fins de abril e principios de maio, das quaes uma em casa de um senador, outra no côro da igreja de Saint-Martin, cujos vitraux, avaliados em 100:000 francos, ficaram completamente destruidos. Foram presos e condemnados quatro anarchistas auctores d'esses attentados. Beaujean, Nossent, Lacroix e Lefebre. Em Paris dera-se tambem uma grande explosão no café Riche, em 21 de abril. — Não julgando a dynamite sufficiente para a execução dos seus criminosos projectos, os anarchistas fizeram-se envenenadores e incendiarios. A policia prendeu alguns que procuravam introduzir-se como cozinheiros em varias casas da aristocracia para envenenarem as bebidas. A opinião publica attribuiu-lhes muitos incendios, alguns dos quaes se deram nos bosques de Fontainebleau e Senard, no parque de Troyes, etc. No dia 8 de novembro a policia encontrou na Avenida da Opera, defronte da séde da Companhia das Minas de Carmaux uma grande bomba, que, levada para ser aberta na séde policial da rua de Bons Enfants, explodiu e causou a morte a quatro agentes e um inspector de policia.

Em principios de julho de 1893 deram-se em Paris serios tumultos em que os socialistas e anarchistas tomaram a parte principal. Os estudantes parisienses, protestando contra uma condemnação que soffreu um seu collega, fizeram differentes manifestações na praça da Sorbonna, em frente do palacio Bourbon e n'outros locaes, rompendo por vezes em excessos contra a policia e diversos edificios publicos. No dia 4 houve nas ruas de Paris barricadas e verdadeiros combates entre os desordeiros e a força publica. Nos tumultos envolveu-se uma grande multidão de vendilhões ambulantes, cocheiros grévistas e vadios, que commettiam toda a especie de attentados. As desordens continuaram no dia seguinte, fomentadas pelos diversos grupos revolucionarios da Bolsa do Trabalho, que, com as suas succursaes, foi fechada e occupada militarmente. O governo teve de chamar a Paris as tropas das povoações visinhas para manter a ordem publica, que se julgou restabelecida no dia 9. Os prejuizos causados pelos desordeiros foram muito importantes.

No dia 9 de dezembro o anarchista Vaillant arremessou uma bomba explosiva na camara dos deputados, quando esta se achava em sessão. Ficaram feridos muitos espectadores e deputados, entre os quaes o padre Lemire, deputado catholico. Vaillant declarou que o seu intento era matar o presidente da camara, Dupuy, que com a maior serenidade convidou os deputados a continuarem a sessão. Vaillant era um criminoso da peor especie, e já fôra condemnado varias vezes por crimes de burla e furto. O governo apresentou logo á camara alguns projectos de lei contra os malfeitores e o fabrico de explosivos, os quaes foram approvados no dia 15 quasi sem discussão. A policia procedeu a investigações, capturou muitos anarchistas, e no dia 1 de janeiro de 1894 foi a casa do geographo Elyseu Reclus, onde apprehendeu algum material pertencente ao jornal anarchista *Père Peinard*. Vaillant foi condemnado á morte no dia 10 de janeiro e executado no dia 5 de fevereiro.

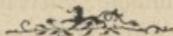
No dia 13 de fevereiro de 1894 houve uma terrivel explosão no café Terminus, em Paris, ficando muitas pessoas

gravemente feridas. A policia descobriu o auctor do attentado, Emilio Henry, que foi executado.

No dia 4 de abril, nova explosão no restaurante Foyot, e finalmente, no dia 24 de junho, os anarchistas viram consummado o seu maior crime nos ultimos tempos. O presidente da Republica franceza, Sadi Carnot, quando sahia de um banquete do Palacio do Commercio, em Lyon, para ir assistir a uma representação de gala no Grande Theatro, foi assassinado com uma punhalada que lhe vibrou o anarchista italiano Caserio Giovanni Santo. O criminoso foi executado em Lyon no dia 16 de agosto.

FORTUNATO DE ALMEIDA.

(Continúa).



V A R I A

Origens da raça americana. — A sabios menos avisados pareceu por muito tempo que a existencia de povos na America, no tempo em que a descobriu Christovam Colombo, era um facto inconciliavel com a unidade da especie humana tal como a biblia nol-a ensina. Ignorando-se o modo como os habitantes do velho mundo se transportavam ás terras descobertas por Colombo em 1492, houve quem julgasse que a America fôra um centro especial em que o homem appareceu e se desenvolveu. Ultimamente, porém, as viagens de exploração, as investigações geographicas e geologicas e o estudo comparativo das raças vieram de commum concerto esclarecer esta interessante questão e collocar fora do terreno scientifico a infundada hypothese do *Homem americano*.

Tudo realmente leva a crer na passagem dos habitantes do velho mundo para as terras da America, seculos antes das viagens realisadas pelos normandos no seculo IX, ou pelas ilhas da Polynesia e da Malasia para a America do sul, ou pelo estreito de Bering para a Groenlandia. Os chinezes conheciam desde tempos affastados, que exageradamente fazem remontar a milhares de seculos, o Fou-Sang ou Terra situada alem do mar oriental, e razões ha para crer que os missionarios budhistas visitaram a America, especialmente as costas do Mexico e do Perú, pelo seculo V da era christã, segundo uma tradição antiga e constante. Tambem não será exaggero suppôr que os habeis marinheiros

da Polynesia visitaram em tempos remotos as costas da America do sul.

Assim como na Europa, na America não apparecem argumentos que nos levem a acreditar na existencia do homem na epoca terciaria, e apparecem provas manifestas da sua existencia na epoca quaternaria. Ora, se se provar que nas epocas terciaria e quaternaria se achavam ligados o antigo e o novo continente, nenhuma razão poderá oppor-se a que o homem quaternario da America fosse o mesmo da Asia. Mas temos factos geologicos e outros deduzidos do estudo da fauna dos diversos continentes, que nos levam a concluir que realmente a America do norte, na epoca quaternaria, se achava ligada á Asia septentrional, e a America do sul á Nova Zelandia e a uma parte da Polynesia.

Ao norte, a passagem pelo estreito de Bering era muito facil. O estreito tem apenas uns noventa kilometros de largura, e, em dias claros, do cabo Oriental ou Dejneff, no extremo oriental da Asia, avista-se a costa da America, o cabo do Principe de Galles, o que devia ser um estimulo para que os habitantes da Asia passassem á America. E esse estimulo era augmentado pela circumstancia de que na America, mesmo em latitudes eguaes, o clima era mais ameno. Ainda hoje os tchoukches e os esquimós fazem quotidianamente a travessia do estreito em barcos de construcção verdadeiramente primitiva.

Mas, como dissemos, ha factos geologicos que nos levam a crer que a região norte-oriental da Asia se encontrou em tempos remotos ligada á America. A pouca profundidade do estreito e do mar de Bering (profundidade media de 70 metros), a natureza das camadas geologicas dos dois lados do estreito, a frequencia dos phenomenos volcanicos nas costas do mar de Bering, a existencia da cadeia das ilhas Aleucianas, — tudo nos persuade que, em tempos remotos, os dois continentes estiveram ligados por um vasto plató vulcanico, que podia estender-se do estreito de Bering até ás ilhas Aleucianas, ou pelo menos formar um isthmo entre o cabo Oriental ou Dejneff e o cabo do Principe de Galles. Assim se explicaria que a população americana fosse formada por uma emigração lenta da Asia septentrional.

Tratava-se a questão n'estes termos quando um illustre pu-

blicista brasileiro, o sr. J. Barbosa Rodrigues, veio derramar sobre ella nova luz, dando conta de uma interessante investigação que foi muito bem recebida e applaudida por alguns dos mais illustres sabios da Europa ¹⁾. Expondo o resultado das suas observações, começa o sr. Barbosa Rodrigues:

«Um pequeno monumento feito de nephrite ou de jadeite, chimicamente estudado, converteu se no precioso anel que incontestavelmente liga a America á Asia. Esse monumento, conhecido pelo nome de muyrakyta no Amazonas, e que foi por mim estudado, é a pedra angular em que eu pretendo fazer assentar a civilisação prehistorica do valle do Amazonas.

«Em virtude de uma missão scientifica que me fôra confiada pelo governo imperial brasileiro, comecei os meus estudos no valle do Amazonas em janeiro de 1872. Notei logo ao pescoço de uma velha tapuya um pequeno cylindro feito de uma pedra de rocha verde, que trazia como amuleto, para se preservar de males diversos, segundo ella me contou. A principio não liguei importancia alguma a essa pedra, a despeito das suas virtudes imaginarias, porque o rapido exame que d'ella fizera não me permittira conhecer a sua natureza. Mais tarde vim a saber que esse objecto era excessivamente raro, que apenas era conhecido de nome, e que o pequeno numero d'elles que se tinha visto era cuidadosamente guardado pelos tapuyos, que não os vendiam por dinheiro nenhum e só os mostravam em segredo. Vim a saber tambem que só se mostravam n'uma região determinada, que se estende do monte Alegre ao rio Negro e que seria o centro e o ponto de reunião das pretendidas Amazonas, isto é, desde o rio Tapajós ao rio Jamundá... Depois de grandes esforços consegui um d'esses muyrakytas. Qual não foi a minha surpresa notando que aquillo era jade, egual ao de um pequeno talisman de origem asiatica, que meu avô trouxera de Angola! D'ahi uma dupla supposição: ou a pedra era indigena, e n'este caso era inutil descobrir os seus jazigos, ou era de origem asiatica, e então esses amuletos, se pertencessem todós á mesma

¹⁾ Vid. *Revue de Géographie*, tome XXIX (1891), pag. 321 e seg.: LE MUYRAKYTA, étude sur l'origine asiatique de la civilisation de l'Amazonas dans les temps préhistoriques, par M. J. Barbosa Rodrigues.

rocha, eram preciosos documentos para provar as relações da America com a Asia nos tempos prehistoricos. Todas as opiniões affirmavam que nunca se encontrára a rocha bruta, nem em jazigos, nem em blocos disseminados, e que os objectos que se encontravam eram trabalhados e furados. O facto de só muito raro se encontrarem esses objectos trabalhados á mão, n'uma região determinada, demonstra que n'essa região existiu um povo que fazia uso d'elles, e que não foram recentemente perdidos por viajantes. . . »

Em seguida percorreu o sr. Barbosa Rodrigues diversas regiões, mas em nenhuma encontrou a rocha, e pelo contrario appareciam ligadas ao muryakya tradições, lendas, costumes e dictos populares que o faziam vir de terras longinquoas, trazido por invasores que tinham atravessado *um rio tão largo como o céo*, luctando contra o *raio* e as *tempestades*.

Depois o sr. Barbosa Rodrigues concluiu, pela observação do muryakya, que esse objecto fôra levado da Asia para a America, e encontrou na archeologia, na linguistica, na ethnographia, nas lendas, dados universaes que ligam á Asia o povo primitivo do Amazonas. Concluindo, diz o distincto publicista:

«Após estudos longos e laboriosos, feitos não no silencio do gabinete, mas no proprio theatro em que se encontram esses amuletos, depois de ter explorado os logares, ouvido os indigenas e os homens civilisados, e comparado os seus typos, os seus costumes; em presença do facto de que até hoje não ha dado algum sobre a existencia de jazigos ou de seus vestigios, não posso deixar de concluir com toda a convicção que os povos indigenas do Amazonas são caraibas, isto é, conquistadores ou invasores. São descendentes dos Karas, que tinham conhecimento de *Kuro* ou *Kyro*, filho de uma filha do sol, o primeiro monarcha que dominou a terra, segundo o *Mahabharata*, a grande epopèa sanscrita: por conseguinte são tartaros mongoes.»

Taes são as conclusões da sciencia sobre as origens da raça americana.

Confissão d'um sabio. — O eminente astrónomo Mr. Loewy, director do Observatorio astronomico de Paris, n'um discurso recitado na sessão annual das Academias, realisada n'aquella cidade, no dia 25 de outubro ultimo, falando do estado da sciencia em nossos dias, disse:

« Ao passo que os progressos, no vasto dominio da actividade humana, se effectuam e se accumulam, a identidade dos fins proseguidos e a connexão inevitavel dos esforços para os conseguir se accentuam de dia para dia. O estudo dos grandes problemas da natureza e da vida fazem-nos comprehender melhor a maravilhosa harmonia que preside á creação. No espaço sem limites que nos cerca, todos os corpos, desde o infimo atomo até ao astro mais prodigioso, actuam uns sobre os outros, e a sua acção reciproca manifesta-se por meio de leis eternas; todas as energias se conservam reunindo o infinitamente pequeno ao infinitamente grande; surgem novos mundos, dissolvem-se outros, e, de evolução em evolução, o universo, n'uma ordem admiravel, caminha para destinos mysteriosos, e, de dia para dia, conhecemos mais nitidamente as relações admiraveis que unem todas as partes d'aquella obra d'uma complexidade infinita.

« A cada instante se revelam relações intimas, desconhecidas e nem sequer suppostas, entre os differentes ramos das sciencias e artes. Seja-me permittido invocar áqui um exemplo que naturalmente se offerece ao meu espirito. Quem poderia crer, ha cincoenta annos, na intervenção tão fecunda, da physica e da chimica na astronomia, sciencia que até então parecia ter uma essencia puramente mathematica? Quem poderia imaginar que, para os astrónomos, a photographia e a spectroscopia constituiriam os mais poderosos instrumentos de investigação? Que com o seu auxilio, pela analyse dos raios luminosos, os unicos mensageiros que directamente nos relacionam com os astros, poderíamos chegar a conclusões certas sobre a constituição physica dos corpos celestes, sobre a distancia que os separa de nós, sobre a sua rotação, sobre o seu estado nascente, sobre a phase actual da sua existencia stellar e sobre a sua declinação? Que triumpho para a philosophia natural o poder affirmar que todos

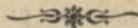
aquelles corpos inumeraveis da abobada celeste contêm os mesmos elementos naturaes do nosso globo! »

Como explicar, sem a existencia real e pessoal d'um Deus, a ordem e harmonia do universo? Que bello argumento, deduzido da auctorizada confissão de Mr. Loewy, para mostrar que não pode haver, nem sombra de contradição, entre as obras de Deus na criação dos mundos e a palavra do mesmo Deus revelada ao homem! É crível que a harmonia do universo produzida pelas leis que Deus, para tal fim, estabeleceu, possa nunca desmentir essa serie de dogmas com que Deus quiz simultaneamente illuminar e humilhar a intelligencia humana?

A proposito da lua.—O sr. Pickering estudou em Arequipa diversas crateras ou circos da lua, e principalmente o de Platão. Considera como certo que á superficie d'aquelle astro tem havido algumas modificações, mas não sabe se ellas resultam de differenças na illuminação solar, da incerteza dos desenhos, ou se são consequencia de acções vulcanicas.

Alguns circos lunares chegam a ter 90 kilometros de diametro, e ha em todo o astro centenas de circos. O diametro do circo de Sickhart mede mais de 250 kilometros. Parece que não ha agua na lua; mas alguns sabios suppõem que ella pode lá existir, a uma certa profundidade, nas fracturas e cavidades do solo. Tambem se pensa geralmente que não existe ar atmosphérico na lua. Os telescopios ainda lá não descobriram nenhum vestigio de vegetação, e, se lá houvesse florestas, ver-se-iam sem diffiduldade, com os instrumentos, da mesma forma que se distinguiriam as cidades e os grandes monumentos, se existissem.

Como se sabe, na lua ha grandes cadeias de montanhas, algumas das quaes apresentam elevações de mais de 7:000 metros. Por entre essas montanhas ha profundidades taes que o seu fundo nunca é illuminado pela terra nem pelo sol.



Uma pagina brilhante na historia da Universidade de Coimbra



Sabe-se que a constituição dogmatica *Unigenitus Dei Filius*, de Clemente XI, contra os erros do famoso oratoriano Quesnel, teve grande opposição, principalmente na França, onde o jansenismo logrou dominar escolas theologicas, homens importantes pela sua posição social e até bispos. Por fim triumphou a palavra do Vigario de Jesus Christo, que era, como sempre, a expressão da verdade, e a celebre Constituição foi accета pelo episcopado, pelos fieis e pelas mais famosas academias da Europa.

A Universidade de Coimbra foi uma das primeiras a adherir á Constituição clementina; e o exemplo d'esta Universidade, que então gosava de merecido renome e gloria universal, muito concorreu para o triumpho da Bulla de Clemente XI n'outras academias.

Á Faculdade de Theologia pertence a principal gloria do acto pelo qual a Universidade prestou testemunho publico e solemne de adhesão e obediencia áquella Bulla.

Vamos transcrever alguns documentos, hoje raros e um inedito, para a historia d'este memoravel acontecimento. O primeiro é o *Sensus da Faculdade conimbricense da Sagrada Theologia ácerca da Constituição dogmatica que começa: UNIGENITUS DEI FILIUS.*

«No conselho particular, celebrado a 7 de janeiro do corrente anno de 1717, na sala publica da academia, ás 10 horas da manhã:

«O Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Reitor da Academia com os Professores de Prima e Vespera da Sagrada Theologia, Direito Canonico e Civil, conselheiros *de jure* do mesmo sr. Reitor em negocios de maior gravidade expoz, que o nosso Santo Padre o Papa Clemente XI publicára uma Constituição, aos 6 dos Idos de setembro do anno de Christo de 1713, na qual condemnára cento e uma proposições extrahidas do livro escripto em francez e distribuido em varios tomos, intitulado *Le Nouveau*, etc. Que esta Constituição fôra publicada pelo Em.^o D. Nuno da Cunha, Cardeal Presbytero da Santa Igreja Romana, Inquisidor Geral n'estes reinos contra a pravidade herectica, a fim de que mais facilmente podesse ser conhecida e observada, como de facto é, por todos os fieis.

«E ainda que fosse bem notoria a observancia e obediencia com que elles doutores, e todo o Portugal, veneravam, abraçavam e observavam as Constituições Pontificias, maiormente as dogmaticas, rendendo sempre o intellecto em obsequio da fé e da Sé Apostolica, com tudo, constando-lhe que a perfidia herectica espalhára paulatinamente libellos em que falsamente se affirmava que algumas acádemias da Europa eram hostis aos decretos Pontificios, e que particularmente se opposeram á Constituição *Unigenitus*, recusando-se accital-a (mercê de Deus nunca a heresia logrou macular a alma dos portuguezes), desejava ouvir o seu conselho e saber, se por ventura era das attribuições da academia conhecer o que elles e a Faculdade da Sagrada Theologia pensavam e o seu sentido ácerca da citada Constituição, publical-o e tornal-o conhecido de todos, já para testemunho de devida obediencia á Sé Apostolica, já para que o seu silencio não desse pretexto aos herejes para dizerem que tambem a Academia Coimbricense não assentira á citada Constituição.

«Feita esta proposta e ouvida, os mesmos Professores de Prima e Vespera da S. Theologia e os Professores de Direito Canonico e Civil, depois de louvarem o zelo do mesmo Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Reitor, já pela reverencia devída á Santa Sé, já pelo bom nome da Academia, julgaram que em nego-

ção de tanto momento se devia convocar toda a academia, tendo primeiramente ouvido a Faculdade da S. Theologia, e, para deliberar maduramente ácerca d'este ponto, que se reunisse claustro pleno, no dia 9 de janeiro, á costumada hora das aulas da manhã. Feito isto:

«No dia 9 de janeiro do mesmo anno reuniu-se o claustro pleno na sala publica da Academia, ao qual concorreram presurosas todas as Faculdades academicas; E tendo-se assentado todos, expostos claramente os motivos e causas do claustro, foi lida em alta vós por um secretario da academia a Constituição do N. SS.^{mo} Padre o Papa Clemente XI, que começa *Unigenitus Dei Filius*. Foi lida e recitada integralmente, bem como as cento e uma proposições condemnadas e proscriptas pela auctoridade Pontificia. Depois d'isto o mesmo Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Reitor da Academia mandou que a Faculdade de Theologia declarasse o que sentia ácerca da Constituição lida, e se lhe era necessario algum tempo para maduramente deliberar em negocio de tanta monta, o pedissem. Ao que toda a Faculdade da S. Theologia respondeu que já de ha muito tinha o seu juizo assente e firme, depois de demoradamente meditado, ácerca do ponto sobre que era consultada; que não havia mister de mais declarezas, e que se devia proceder immediatamente, como de facto se procedeu, á votação do seu sentido. Todos, sem discrepancia d'um só, foram de parecer:

«1. Que o Pontifice Romano, ainda fóra do Concilio ao qual é superior, ensinando *ex cathedra* a Egreja universal ácerca da fé e da moral tem a assistencia infallivel do Espirito Santo, e por isso não erra nem pode errar.

«2. Que as Constituições pontificias dogmaticas para que tenham força e vigor não necessitam da acceitação ou consentimento dos fieis, e por isso que tal acceitação ou consentimento de modo algum tem auctoridade.

«3. Era crença^a de todos que para o valor de qualquer Bulla Pontificia e dogmatica muito menos se exigia a acceitação e o consentimento d'alguma Egreja particular, mas que

era apenas necessario que o Pontifice falasse *ex cathedra* á Egreja universal.

«4.º Todos attestaram que não reuniram para accetear a citada Constituição, como se houvera necessidade de tal accitação para que tivesse força obrigatoria, mas unicamente para a venerar e para lhe prestar a devida obediencia. Por esta razão todos os mestres e doutores da Faculdade da S. Theologia entenderam:

«5. Que era conveniente que não só todos os mestres e doutores da Faculdade da S. Theologia, mas os das outras faculdades (para que melhor se manifestasse a reverencia e obediencia de toda a Academia para com a Santa Sé) se obrigassem por juramento a observar até á morte a citada Bulla, entendendo-a no mesmo sentido em que foi entendida pelo Pontifice Romano, a defendel-a a custo da propria vida, se tal fosse necessario; e isto do mesmo modo por que juram observar e defender a fé catholica, quando são promovidos aos graus das differentes Faculdades.

«6. Que era muito conveniente se perguntasse aos mestres particulares da S. Theologia dos Collegiaes das S. Ordens, que gosam de privilegios academicos, se por ventura eram do mesmo sentir da Faculdade da S. Theologia e de toda a Academia ácerca da citada Constituição?

«7. Que o Secretario da Academia lavrasse uma acta de tudo isto, a guardasse nos Archivos da mesma Academia, e, depois de fielmente exarada, fosse lida em presença de todos e a apresentasse no dia 7 de fevereiro do mesmo anno para ser assignada. *Feito isto dissolveu-se o claustro.*

«Depois, no dia 4 de fevereiro do mesmo anno, a Faculdade da S. Theologia e as demais faculdades, se reuniram, como fôra resolvido, em claustro pleno, na Sala publica da Academia e todos foram de parecer que estava fielmente narrado o juizo da Faculdade da S. Theologia e tudo que se passára no claustro de 9 de janeiro, por mim Secretario da mesma Academia. E depois de tudo examinado e conhecido, o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Reitor perguntou a todos os assistentes

se era fiel a acta do claustro de 9 de janeiro de 1717? E responderam todos: Sim, Senhor. E perguntou novamente: Se todos approvam e louvam a citada Bulla Pontificia, se condemnam o que ella condemna, e se estão promptos a crer, ensinar e professar, obrigando-se a isto por juramento, de harmonia com a mesma Bulla? E todos responderam: Approvamos, louvamos, condemnamos o que está condemnado, cremos, ensinaremos, e queremos jurar.

«Proclamado e ouvido este publico testemunho de todos, o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Reitor ordenou que se lesse publicamente o sentido e a declaração dos Rev.^{mos} mestres particulares da S. Theologia, dos Collegios incorporados na Academia não só ácerca da citada Constituição, mas tambem ácerca dos Canones primeiro, segundo e terceiro, estabelecidos pela Faculdade Theologica da Academia (cujos exemplares foram enviados aos mesmos Collegios e já os devolveram com assignaturas); e immediatamente eu secretario da mesma Academia recitei em voz clara e distincta cada uma das adhesões enviadas pelõs mesmos Collegios, das quaes constava que todos os seus mestres particulares da S. Theologia eram do sentir de toda a Faculdade de Theologia da Academia, e isto subscreviam com a sua assignatura de propria mão, que reconheço e de que dou fé!

«Depois, immediatamente o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Reitor levantando-se da sua Cadeira, prestou, nas mãos do Rev.^{mo} Fr. Martinho Pereira, da Ordem dos Cavalleiros Militares e Professor Primario da S. Theologia, o seguinte juramento.»

(*Continúa.*)

DR. SILVA RAMOS.



CHRONICA CONTEMPORANEA

I

INTERIOR

A politica no parlamento. — Historia do fretamento de um navio. — Scenas edificantes. — Como em Portugal se liquidam responsabilidades. — O folheto Kendall e as vergonhas da salamancada. — Centenario de Santo Antonio. — Sessão memoravel na camara dos pares.

A sessão parlamentar d'este anno tem sido cortada de episodios tão vergonhosos, que a leitura dos boletins parlamentares deixa no espirito uma funda impressão de tristeza e dor. Revelam-se todos os dias novos escandalos, trazem-se constantemente á suppuração as corrupções da administração publica, como se o paiz estivesse posto a saque, como se os homens que nos governam estivessem apostados em vibrar maiores e mais fundos golpes para o acabamento de uma derrocada. O que se tem visto ultimamente é uma vergonha!

Um dos incidentes parlamentares que mais entretive o espirito publico durante o mez findo foi a questão do fretamento do navio que conduziu o corpo expedicionario a Lourenço Marques, questão a que de leve nos referimos na chronica do numero anterior. Apesar da proposta que fez o administrador da massa fallida da Mala Real, para transportar por menor preço e mais rapidamente, no *Rei de Portugal*, o corpo expedicionario a Lourenço Marques, o governo fretou o vapor *Cazengo*, da Empresa Nacional, que custou a mais uns trinta ou quarenta contos. Interpellado na camara, o governo respondeu que não recebera a proposta da Mala Real, mas provou-se que tal proposta foi entregue. Então o governo nomeou uma commissão de inquerito para se averiguar quem sonegou o documento no ministerio da marinha, e essa commissão nada conseguiu averiguar, apesar de que os jornaes citavam testemunhas que viram entregar a proposta ao secretario do ministro respectivo!

É assim que em Portugal se liquidam responsabilidades. Tantos inqueritos que se têm feito a escandalos de administração, e não nos lembra que um só dêsse em resultado o conhecimento e a punição dos culpados. Ora, quando se tracta de casos tão claros como este, é evidente que o inquerito não passa de uma farçada ridicula, e converte-se n'uma ironia lançada ao rosto de quem pede justiça.

Podem, pois, continuar os sonegadores de documentos as suas façanhas, porque nunca é possível averiguar a sua responsabilidade. O governo nem se quer aproveitou a occasião para dar um bom exemplo, dizendo-se de mais a mais que no ministerio da marinha é tradicional a sonegação de documentos que prejudicam amigos ou favorecem adversarios. Deus nos livre de que taes processos de investigação passassem para a magistratura judicial!

*

Outro escandalo foi o que se levantou a proposito da publicação de um folheto do sr. Kendall, do Porto, a respeito dos negocios da salamancada.

O sr. Kendall reclama a indemnisação que lhe é devida pelos serviços que prestou n'essa negociata, mesmo com prejuizo de interesses particulares. Para justificar a sua reclamação o sr. Kendall conta diversos episodios da salamancada, põe a descoberto alguns dos arranjos de todo aquelle escandalo, e, entre outras roubalheiras a que allude, diz que foram dados 50 contos de reis ao deputado sr. Vieira de Castro para acompanhar os debates na camara de 1889.

O escandalo de se pagar a um deputado para elle defender uma negociata escandalosa, no desempenho dos seus deveres de representante da nação, não podia ficar sem protesto, ao menos d'aquelles que faziam parte da camara de 1889. O sr. Fuschini levantou o incidente, a camara applaudiu, o governo declarou-se prompto a fazer justiça, e por fim nomeou-se uma commissão de inquerito parlamentar.

Para nós é ponto averiguado que esse inquerito ha de dar o mesmo resultado que deu o inquerito sobre o emprestimo dos tabacos, o da sonegação de um documento no ministerio da marinha e todos os mais que em Portugal se têm feito. Entretanto era justissimo e de alta conveniencia publica, que se aproveitasse a occasião para deslindar toda a historia da salamancada e todos os escandalos que a acompanharam. Sabe-se que a construcção de uma linha ferrea custou ao paiz nove mil contos de reis, e que não devia ter custado mais de metade. Para onde foi o dinheiro? Quem foram os felizes que se *arranjaram*?

*

No proximo anno vae celebrar-se o setimo centenario do nascimento do glorioso portuguez Santo Antonio, o grande thaumaturgo que tão profunda devoção encontra no nosso povo.

É justissima esta manifestação religiosa, sympathica a todos os portuguezes e a todos os catholicos. Estamos persuadidos que as festas hão de ter a majestosa solemnidade que convem á honra de Santo Antonio, e que todos se hão de unir de alma e coração a esta homenagem. Santo Antonio, que nasceu em Lisboa no dia 15 de agosto de 1195, viveu por algum tempo nos suburbios d'esta cidade, em Santo Antonio dos Oliveaes, e por isso a cidade de Coimbra prepara-se para tomar uma parte importante nas festas do centenario.

A *Revista Contemporanea* occupar-se-ha desenvolvidamente de Santo Antonio e das festas que se projectam em sua honra.

*

Foi verdadeiramente memoravel a sessão da camara dos pares do dia 27 de novembro. D'ella vamos dar um extracto, na medida do espaço que ainda dispomos, submettendo-o á consideração d'aquelles que chamavam hyperpapismo ao ultimo movimento catholico de Portugal.

O sr. *bispo conde* agradece ao governo o serviço que tem prestado aos bispos portuguezes, em nome de quem está falando. Foi o governo quem cuidou da aposentação do clero, foi elle quem apresentou á camara o projecto para que seja guardado o dia de S. José, é d'elle o que diz respeito á reforma das juntas de parochia que restitue auctoridade aos parochos, foi elle que mandou prestar honras especiaes ao nuncio da Santa Sé, ao visitar as nossas cidades, e é elle quem concorre para que seja nacional a festa de Santo Antonio. Tudo isto revela para os bispos que os governos estão resolvidos a fazer-lhes justiça.

É errar manter o receio de que os ecclesiasticos possam querer mal aos liberaes. Ha mais de sessenta annos que o velho regimen cahiu. Está morto e os mortos não resuscitam. Lamenta que os homens que ainda hoje restam do antigo regimen pretendam affastar-se dos bispos, mas os liberaes devem convencer-se de que os males sociaes são a anarchia moral e social e não o absolutismo ou a reacção. Discursa depois sobre a influencia religiosa, accrescentando que é preciso que se não diga que a religião é só para o povo.

Refere-se depois ás nossas colonias. Mandamos para ali as forças armadas que dominam, mas não pacificam, não moralisam as massas gentílicas, o que sómente a cruz e o evangelho poderão fazer. E então, o orador, refere-se ás missões religiosas para a Africa, e pede ao governo que acceda aos desejos dos bispos, favorecendo as condições de organização das missões. Em troca d'isto, offerece o apoio e auxilio dos bispos, que zelarão pelo futuro da patria. Relata o que se passou na peregrinação á Virgem do Sameiro, que lhe revelou um espectáculo que os seus olhos nunca viram nem tornarão a vêr.

Exalta a obra de Leão XIII, aconselhando os bispos a moldarem-se ás instituições politicas dos seus paizes. A intenção dos bispos portuguezes é exactamente cumprirem as indicações de Sua Santidade. Fala-se n'um partido catholico. Tal não tem razão de ser, n'um paiz que é essencialmente catholico.

O sr. *ministro da justiça* (A. Azevedo Castello Branco), como membro do governo e da sociedade civil, declarava que não podia deixar de conformar-se com as doutrinas que ouvira, que as acceitara sempre como catholico e que n'ellas via uma orientação perfeitamente subordinada ás exigencias do bem da patria.

O sr. *conde de Casal Ribeiro* applaude os desejos dos bispos. Quer a disseminação do principio religioso, para o que todos podem contribuir dentro dos seus partidos. Offerece o seu apoio ás palavras do sr. bispo-conde, pois reconhece a necessidade de as pôr em pratica, não pela organização de um partido novo, mas pela junção dos homens n'um esforço commum. Não se trata de escalar o poder, mas de promover a fé religiosa, proposito este em que muito folga de ver o governo.

Exalta Leão XIII. É um sabio que se tem imposto a todo o mundo, não porque apenas se preocupe com o poder espiritual, mas pela sua intervenção no poder temporal, procurando a solução de graves problemas sociaes. Refere-se a Castellar, que foi a Roma offerecer os seus serviços ao Papa. Julga poder dizer que toda a camara adhire aos desejos dos bispos.

O sr. *Rocha Pixaoto* vê, com satisfação da camara, attender benevolmente os bispos, nas suas idéas de propagação de fé religiosa. Advoga a dotação do clero. Os ecclesiasticos, pela forma como auferem os seus proventos, não raras vezes dão motivos a conflictos, a que é preciso pôr termo, tratando-os como a funcionarios que a um tempo servem a religião e o estado. Quer o clero illustrado.

O sr. *Barros e Sá*. É conservador em politica e ultramontano em re-

ligião. Apoiá o projecto referente ás juntas de parochia e por egual todos os que digam respeito ao levantamento da fé religiosa. Quer a liberdade de acção dos bispos, quer a liberdade da Igreja.

O sr. *arcebispo de Evora*. Fala-se na ingerencia do clero na politica, combatendo-a. Porque? Que o parcho se envolva nas pugnas partidarias, facciosas, comprehende que não deve ser assim. Mas applaude que elle siga attentamente o que diz respeito a politica de administração publica. Faz a apothese de Leão XIII, e das suas encyclicas. Descreve a influencia da religião na sociedade, e a missão do clero, que nos tempos do feudalismo se collocava entre os senhores e os vassalios, ensinando aos primeiros que os segundos eram seus eguaes: nos periodos calamitosos da communa evitava os excessos com o seu conselho e o seu exemplo. São apenas os povos catholicos os que colonisam e derramam a fé das suas crenças. Ninguem viu nunca missões de chinezes ou de outros povos gentilicos, civilisando o mundo.

Na America septentrional fez-se uma grande *feira do mundo*, e durante ella houve um congresso de religiões. Ali tomaram assento os representantes das religiões conhecidas, as mais variadas, e todos os congressistas presentes, reconhecendo em Christo o grande espirito civilizador da humanidade, reconheceram tambem que é a fé religiosa o maior estimulo dos povos.

Pede que na reforma da instrucção se torne obrigatorio o ensino da doutrina christã nas escolas primarias e quer que os parchos tenham o direito de inspecionar se os professores praticam ou não o ensino religioso.

II

EXTERIOR

Agitação carlista na Hespanha. — Um caso grave. — Condemnação de um jornal catholico. — Politica allemã. — Demissão de Caprivi. — A morte do Czar e a politica da Europa. — A questão de Madagascar. — A guerra no Oriente. — A união das duas Igrejas.

A attitude irritante que os carlistas tomaram no congresso de Tarragona acaba de produzir vivas dissensões entre os catholicos hespanhoes e uma profunda emoção em todo o paiz visinho. Procuraremos narrar os acontecimentos á vista das informações que temos presentes e que, digamol-o desde já, não podemos considerar completas.

Depois do primeiro congresso catholico celebrado em Hespanha ha perto de quatro annos, um grupo de catholicos, desejando pôr em practica todos os ensinamentos da Santa Sé e especialmente a notavel encyclica sobre a condição dos operarios, fundaram, com a approvação do episcopado hespanhol, um órgão intitulado — *El Movimiento Catolico*.

Este jornal, cujo fim especial era publicar todos os annos o relatório dos trabalhos dos congressos catholicos, estabeleceu por occasião do congresso de Tarragona a necessidade da submissão aos poderes constituidos, e os catholicos presentes approvaram quasi unanimemente um voto n'esse sentido. Alguns carlistas protestaram energicamente e avançaram a pro-

posição absurda e perigosa de que a causa da Igreja em Hespanha era inseparável da causa de D. Carlos.

Sem se pronunciar em qualquer sentido, S. E. o cardeal Monescillo, arcebispo de Toledo, primaz da Hespanha, intendeu que devia fazer algumas reservas sobre o voto aprovado.

Manifestando um profundo respeito pela dignidade, pela auctoridade, pela sciencia e pelas virtudes dos que não pensavam como elles, os redactores de *El Movimiento Catolico* declararam ao mesmo tempo que, na sua opinião, a vontade do Santo Padre, expressa por varias vezes, era ver que os fieis de todos os paizes catholicos acceitassem as instituições estabelecidas e evitassem as discordias e revoluções quasi sempre prejudiciaes á prosperidade dos povos. A este respeito travou-se uma violenta polemica entre *El Movimiento Catolico* e *El Correo Español*, principal órgão carlista. Para pôr fim á questão, S. E. o cardeal Monescillo publicou uma pastoral em que prohibia a leitura de *El Movimiento Catolico* em toda a sua diocese.

A pastoral do sr. arcebispo de Toledo provocou uma viva emoção em todo o partido catholico. O venerando prelado fundou a sua decisão na necessidade de que os escriptores catholicos sigam os conselhos e a direcção dos bispos. A formula — «os bispos estão connosco» — corrige-a e transforma-a n'est'outra — «nós estamos com os bispos».

Logo que appareceu a carta pastoral de Mons. Monescillo, os redactores de *El Movimiento Catolico* mostraram-se surprehendidos pela prohibição do seu jornal, e declararam que estavam promptos a submeter-se se os seus artigos contivessem a menor proposição condemnavel. Offereciam-se para fazer esta submissão pela forma que Sua Eminencia julgasse mais conveniente. Entretanto *El Correo* exultava e cantava victoria. Publicando artigos dithyrambicos sobre o carlismo, procurava comprometter o venerando arcebispo de Toledo, affirmando de novo que os bons catholicos hespanhoes não podem separar a causa carlista da causa da Igreja e que, por conseguinte, deviam sustentar as pretensões de D. Carlos.

Os outros jornaes catholicos, taes como *El Siglo Futuro* e a *Union Catolica*, procuram agora reconciliar *El Correo* com *El Movimiento*, mas defendem energeticamente Mons. Monescillo contra as accusações dos órgãos carlistas. — Não, declaram elles, Sua Eminencia não é partidario da revolta e da resistencia aos poderes constituídos. Sua Eminencia pode ter as suas preferencias pessoaes, mas o que elle procura antes de tudo é o bem da Igreja e a união dos catholicos.

Em apoio d'estas affirmativas, os jornaes catholicos citam as precedentes declarações feitas pelo arcebispo de Toledo em 1891. «Perguntaes-me, dizia elle então, em que partido se encontram os catholicos: responderei: ha bons catholicos em todos os partidos. Qual é o melhor governo? É aquelle que se conforma com as prescripções da Igreja»; e acrescentou: «O que é preciso evitar acima de tudo é a guerra civil em Hespanha. Seria um crime abominavel procurar a organização de uma revolta. O nosso papel não é suscitar perturbações.»

Os jornaes catholicos concluem que, se o cardeal é carlista, pelo menos escuta os conselhos do Vaticano.

Abstendo-nos por agora de apreciar estes factos, porque não temos dados sufficientes para o fazer, não devemos concluir sem referir o boato da proxima convocação de um concilio nacional hespanhol. Não sabemos o valor que tenha esta noticia.

Os ultimos dias de outubro deram aos circulos politicos da Europa uma noticia de verdadeira sensação: o conde de Caprivi, chanceller do

imperio da Allemanha, e o conde Botto de Eulemburg, presidente do conselho de ministros da Prussia, apresentaram as suas demissões a Guilherme II. que as accitou.

Ninguem ignorava a gravidade das difficuldades com que ha tempos luctava o governo allemão. A divisão dos partidos, o fraccionamento dos grupos parlamentares, as ameaças dos anarchistas e a agitação provocada pelos socialistas tornavam cada vez mais ardua a direcção dos negocios. Todos os membros do governo reconheciam a necessidade de tomar sérias medidas contra os agitadores, mas entre os ministros havia divisões profundas e graves dissensões sobre os meios a adoptar para a repressão. O conde de Caprivi optava pela moderação, o conde de Eulenbug queria uma acção vigorosa e rapida. Por outro lado os Estados da Allemanha do sul recusaram-se a aceitar uma legislação de character imperial contra os partidos revolucionarios, allegando que a legislação particular de cada Estado chega e sobeja para reprimir aquelles elementos.

N'estas circumstancias o imperador provocou uma conferencia entre todos os ministros que dirigem os Estados allemães e os ministros prussianos, para se discutir quaes as medidas que o governo devia adoptar contra as agitações revolucionarias. Não se chegando a um accordo entre o general conde de Caprivi e o conde de Eulemburg, os dois ministros pediram a sua demissão.

O chanceller de Caprivi empenhou-se durante o seu governo na manutenção da paz européa, e por isso a sua retirada foi muito sentida em todos os centros politicos e diplomaticos. Tirou á politica allemã o character provocador da politica de Bismarck, e soube ganhar muitas sympathias entre todos os partidos allemães e nas chancellarias estrangeiras. Oxalá que o principe de Hohenlohe, escolhido para seu successor, saiba continuar as tradições de uma politica tão sensata. O principe de Hohenlohe é catholico, mas parece que essa qualidade não tem significação alguma, nem influirá sensivelmente na direcção dos negocios.

*

Uma outra noticia de sensação foi a do fallecimento do czar Alexandre III no dia primeiro de novembro, no seu castello da Livadia. A noticia não surprehendeu ninguem, porque ha muito se esperava um desenlace fatal, mas nem por isso deixou de fazer uma profunda sensação, sabido como era que o fallecido imperador foi sempre uma forte garantia da paz européa.

Entretanto parece que devem affastar-se todos os receios, porque o novo czar, Nicolau II, que conta apenas vinte e seis annos de idade, mostra-se resolvido a continuar as tradições de seu pae. A alliança franco-russa de certo subsistirá, e porventura estreitar-se-ha mais a amisade dos dois povos, attentas as grandes manifestações de sentimento que a França fez pela morte do czar, considerando-a até como perda nacional, e attendendo tambem aos sentimentos francophilos que Nicolau II já poz em evidencia. D'esta fórma a alliança franco-russa continuará a contrabalançar a triplíce, tanto mais quanto maior é a segurança com que se acha cimentada.

*

A questão de Madagascar, de que já n'outra chronica informámos os nossos leitores, vae produzindo as consequencias que desde o principio se podiam prever.

As reclamações apresentadas ao governo hova, em nome do governo

francez, pelo sr. Le Mire de Villers, não foram attendidas. Por este motivo a esquadra franceza do mar das Indias cruza actualmente nas costas de Madagascar, já reforçada por navios mandados da Europa. Além d'isso, os cruzadores *Alger* e *Istly*, que tinham sido enviados para os mares da China, receberam pelo telegrapho ordem de retroceder sobre Madagascar. No porto de Toulon estão preparados transportes para levarem 15:000 homens, e de um momento para outro o governo francez terá à sua disposição todos os navios de que precisar para o transporte da expedição, que será commandada pelo general Duchesne. Todavia parece que as operações militares não começarão antes da primavera.

O governo não está resolvido a fazer uma expedição de simples aparato bellico, mas a realisar uma operação séria, que o dispense de futuros incommodos. Para isso pediu já às câmaras um credito de 65 milhões de francos, que de certo será votado, pois a opinião publica é que ao governo sejam concedidos todos os meios de manter a honra e os direitos da França. Também não parece duvidoso que o governo da Republica enviara desde o principio forças bem sufficientes para resolver a questão d'um modo rapido e definitivo.

E, desde que a questão chegou a este ponto, contentar-se-ha o governo francez com manter o seu direito de protectorado na ilha? Não nos parece, e antes é natural que queira converter o direito de protectorado em dominio pleno, como indemnisação das despezas que vae fazer. A Inglaterra não ha de consentir de bom grado nas ambições da França, e então pode surgir um conflicto mais serio.

*

Sob a presidencia do Santo Padre têm-se celebrado em Roma diversas conferencias para a união das Igrejas do oriente e do occidente. N'uma d'essas conferencias, Sua Santidade encarregou o cardeal Langénieux de exprimir os sentimentos que animam a Igreja latina a respeito da Igreja do oriente, e a pôr em relevo o papel preponderante que a França é chamada a desempenhar n'esta questão, graças ao seu protectorado tradicional. Estes nobres sentimentos encontraram echo nos dois patriarchas de Antiochia, Mgr. Joussef, dos melchitas, e Mgr. Benham Benni, dos syrios, assim como em Mgr. Howyck, representante do patriarcha dos maronitas, successivamente convidados pelo Santo Padre a darem a sua opinião sobre os meios mais opportunos para reduzir à unidade catholica as Igrejas dissidentes do oriente.

Na mesma sessão pronunciou Leão XIII, ácerca da unidade da Igreja, um importante discurso, echo da encyclica *Proclara*, de 20 de junho ultimo.

Dizem os mais bem informados que a opinião dominante em Roma é muito favoravel à manutenção e à affirmacão solemne dos privilegios proprios aos patriarchados orientaes, a fim de que, pela acção dos orientaes unidos, os dissidentes sejam mais facilmente reduzidos à unidade catholica, vendo que não se tracta de os latinisar, segundo um preconceito ha muito tempo em voga entre elles, mas simplesmente de os trazer ao reconhecimento da auctoridade suprema do successor de S. Pedro.



PROBLEMAS DE PHILOSOPHIA NATURAL

I

O CONCEITO DE VIDA

Dizia Tyndall, n'um discurso ácerca da materia e da força: «Recordaes-vos, senhores, d'aquella pergunta de Napoleão aos sabios que o acompanhavam na famosa expedição ao Egypto, quando, depois de os ter ouvido fallar sobre a origem do mundo, fixando a vista nas estrellas, lhes disse: — Falaes muito bem, senhores; mas dizei-me: Quem fez tudo isto? — Esta pergunta está ainda sem resposta, e a sciencia não se propõe dal-a. No meu sentir, a razão humana não tem a sufficiente energia para a solução d'aquelle problema de todo superior ás suas forças».

Vê-se que o celebre physico inglez, como proselyto da escola empirica, formando um conceito absolutamente falso da actividade ainda prodigiosa da razão humana, intende que a sciencia da natureza consiste unica e exclusivamente na observação e estudo dos phenomenos sensiveis. A investigação das causas que produzem esses phenomenos, tão surprehendedentes e admiraveis no mundo infinitamente grande e no infinitamente pequeno, o conhecimento da relação harmonica que ha entre ellas e os effeitos que produzem, a causa final que preside a todos os seres do universo e ao mesmo universo em geral; n'uma palavra, a sciencia da ordem supra-sensivel ou transcendental, que é a base, a norma e a explicação do mundo sensivel e a cujo conhecimento chegamos

partindo da observação dos factos,—cozas são que, segundo o empirismo, não pertencem aos dominios da sciencia da natureza, mas aos da fé. E intendem por fé, não essa luz sobrenatural e divina, que veio revelar ao homem verdades a que nunca poderia chegar e resolver os grandes problemas da ordem intellectual e moral, mas as ficções metaphysicas do poeta, como affirma o mesmo Tyndall, ou os extravios do espirito humano, como pretende Büchner.

É um erro esta affirmação do empirismo e tão fatal para o conhecimento scientifico da natureza, como o d'alguns philosophos que pretenderam constituir *a priori* aquella sciencia, sem se importarem com a observação e estudo dos phenomenos sensiveis. O conhecimento meramente sensivel dos phenomenos naturaes foi, é e será sempre incompleto e imperfeito, que lá existe, no fundo do espirito humano, essa tendencia ingenita, irresistivel, que só fica plenamente satisfeita quando, partindo do facto sensivel, procura e encontra a causa que o produz e a relação que a liga ao effeito produzido. Ora, essas causas e relações, que têm uma existencia real, pertencem ao mundo supra-sensivel, á ordem metaphysica, e é absolutamente necessario conhecel-as para haver a sciencia perfeita e completa da natureza.

A fé divina, que tambem pertence á ordem supra-sensivel, não é de absoluta necessidade para a solução dos grandes problemas da natureza; se bem que os raios luminosos desprendidos d'aquelle brilhante sol do mundo intellectual illuminam, esclarecem e confirmam as soluções verdadeiramente scientificas das questões naturaes. D'onde se conclue que só ha verdadeira e completa sciencia da natureza, quando a analyse dos phenomenos é coroada pelo conhecimento das suas causas e relações harmonicas com os effeitos, e o conhecimento de tudo isto pelo veredictum da fé, suprema razão de toda a sciencia.

A sciencia da natureza não consiste, pois, no mero conhecimento sensivel dos phenomenos como querem os dynamistas e os naturalistas, e nomeadamente a escola de Darwin e Haeckel que só estuda os phenomenos sob o ponto de vista

da evolução, nem na simples narração dos factos naturaes, nem na sua explicação puramente especulativa, mas, repetimos, na observação dos factos, como ponto de partida, para subir ao conhecimento dos principios supra-sensíveis que os produzem e regulam. Estes principios, muito distinctos dos da fé, são accessíveis á actividade da razão, embora ainda não conquistados na sua totalidade pelo genio do homem. Se ainda ha segredos e mysterios na natureza, ninguem dirá que não existem as causas de taes segredos e que amanhã o seu conhecimento não venha ampliar a esphera já dilatada e brilhante das conquistas do genio do homem no seio immenso da natureza creada. Para isto é de absoluta necessidade que não se guerreie a metaphysica, e que os sabios, dedicando-se ao estudo profundo da natureza, procurem nas regiões luminosas do supra-sensível a causa e a razão scientifica das maravilhas observadas. O estudo da natureza só é perfeito e completo quando esclarecido, explicado e demonstrado pela *philosophia da natureza*.

Ora, entre todos os phenomenos que se offercem á nossa contemplação no mundo sensível, sobresahe um, surpreendente, admiravel e variadissimo nas suas manifestações, que tem merecido em todos os tempos, e hoje particularmente, especial estudo de philosophos e naturalistas. É o phenomeno da vida. Qual a essencia, a causa, a lei, o principio informante d'esse phenomeno que se manifesta em tanta opulencia e formosura nas plantas e nos animaes, e em toda a sua plenitude no homem? O que é a vida? Como appareceu sobre a terra, como se reproduz, como se realisa a sua evolução, a que leis obedece, qual o principio que a informa, a lei que a rege, a causa em fim que a explica? Eis um problema de summa transcendencia, que, como todos os problemas da sciencia da natureza, nem ha de resolver-se só á luz da observação, nem só perante os principios especulativos da philosophia natural. Na solução do problema da vida grandes e valiosos serviços devemos ao microscopio e aos surprehendedentes progressos das sciencias biologicas; mas não são menores nem menos valiosos os que devemos aos trabalhos da

philosophia tradicional das escolas, e principalmente aos trabalhos e investigações profundas de Santo Thomaz de Aquino, confirmados pelos *factos* scientificos da moderna physiologia. Vel-o-hemos no decurso d'este modesto estudo.

A solução philosophico-natural do problema da vida depende da solução d'est'outro: Em que se differencam os seres vivos dos não vivos? Ainda que a immensa variedade dos seres creados constituem um todo ordenado e harmonico a que chamamos universo, em virtude do nexu teleologico e dinamico que une os seres entre si de modo a formarem, sem solução de continuidade, a grande synthese cosmica, onde a variedade junta á unidade produz a ordem e harmonia universal, com tudo é certo que nem todos os seres são dotados de vida. D'aqui a conhecida divisão em seres inanimados e animados, e a não menos conhecida subdivisão d'estes em vegetaes e animaes. Esta ultima classe comprehende duas, a irracional e a racional, o homem. A planta occupa o grau infimo na escala biologica, o animal o grau medio, o homem o grau superior. A vida hominal comprehende por isso a vida vegetativa e a animal ou sensivel, e tem uma característica peculiar e exclusiva do homem, que é o ser intellectiva, porque só o homem é dotado de razão. Ha de haver consequentemente caracteres que extremem os seres animados dos inanimados. Quaes são? Notemos apenas os principaes, que podem ser verificados pela observação, e depois investigaremos as causas d'essas notas differenciaes e externas. Os seres vivos distinguem-se dos não vivos: a) pela *figura*; b) *composição chimica*; c) *structura*; d) *desenvolvimento da sua natureza*; e) *modo de conservação*; f) *duração*; e finalmente, g) *pelo modo* por que se reproduzem.

A figura ou forma externa dos corpos vivos é diferente da dos corpos não vivos. Estes não têm uma forma constante, nem exigem uma forma determinada. São de si indifferentes para qualquer forma; podem dividir-se, perder completamente a forma primitiva, sem a minima alteração na sua natureza. Um pedaço de marmore, por exemplo, presta-se a qualquer superficie externa que lhe queiramos dar; e, des-

truida essa superficie para a substituírmos por outra e outras successivas e differentes, o marmore fica sempre marmore na sua natureza. Alem de que, nos corpos não vivos a superficie externa é formada de linhas rectas e angulos. Nos corpos vivos dá-se exactamente o contrario; teem uma forma constante e determinada nos individuos da mesma especie, diversa nos de especies diversas. Se esta forma é dividida, o ser vivo perde a sua natureza especifica. E de mais, a superficie externa dos seres vivos é uma como serie indefinida e variada de curvas.

Para destruir esta differença, a escola materialista, que não vê nem admite nos seres vivos mais do que materia melhor organizada do que nos seres não vivos, e posta em movimento vital, em virtude de não sabemos que leis mecanicas e chimicas, recorre ao facto da christalisação em virtude do qual certos corpos não vivos revestem formas geometricas constantes, a ponto de que o christal partido e novamente immerso na mesma solução salina cicatriza physicamente e recupera a forma primitiva. A forma constante não é, pois, propriedade exclusiva, e, por tanto, característica dos corpos vivos. E os dados experimentaes confirmam, dizem, este facto. Assim como o ser vivo provém da cellula, o christal provém d'um nucleo primitivo. A cellula nutre-se e augmenta; o nucleo do christal augmenta egualmente unindo a si successivamente particulas da solução salina. O ser vivo reveste uma forma especifica segundo o typo da sua especie; o christal reveste certa forma segundo um typo d'entre os varios typos de christalisação. Finalmente, os seres vivos reparam as suas perdas, os christaes do mesmo modo, como nol-o demonstram as experiencias de Pasteur, Beudant, Lavallo, Sénarmont e outros.

Esta objecção é completamente destituida de valor scientifico. O eminente physiologista, Chauffard, citado por Councouner, na sua obra — *L'âme humaine*, responde á objecção materialista que transcrevemos, com todo o seu vigor, do seguinte modo: «A aquisição da forma no christal em nada se parece com a aquisição da forma no ser organizado. No

primeiro caso, e é este o ponto capital, não ha evolução, aquisição gradual, criação progressiva da forma typica definitiva: não, esta forma existe, completa, perfeita desde a origem, desde a primeira apparição do christal, mesmo no seu periodo microscopico e ainda invisivel á vista nua. Esta forma pode crescer por juxtaposição de christaes; mas, por muito que cresça, é absolutamente semelhante a si mesmo em todo o decurso do seu desenvolvimento... O christal partido repara-se, mas do mesmo modo por que se formou: os christaes subsistentes servem de appello, de centro de christalisação; de modo que a parte destruida se restabelece por juxtaposição, como se formaria um novo deposito christalino. A reparação do christal não traz consigo, pois, como a do ser vivo, uma modificação mais ou menos notavel de forma e de structura. É certo que todos estes phenomenos são admiraveis; podemos suppor, em presença d'elles, a existencia de leis geometricas que governam todo o mundo physico, os atomos da materia, as vibrações do ether, do mesmo modo que a marcha dos astros; mas que tem que ver esta geometria sublime com a aquisição da forma especifica do ser vivo? Para que a organização e a christalisação fossem grosseiramente comparaveis, seria necessario ressuscitar a velha hypothese dos organismos preformados. O organismo estaria, quando pequeno, todo contido no germen; se a nossa vista fosse assaz poderosa, deveriamos encontrar no ovulo fecundado o organismo completo, provido de todos os seus aparelhos e órgãos, e revestido da sua forma primitiva. O microscopio aniquilou estas idéas chimericas. Faz-nos assistir, de instante a instante, á geração da instrumentação organica e da forma typica do ser; mostrou-nos por que successões de formas inferiores o organismo se eleva ás formas superiores, ao seu typo completo e definitivo: e este espectáculo é de si só uma refutação viva e magistral dos processos da christallisação applicados á formação do ser».

Ainda o testemunho d'um outro physiologista eminente, o immortal Claude Bernard, para mostrar que ha um abysmo de differença entre a formação do christal e a do ser vivo.

«Quando se observa, diz, a evolução ou a criação d'um ser vivo no ôvo, vê-se claramente que a sua organização é a consequência d'uma lei organo-genica que *preexiste* segundo uma idéa preconcebida e que se transmite pela tradição organica d'um ser a outro. No estudo experimental dos phenomenos de histogenese e de organização podemos encontrar a justificação das palavras de Goethe, que compara a natureza a um grande artista. É que a natureza e o artista parece que procedem do mesmo modo na manifestação da idéa creadora da sua obra. Na evolução vemos apparecer um *esboço* do ser antes de toda a organização. Os contornos do corpo e dos órgãos estão simplesmente esboçados... nenhum tecido apparece desde logo distincto, toda a massa é simplesmente constituida por cellulas plasmáticas ou embryonarias, mas n'este nucleo vital está traçado o designio ideal d'uma organização ainda invisivel para nós, que antecipadamente assignou a cada parte, a cada elemento, o seu logar, a sua structura e as suas propriedades ¹⁾». Nada d'isto no christal que, desde a sua primitiva forma, ainda invisivel á vista desarmada, é perfeito e completo. A materia organica não christallisa; a vida começa na cellula e desenvolve-se, não por juxtaposição, como no christal, mas por intus-suscepção. Por emquanto indicamos apenas este facto que, em logar opportuno, será mais largamente desenvolvido. No artigo seguinte veremos que a composição chimica dos corpos não vivos é muito diferente da composição chimica dos corpos vivos, o que constitue um novo character differencial entre aquelles e estes.

DR. SILVA RAMOS.

¹⁾ *La science expérimentale.*

O proteccionismo do Estado

A imprensa franceza tem-se occupado largamente do novo livro do professor russo J. Novicow, intitulado *Les Gaspillages des Sociétés modernes* ¹⁾, onde realmente se encontram notas e observações de caracter politico e administrativo bastante originaes e destinadas a fazer uma grande impressão. Se não podemos acompanhar o illustre professor de Odessa nas extremas conclusões que elle pretende inferir dos factos observados, é certo que por vezes achamos um grande fundo de bom senso e verdade na sua critica, e parece-nos que no seu livro ha muito que aproveitar e conservar. Por outro lado, as suas idéas e as suas apreciações documentadas são tão interessantes e prendem-se tanto com as questões sociaes da actualidade, que não podemos deixar de informar os leitores da *Revista Contemporanea* sobre o assumpto, visto que é o nosso maior empenho expôr aqui nos seus diversos aspectos o movimento scientifico do nosso tempo.

As observações de Novicow tendem a demonstrar, como o proprio titulo do seu livro indica, que nas sociedades politicas, taes como se acham constituidas, ha um grande desperdicio de forças e capitaes que deviam ser aproveitados na transformação das condições de existencia. Esse desperdicio

¹⁾ Paris, livraria de F. Alcan.

provém da concepção do Estado como propriedade d'aquelles que o governam, e, por conseguinte, da concepção das funcções publicas, para aquelles que as exercem, como uma fonte de receita, como um beneficio, no sentido feudal da palavra. Em um dos capitulos do seu livro, Novicow investiga a origem d'esta concepção do Estado e das funcções publicas; mas aqui ponhamos essa questão de parte, e limitemo-nos a acceitar o facto como uma realidade verificada nos organismos politicos.

Como consequencia d'essa concepção administra-se em harmonia com os interesses dos governantes, considera-se o producto dos impostos como destinado especialmente ao gozo de alguns, estabelece-se o maior numero de privilegios para a classe burocratica, centralisa-se a administração e chega-se portanto á indifferenciação das funcções publicas. Os governantes, que passam a considerar o Estado como propriedade, tractam de assegurar aos cidadãos um certo numero de garantias, como o proprietario de um terreno procura realisar n'elle certos melhoramentos, para manter, e augmentar se for possivel, o quantitativo da producção. Mas como essas garantias sahem caras aos governados, e como se desperdiça aquillo que podia suavisar-lhes as condições da existencia! Porque é inquestionavel que aos governantes não cae o manná celestial, e portanto a sua protecção, a que talvez melhor convenha o nome de tutela, só pode exercer-se tirando a Pedro o que se quer dar a Paulo; e como essa funcção suppõe um mechanismo complicado, que successivamente vae consumindo uma certa quantidade de força, será necessario tirar 10 a Pedro para dar apenas 5 a Paulo.

Segundo os calculos dos socialistas allemães, diz Novicow, uma familia de operarios que gaste 613 marcos por anno, pagará 70 marcos de impostos indirectos. E se a esta percentagem accrescentarmos a dos impostos directos (relativamente áquelles que os pagam) chegaremos ao desembolso de 20 por cento do rendimento total. Esta media é espantosa! É pelo menos quadrupla de que devia ser. O Estado é uma agencia de seguro. Nenhum premio de seguro é van-

tajoso se excede 1 por cento. 5 por cento sobre o rendimento seria uma remuneração mais que sufficiente para os serviços do Estado, e tudo o mais é um desperdicio, um tributo pago a parasitas sociaes. Ora muitas vezes o imposto excede 20 por cento do rendimento. Na Italia, o imposto predial excede em muitos casos 60 por cento, e na Austria attinge 35 e 40 por cento.

Todos conhecem muitos exemplos que confirmam este desperdicio de forças e capitaes atravez da engrenagem do Estado. No Egypto, pouco antes da occupação ingleza, os pobres fellahs pagavam nove decimas do seu rendimento para o thesouro do khediva, que gastava quantias fabulosas em gosos e divertimentos extravagantes. Na grande republica norte-americana, uma eleição presidencial custa muitas dezenas de milhares de contos, que afinal sahem do bolso do contribuinte para as mãos de parasitas officiaes ¹⁾. A engrenagem politica dos Estados Unidos offerece a este respeito pormenores muito elucidativos que a falta de espaço nos obriga a omitir. Ainda o peor é que o fisco, semelhante a um polypo immenso que procura devorar o sociedade, não se satisfaz com a absorpção dos recursos actuaes e compromette egualmente os recursos do futuro. Assim o prova um exame, superficial que seja, dos orçamentos contemporaneos.

Novicow cita dois factos, um do processo russo e outro do processo francez, que bem demonstram o desperdicio das forças sociaes na engrenagem administrativa do Estado. O primeiro é a entrada de um navio estrangeiro n'um porto russo. Não é nosso proposito transcrever a descripção das visitas, verificações, autos, registos, chancellas e todas as mais formalidades a que dá logar a entrada do navio, nem as repartições e funcionarios que tem de intervir. Imaginem os leitores tudo o que houver de mais complicado, e terão feito idéa do tempo e do trabalho que se desperdiça com um acontecimento de natureza tão simples. O outro facto apontado é a simples queda de uma arvore n'uma estrada nacio-

¹⁾ Vid. *Revue des Deux-Mondes* de 15 de outubro de 1892, pag. 779.

nal, em França. A proposito d'isto fazem-se medições e avaliações, escrevem-se relatórios, troca-se correspondencia, transmittem-se ordens, affixam-se editaes e chegar-se-ha muitas vezes a gastar só em papel muito mais que o valor da arvore! Nos serviços administrativos do nosso paiz encontram-se muitos exemplos semelhantes que todos conhecem.

E d'onde vem todo este desperdicio de forças sociaes, esta dissipação de tempo e capitaes preciosos? Do falso principio de considerar o Estado como propriedade, da centralisação exaggerada, que tem por consequencia a intervenção official em todos os ramos da actividade social e o atrophiamiento da iniciativa particular. Ora a verdade é que a maior parte das funcções desempenhadas pelo Estado a titulo de protecção aos cidadãos são carissimas para a sociedade e estão longe de substituir vantajosamente a iniciativa particular. Portanto, para J. Novicow o grande ideal politico e administrativo é a reduccão de todas as attribuições do Estado a uma só: a administração da justiça.

Esta doutrina tem inquestionavelmente um fundo de soberana verdade, mas não pode dar-se-lhe practicamente uma applicação tão absoluta como pretende o distincto professor de Odessa. Certas funcções do Estado são prescindiveis em determinados centros, onde a iniciativa particular faz mais, melhor e mais economicamente; mas não podem dispensar-se n'outros pontos, onde a iniciativa particular é frouxa e incapaz de substituir a intervenção official. Temos um exemplo bem claro na instrucção publica. Precisamente sobre este assumpto diz Novicow:

«Se alguma cousa deve deixar-se á iniciativa particular é a instrucção. Ella derramar-se-ia dez vezes, cem vezes mais rapidamente, se o Estado deixasse de contrariar tudo pela sua burocracia.

«Mas nós somos roídos até a medulla pelas rotinas medievas. Parece-nos que, se o Estado nos abandona, ficamos perdidos, que todas as calamidades vão cahir sobre as nossas cabeças, que o fim do mundo é inevitavel. N'uma obra recentemente publicada encontramos uma passagem que cara-

cterisa bem este estado de espirito. « Entre os particulares, diz Borin-Fournet, ¹⁾ ha-os bons e maus. Se uns se esforçam por moralisar os espiritos, outros com não menos ardor tendem a desmoralisal-os »; por conseguinte, conclue esse publicista, o Estado deve exercer uma escriptulosa vigilancia sobre a instrucção publica. Tomaremos a liberdade de fazer uma pergunta a Borin-Fournet. Mandaria elle a sua filha a uma escola onde se ensinasse que a galanteria é a mais honrosa occupação da mulher? Porque havia de pensar esse publicista que um funcionario rotineiro e ignorante, que só pensa em sahir da sua repartição o mais cedo possivel, ha de ter maior cuidado pela moralidade das creanças que os proprios paes? De resto nós vemos ha muitos annos os bellos fructos da moralisação do Estado. Poderá alguem imaginar agencias de depravação mais perfectas que os nossos internatos modernos?

« As nossas raças europêas devem ter um fundo de força moral verdadeiramente inesgotavel, se ainda não estão gangrenadas até á medulla pelas escolas do Estado. Quanto á inefficacia d'essas escolas sob o ponto de vista da instrucção, está ella patente. Os nossos diplomas de exames, salvo raras excepções, são quasi sempre *premios de ignorancia*.

« O sr. Borin-Fournet não crê que o ensino livre « possa ser sufficiente para a tarefa esmagadora que lhe incumbiria ». Porventura o abastecimento quotidiano de uma cidade como Londres não é tambem uma « tarefa esmagadora »? Encarregue-se o Estado d'essa missão um só dia e veremos como a desempenhará. Veremos quantos milhões precisará de gastar com funcionarios e papelada. A iniciativa particular realisa essa missão colossal com satisfacção de todos e com o minimo de despeza. Mas, repetimos, deixamo-nos cegar completamente pelas rotinas officiaes, que nos impedem de ver cousas tão evidentes como a luz do sol. »

Compare-se a iniciativa particular com a acção do Es-

¹⁾ *La Société moderne et la Question sociale*, Paris, Guillaumin, 1893, pag. 76.

tado, e veja-se quanto são diferentes os progressos realizados sob uma e a outra. Consideremos a navegação a vapor: em 1846, os melhores barcos a vapor andavam 8 milhas por hora; em 1856, 13; em 1879, 15; finalmente, em 1893, 22; n'um futuro proximo andarão 30, e cada vez com menor despeza de carvão. « Mas, diz Bellet, accusando estes resultados, seria desconhecer o espirito de concorrência que anima as diferentes companhias de navegação, se se acreditasse que ellas ficariam por alli. » ¹⁾

Um dos serviços do Estado que se costuma apontar como de grandes vantagens publicas é o dos correios. Pois esse serviço, alem de ser detestavel em quasi toda a parte, é excessivamente caro. Em Portugal, por exemplo, os correios constituem uma bella fonte de receita para o Estado: era muito possivel reduzir as taxas e fazer o serviço com mais perfeição. Diz Frederick Millar ²⁾ que, na Inglaterra, uma companhia que fizesse o transporte das cartas por uma quarta parte dos preços estabelecidos realisaria ainda grandes lucros.

Em materia de obras publicas, diz Novicow, os srs. funcionarios causam tres damnos: 1.º comprehendem obras inuteis; 2.º augmentam desmedidamente o preço das obras uteis; 3.º impedem um grande numero de empresas lucrativas. Ora, a construcção de estradas e outras obras por empresas particulares dá optimos resultados. Uma companhia franceza que ha annos construiu uma estrada de Beyruth a Damasco está fazendo magnificos interesses; o que se faz na Syria podia fazer-se em qualquer Estado europeu. Mas na Europa a miseria administrativa chega a ponto de serem subsidiadas pelo Estado as companhias de caminhos de ferro que deviam viver exclusivamente dos rendimentos proprios. As linhas verdadeiramente uteis remuneram sempre os capitães sem carecerem de subsidios dos governos. Todavia essas companhias absorvem em Portugal, a titulo de garantia de juro, algumas dezenas de contos que sahem cada anno

¹⁾ *Journal des Économistes*, setembro de 1893, pag. 385.

²⁾ *A Clea for Liberty*, Londres, Murray, 1891, pag. 309.

dos cofres do Estado, e em alguns paizes absorvem muitos milhões ¹⁾).

Novicow faz muitas outras observações sobre a vida politica e administrativa dos Estados, e conclue que os governos, á força de quererem proteger-nos e rodear-nos de cuidados, esmagam-nos. Embaraçam a nossa actividade, e, para nos livrarem de males accidentaes, opprimem-nos de males permanentes cem vezes peores. Querem curar a sociedade, e aggravam-lhe o mal com a cura. Pelas repartições publicas ha verdadeiros exercitos de funcionarios que desempenham serviços inuteis para justificarem com algum pretexto a percepção dos seus vencimentos. A iniciativa particular faria mais e melhor, e o contribuinte dispensaria muito bem certos beneficios que lhe impingem a troco de muito dinheiro e que afinal não têm uma utilidade real.

Ora, enquanto por esta fórma se desperdiçam as forças sociaes, o Estado desempenha muito mal a sua funcção mais importante e até essencial, — a administração da justiça. Em Portugal, na Inglaterra, na França e em muitos outros paizes, o recurso aos tribunaes demanda ás vezes tantas despezas e incommodos, que os lesados preferem não receber uma reparação a obtel-a por tal custo.

As idéas de Novicow poderão ser exaggeradas, e nós assim o julgamos; mas tambem é verdade que o seu livro tem bastante de original e encerra muitas observações verdadeiras e justas.

FORTUNATO DE ALMEIDA.



¹⁾ No Brazil, como em Portugal, certas companhias de caminhos de ferro são garantidas pelo Estado. «Fazem circular um comboio por semana entre duas estações desertas, e isso basta para que no fim do anno os proprietarios recebam o seu dividendo devidamente pago pelo thesouro do Estado». E. Reclus, *Nouv. Géogr. univ.*, tom. XIX, pag. 478.

A MISSÃO SCIENTIFICA DA EGREJA

Segundo o irrecusavel e auctorisado testemunho do eminente geographo Malte-Brun, as excursões de impavidos e heroicos missionarios são tão valiosas para a sciencia, como as explorações dos Magalhães, Cooks e Livingstones. Sem a bussola, invenção do diacono Flavio, teria sido impossivel o descobrimento de continentes desconhecidos e as grandes emprezas maritimas. A geographia e a historia natural teem deduzido preciosos documentos dos *Annaes da Propagação da Fé*, monumento immorredouro levantado á missão evangelisadora e scientifica da Egreja.

Em Lyon existe um globo terrestre feito por frades franciscanos, em que se designam alguns pontos a primeira vez conhecidos por aquelles religiosos. Ainda não ha muito que o padre Debaize partiu, com a protecção do governo francez, para as explorações d'Africa, auxiliado pelos padres da missão. O mesmo governo condecorou com uma medalha d'ouro o missionario padre Desgedias pelas suas importantes explorações na Thibet, desde 1855 até 1879.

É sabido que já nos tempos idos o padre Posevino de Mantua, fez conhecer a Russia ao resto da Europa; Sicard, o Egypto, a Armenia e a Syria; Bredvente, a Etyopia; Basin, a Persia; Tachard, o reino de Siam; Gerbillon, a Tartaria; e, em fim, Du Halde, Ricci, Charlevoix, Lavat e outros, a China, o Japão, a America do Norte e varias regiões então desconhecidas.

Os primeiros trabalhos geographicos, espheras, mappas, dictionarios de geographia, etc., foram feitos por ecclesiasticos, distinguindo-se, entre outros, os celebres Labin, Vidal, Vitry, Zafrilla, Grenet, que formou a esphera mais simples até então, Urdaneta, Rado, Zuniga, Bravo, Zaborruski, Murillo, Velarde, Zâfont, Arancini... que deixaram preciosos trabalhos nos differentes ramos da sciencia geographica ¹⁾).

Os diversos ramos da Historia Natural foram e são ainda esmeradamente cultivados por eminentes sacerdotes catholicos, com applauso e incitamento da Egreja. «A flora, a fauna, a mineralogia, mil factos da geologia, diz um distincto sabio, e outros mil da physica terrestre e da meteorologia chegam ao conhecimento do mundo scientifico por intermedio de sacerdotes missionarios ²⁾». Innumeraveis são os documentos scientificos com que o *Jornal dos Sabios*, de Paris, enriquece as suas paginas, e que são tomados dos *Annaes das Missões*. As missões são obra da Egreja.

A medicina ainda que, em parte, incompativel com o ministerio sacerdotal, teve tambem illustres cultivadores entre o clero. Temos o famoso anatomista Stenon, o celebre physiologista Spellancini, e os trabalhos sobre medicina homeopathica dos religiosos da Trappa. Quantos medicamentos e plantas medicinaes não teem descoberto os missionarios catholicos? Foram elles que tornaram conhecida na Europa a quina, a gomma elastica, a baunilha, o balsamo de copaiba, o ruibarbo e outras plantas de virtudes therapeuticas ³⁾.

¹⁾ Desde o seculo XVI, diz o padre Camara, actual bispo de Salamanca, longe de diminuir, o numero de missionarios augmentou prodigiosamente, de maneira que são innumeraveis os descobrimentos de rios, montes, vulcões, etc., realisados por aquelles apóstolos da verdadeira civilização enviados pela Egreja. Em 1618, o padre Paes descobriu a origem de um dos afluentes do Nilo; em 1740, o padre Manuel Romão descobriu o ponto de união entre o Maranhão e o Orinoco; o padre Margnette descobriu a embocadura do Mississipi. Em 1641, imprimiu-se em Madrid o *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas por el P. Cristobal de Acuña*, obra que o jesuita padre Manuel Rodrigues reproduziu na sua *Historia de los descubrimientos, entradas, etc., del Marañón*.

²⁾ Barreda, *Armonia entre la religion catolica y las ciencias naturales*.

³⁾ Ponchet, citado pelo padre Camara, diz: «A Italia foi o berço do ensino medico na Europa. Na idade média, os beneditinos fundaram, no reino de Napoles, as escolas do Monte Cassino e de Salerno, as mais antigas que se conhecem».

Notáveis engenhos entre o sacerdocio catholico se teem dedicado no estudo, tão bello e interessante da botanica. Lopes d'Ayala e Acosta descobriram as raras e novas plantas da America. Muitos sacerdotes immortalisaram o seu nome, dando-o a alguma familia vegetal descoberta por elles. As *camellias* devem o seu nome ao padre Camelli que as trouxe do Japão para a Europa. Cavanilles, sabio sacerdote hespanhol, tornou-se um botanico eminente, estimulado pelos estudos do padre Lhomond, celebre botanico francez. O proprio Linneu foi discipulo do padre Olao Celsio, sueco, ao qual não duvida chamar *fundador* da *Historia Natural*¹⁾.

Se da botanica passarmos ás outras secções da historia natural encontramos um padre Florez, fundador do primeiro muzeu de historia natural e archeologia, de Hespanha; o padre Waütz, auctor da *christollographia*; o padre Fortis, o primeiro naturalista da Italia; o padre Pini, os dominicos Varrelier e Aymerich; o padre Engremelle a quem se deve a descripção dos insectos da Europa. Celebridade merecida adquiriram os padres Dollinge, Cupane de Hales, Bocconi, Daniel, Delacroix, Petit-Radel e outros. Foram sacerdotes catholicos que tiveram a alta honra de preparar os materiaes com que se formaram as grandes obras modernas. Sem Copernico não teriamos Galileu, sem Olao Celsio não teriamos Linneu²⁾.

A historia da physica da-nos noticia de grandes inventos a que estão vinculados os nomes de sacerdotes illustres, e,

¹⁾ O padre Gaspar Suary, jesuita, escreveu *Observaciones fisiologicas sobre algunas plantas exoticas*, hechas en 1788, 89 e 90. O dominico Verrallier escreveu o *Orbis bitanicus*; Aymerich, da mesma ordem, o *Tractatus de principiis naturæ*; Auriferi, franciscano, director do Jardim real de Palermo, compoz o *Hortus panhormitanus*. A esplendida flora das Philippinas deve-se aos frades agostinianos de Hespanha. O padre Blanco, d'aquella ordem, é conhecido de todos os botanicos.

²⁾ Pini, barnabita e professor de physica e mineralogia, fundou um Museu de Historia Natural e escreveu: *Observações mineralogicas sobre a mina de ferro de Rio, na ilha d'Elba*. — *Memorias sobre as novas chrySTALLISações do feldspalto, e outras particularidades do granito*. — *Viagem geologica por diversos pontos meridionaes da Italia*. — *Reflexões analyticas sobre os diversos systemas geologicos*. — *De venarum metallicarum exactione*.

entre elles, Mariotte, Nollet, Melloni, Castelli, Grimaldi, Marsena, Casselli e o grande padre Secchi. O arcebispo De Dominis foi quem, pela primeira vez, explicou as cores do arco iris; o padre Kircher inventou a lanterna magica, o padre Rheita é o verdadeiro auctor do oculo de longo alcance. Segundo affirma Robert Stuard, o primeiro auctor inglez que falou da possibilidade de mover uma machina pela força elastica do vapor foi o engenhoso e sabio bispo Wilkins. O padre Hautefeuille, que escreveu mais de trinta differentes tractados, indicou, em 1692, a invenção do respirador anti-mephitico; o monge Gerbert é o inventor do relógio e do globo celeste; o franciscano Roger Bacon, da polvora e das lentes; o dominicano Spina, dos oculos; o padre Maignan, do microscopio; Grido d'Arezzo, da clave, da escala musical e da harmonia; o padre de Celles, do órgão.

DR. SILVA RAMOS.



A ANARCHIA

II

A constituição do partido — O congresso de Haya — Bakounine e Karl Marx — O programma anarchista — O movimento anarchista na Suissa, na França, na Alemanha, na Belgica, na Italia, na Russia, na Austria-Hungria, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Hespanha e em Portugal.

(Continuação de pag. 78)

Na Allemanha, como nos outros paizes, o anarchismo proveio da scisão entre socialistas revolucionarios e socialistas moderados. Essa scisão manifestou-se desde os attentados de Haedel (11 de maio de 1878) e de Nobiling (2 de junho de 1878), contra o imperador Guilherme, attentados que, por um lado, foram reprovados por Liebknecht e Bebel, por outro lado foram apoiados por Most e Hasselman. A scisão accentuou-se no congresso de Wahren, em setembro de 1879, e manifestou-se com toda a violencia no jornal *Sozial-Demokrat*, orgão dos moderados, e na *Freiheit*, orgão dos revolucionarios ¹⁾).

Quando o czar Alexandre II foi assassinado em 1 de

¹⁾ O *Sozial-Demokrat* foi fundado em Zurich em 1879, e a *Freiheit* em Londres em 1880.

março de 1881, Most, que então estava em Londres redigindo a *Freiheit*, fez a apologia d'esse crime, e por isso foi condemnado em dezoito mezes de trabalhos forçados. Logo que cumpriu a pena retirou-se para os Estados Unidos, onde continuou a publicar a *Freiheit*. Este jornal, que ainda ha pouco tempo se publicava, chegou a fazer tiragens de 15:000 exemplares, que se consumiam quasi todos na Allemanha e Austria-Hungria. Em fins de 1883 começou a notar-se na Allemanha um grande movimento anarchista. Os sectarios tentaram contra a vida do imperador Guilherme, quando este ia inaugurar o Niederwald, monumento levantado á gloria da Allemanha. A tentativa abortou, e os seus auctores foram presos d'ahi a pouco tempo, sendo dois d'elles, Kuchler e Rheinsdorff condemnados á morte, e executados na prisão de Halle no dia 6 de fevereiro de 1885. Pouco depois era assassinado com duas punhaladas, em Francfort, o agente da policia Rumpf, que representára um papel importante na accusação de Rheinsdorff.

A Allemanha não ficou estranha aos ultimos movimentos anarchistas. Em fins de fevereiro e principios de março de 1892 manifestaram-se tumultos entre a classe operaria de Berlim e de outras cidades do imperio. Os socialistas « officiaes » ou moderados, cujo orgão é o *Worwaerts*, recommendavam socego aos operarios, ao passo que os socialistas revolucionarios promoviam as agitações, passavam declaradamente para o grupo anarchista e convocavam comicios de protesto contra a attitude dos socialistas que elles chamavam « officiaes ».

N'um d'esses comicios tomou-se uma resolução declarando que o *Worwaerts*, que tinha dito que os socialistas se haviam conservado e deviam conservar completamente estranhos aos tumultos, « tomara uma attitude hostile aos trabalhadores, que os tumultos tinham sido o effeito fatal da miseria e que aquelles que desconheciam e negavam este facto trahiam a causa do prolectariado ». A moção terminava dizendo que por consequencia o *Worwaerts* perdera o direito de se intitular orgão da classe operaria. A assemblêa adoptou